



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 083 - TERÇA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 97ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE JUNHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão especial amanhã, às 11 horas, destinada a reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o Requerimento nº 581, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores. 18897

Destinação do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, de acordo com os Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores. 18897

1.2.2 – Pareceres

Nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea o do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (Altera competências do Ministério da Defesa)*..... 18897

Nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*. 18899

Nº 527, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que *altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aulas no ensino superior*. 18901

Nº 528, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra, que *determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual altera o Decreto nº 6.306, de 14 de*

dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários –IOF e do Decreto nº 6.339, que altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários –IOF. 18905

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 54/2008, de 6 de maio último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007. 18921

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 18921

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 126, de 2007, e 5, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente.... 18921

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, continue a sua tramitação..... 18921

1.2.5 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 99/2008, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 125, de 2008, do Senador Alvaro Dias..... 18922

Nº 105/2008, de 3 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 219, de 2008, da Senadora Kátia Abreu.. 18922

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 161/2008, de 2 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 84, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 18922

1.2.7 – Discurso do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Justificação pela apresentação de requerimento solicitando que o Período do Expediente de Sessão do Senado,

seja dedicado a comemorar os 400 anos do Padre Antônio Vieira. Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Meira Filho..... 18922

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 746, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho*..... 18923

Nº 747, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando que o Período do Expediente de Sessão Ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira*..... 18923

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Registro de reunião amanhã, com o Presidente do Senado, a fim de tratar da questão dos idosos. Indignação com nota da revista **Veja** sobre os trabalhos do Congresso Nacional. Posicionamento de S. Exa. com relação à sucessão de escândalos envolvendo órgãos do Rio Grande do Sul. Considerações a respeito da Previdência..... 18924

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Registro de reunião de parlamentares com o Presidente da Câmara dos Deputados, com o objetivo de tratar da votação de projetos em prol dos aposentados e pensionistas, que tramitam naquela Casa. Manifestação contrária à pretensão do Governo Federal de criação da CSS. Preocupação com o retorno da inflação no País. 18930

SENADOR GEOVANI BORGES – Reflexão sobre o respeito que o Amapá tem com a preservação do meio ambiente. 18933

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentário sobre matéria divulgada no Programa do Fausto, de ontem, sobre o ex-jogador de futebol Paulo César Caju..... 18934

SENADOR PAPALÉO PAES – Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim, repudiando a nota da revista **Veja**, sobre os trabalhos do Congresso Nacional. Posicionamento contrário à criação da CSS. Destaque para a necessidade da regulamentação da Emenda nº 29. 18937

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Desagravo em relação ao Senador Paulo Paim, com relação à nota da revista **Veja**, desta semana, sobre o trabalho dos parlamentares. Destaque para o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Leitura de e-mail do Sr. Valter Endres, Presidente do Sindicato Nacional dos trabalhos de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – EMBRAPA. 18943

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Manifestação contrária à CSS. Necessidade da apuração de denúncias de favorecimento na venda da Varig e da VarigLog. 18947

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre editorial do jornal **Correio Braziliense**, que aborda a violência contra professores. Apelo em favor da federalização da educação, com a criação de uma agência de segurança da escola no Brasil.. 18951

SENADOR JOÃO PEDRO – Apelo no sentido de que se elabore uma legislação atualizada com relação à soberania da Amazônia. Justificação de apresentação de requerimento convocando personalidades, a fim de explicar a compra e venda de terras na Amazônia..... 18956

SENADORA IDELI SALVATTI – Manifestação a respeito dos escândalos de corrupção no Rio Grande do Sul. O crescimento do emprego formal no País. A escassez de profissionais em algumas regiões de Santa Catarina. Relato sobre agenda cumprida por S. Exa. nos últimos dias em Santa Catarina..... 18962

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, terça-feira, dia 10, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 18966

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SECRETARIA DE ARQUIVO

Editais nºs 1 e 2, de 2008, de Ciência de Eliminação de Documentos. (**Publicados em suplementos à presente edição**) 18980

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 97ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o **Requerimento nº 581, de 2008**, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, de acordo com os **Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 525, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência

da República e dos Ministérios. (altera competência do Ministério da Defesa)

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 126, de 2007, que “dá nova redação à alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

O projeto, originário do Poder Executivo, objetiva implementar modificação tópica em relação às competências do Ministério da Defesa. Pretende-se substituir a expressão “material de emprego militar” pela expressão “produto de defesa”. Para tanto, o autor justifica a proposta esclarecendo que a nova expressão abrange produtos mais complexos do que a expressão em vigor, e permite o controle de processos associados à produção desses materiais de defesa.

Justifica, ainda, que a nova expressão é mais apropriada aos dias de hoje, tendo em vista que a expressão é obsoleta e em desuso no plano mundial.

Observa, também, que a modificação proporcionará ao Ministério da Defesa a possibilidade de efetuar “rigoroso controle dos novos produtos, normalmente de alto valor agregado e de interesse sensível”. Indica, por igual, que a modificação, caso venha a ser acolhida, promoverá adequação terminológica da lei que disciplina a competência dos ministérios com o arcabouço jurídico que, dessa ou daquela maneira, cuida de temas ligados à defesa nacional (por exemplo, Lei nº 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), define crimes e dá outras providências; Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 2003).

II – Análise

A matéria, objeto da presente proposta, insere-se na competência legislativa da União, cabendo, portan-

to, ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria em questão. (art. 48, **caput**, da Constituição Federal). A iniciativa privativa do Executivo foi respeitada. O texto, por seu turno, preenche os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No tocante ao mérito, o projeto em votação dilata as atribuições do Ministério da Defesa ao formalizar o controle, por aquela pasta, dos aspectos vinculados à produção e comercialização de toda espécie de produto de defesa.

Vê-se, desse modo, que a medida agrega importante atribuição ao ministério, que é tanto mais eleva-

da quanto mais se verifica a enorme dinâmica nesse domínio na cena internacional.

A alteração é oportuna já que, de um lado, assegura ao Ministério da Defesa a possibilidade de desempenhar suas atribuições com maior eficiência; de outro, elimina possível ponto de desinteligência jurídica entre diferentes diplomas legais.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 126 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/06/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ (Relator)	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁷	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 03/06/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Publicada no DOU de 23-12-2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.123, DE 1 DE JULHO DE 2004

Publicado no DOU de 2-7-2004

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

PARECER Nº 526, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem) que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008, acima ementado.

Na Câmara dos Deputados, o referido projeto foi distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou parecer do relator, que apresentou substitutivo concernente ape-

nas aos aspectos formais do projeto, propondo que este configurasse alteração aditiva na Lei nº 5.700, de 1971, evitando, dessa maneira, que se legislasse de forma autônoma e isolada sobre matéria já objeto de regulamentação.

Em seguida a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura na forma do substitutivo do relator adotado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi por ela acatada em 18 de dezembro de 2007, com emenda e subemendas, cujo teor dizia respeito a aspectos formais, ao substitutivo apresentado pela Comissão Parlamentar do Mercosul.

Naquele colegiado, foi oferecido voto em separado de autoria do Deputado Regis de Oliveira, que assinou a existência de normas do Mercosul emitidas pelo Conselho do eleitorado comum, que regulamentam o uso dos símbolos do agrupamento (Decisão do CMC nº 1/98, alterada pela Decisão CMC nº 17/02). Segundo o nobre Deputado, a Decisão nº 1/98 restringia o uso dos símbolos do Mercosul, condicionando-o à prévia autorização do Grupo Mercado Comum. Posteriormente, a Decisão CMC nº 17/02 passou a permitir a utilização de tais símbolos sem prévia autorização, desde que de forma compatível com os objetivos do Mercosul.

Como se trata de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal e, nesta Casa, distribuída à Comissão de Educação.

II – Análise

Da justificação que fundamenta o projeto em apreço consta que

“a consolidação de um projeto político, seja de cunho nacional ou supranacional, passa pela criação de um aparato simbólico, de modo a recriar as identidades coletivas que lhe servem de suporte”.

Ainda que o Mercosul não seja dotado de supranacionalidade, não tendo sido essa a intenção dos negociadores de seus tratados fundadores, a proposição em pauta muito contribui para o aprofundamento e a consolidação do processo de integração. Visa a inserir na rotina nacional homenagem diária a um símbolo da identidade mercosulina, que deverá criar nova percepção entre os cidadãos brasileiros de uma cidadania que transcende as fronteiras nacionais, estendendo-se aos países irmãos, estados partes do Mercosul.

Nesse contexto, como assevera a justificação, “Um símbolo poderoso como o da bandeira sem dúvida

irá ajudar na criação do sentimento de solidariedade regional que ora precisamos cultivar.”

A iniciativa servirá, também, para caracterizar o Mercosul como projeto político e estratégico, embasado em preceito constitucional (art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal), não estando limitado apenas à dimensão econômico-comercial.

III – Voto

Por todo o exposto, e por considerá-lo oportuno e conveniente aos interesses nacionais, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008.

Sala da Comissão, 3 junho de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 005/08 NA REUNIÃO DE 03/06/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Luiz A. Sen: CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS

AUGUSTO BOTELHO

FÁTIMA CLEIDE

PAULO PAIM

IDELI SALVATTI

INÁCIO ARRUDA

RENATO CASAGRANDE

JOÃO RIBEIRO

1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

2- JOÃO PEDRO

3- (VAGO)

4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

5- FRANCISCO DORNELLES

6- MARCELO CRIVELLA

7- MAGNO MALTA

8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

GEOVANI BORGES

MÃO SANTA

VALDIR RAUPP

PAULO DUQUE

LOBÃO FILHO

GERSON CAMATA

1- ROMERO JUCÁ

2- LEOMAR QUINTANILHA

3- PEDRO SIMON

4- VALTER PEREIRA

5- JARBAS VASCONCELOS

6- (VAGO)

7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)

HERÁCLITO FORTES

VIRGINIO DE CARVALHO

MARCO MACIEL

RAIMUNDO COLOMBO

ROSALBA CIARLINI

MARCONI PERILLO

MARISA SERRANO

PAPALÉO PAES

FLEXA RIBEIRO

1- ADELMIR SANTANA

2- DEMÓSTENES TORRES

3- GILBERTO GOELLNER

4- JOSÉ AGRIPINO

5- KÁTIA ABREU

6- ROMEU TUMA

7- (VAGO)

8- EDUARDO AZEREDO

9- SÉRGIO GUERRA

10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

RELATOR

(VAGO)

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- (VAGO)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....

LEI Nº 5.700, DE 1 DE SETEMBRO DE 1971

Publicada no DOU de 2-9-71

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

.....

PARECER Nº 527, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art.47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo de duzentos dias efetivos de aulas no ensino superior.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **ad hoc** Sen: **Papaléo Paes**

I – Relatório

De autoria do Senador Wilson Matos, o PLS em tela altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para instituir o ano letivo em duzentos dias no ensino superior.

O projeto estipula que a lei por ele proposta entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

II – Análise

A LDB determinou que, nos ensinamentos fundamental e médio, o ano letivo é de duzentos dias. A respeito da educação superior, a lei nada estipula, o que abriu espaço para duração variável do ano letivo, conforme decisão dos sistemas de ensino e, principalmente, dos estabelecimentos educacionais.

O silêncio da LDB sobre a matéria não é acidental. Ele visa assegurar o respeito ao princípio da autonomia didático-científica das

universidades, inscrito no art. 207 da Constituição Federal. Com efeito, constitui ingerência indevida na vida acadêmica a fixação do número mínimo de aulas no ensino superior, a menos que viesse a se caracterizar

algum tipo de abuso, como a criação de anos letivos excessivamente breves, que comprometessem o cumprimento das diretrizes curriculares e da carga horária dos cursos.

No entanto, avaliações dessa natureza devem ser feitas pelas instâncias competentes do poder público. Nos processos de autorização, reconhecimento e avaliação dos cursos, o tempo estipulado para a sua conclusão costuma ser objeto de análise. Caso irregularidades sejam identificadas e o curso tenha avaliação negativa, entre as providências recomendadas, pode estar a ampliação de sua carga horária, eventualmente com o aumento do total de dias letivos anuais.

Cumprindo-se que o processo educativo desenvolvido em instituições de ensino, especialmente no mundo de hoje, não se restringe às atividades em sala de aula. Inúmeras ações pedagógicas são desenvolvidas em laboratórios, pesquisas de campo, atividades de extensão e estágios, por exemplo. Portanto, não nos parece adequada a avaliação da justificativa do projeto de que apenas as aulas efetivamente lecionadas intra muros pelas escolas podem resultar na agregação de conhecimento ao estudante (...).

A melhoria da qualidade da educação superior brasileira, justa preocupação manifestada na justificativa do projeto, requer a adoção de medidas mais eficazes, como a exigência do número mínimo de dias letivos ao ano, determinado por lei, cobrindo a lacuna apresentada pelo autor do projeto. Entretanto, a restrição de que "... as aulas serão efetivamente ministradas em sala de aula ...", deve ser alterada para fixar um mínimo de cento e oitenta dias efetivos de aula, para compreender os diversos e distintos espaços do exercício da pedagogia e da aprendizagem acadêmicas.

Em conclusão, somos pela aprovação do projeto de lei, com emenda para qualificar melhor a restrição acima citada.

Em conclusão, somos pela aprovação do projeto de lei, com emenda para qualificar melhor a restrição acima citada.

III – Voto

Dado o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, com a emenda apresentada.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 386, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O **caput** do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Na educação superior o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico, com no mínimo cento e oitenta dias efetivos de aula.

..... (NR)”

Sala da Comissão, 6 de maio de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 386/07 NA REUNIÃO DE 06/05/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>hinh</i> SEN: CRISTOVAM BUARQUE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMÉU TUMA
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	RELATOR
FLEXA RIBEIRO	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 384/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA	X			
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA	X			
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					(VAGO)				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES	X				SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/05/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 364 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA	X			
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					(VAGO)				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386 DE 2007

Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em, no mínimo, cento e oitenta dias efetivos de aula, no ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Na educação superior o ano letivo regular, ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho, no mínimo cento e oitenta dias efetivos de aula.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 maio de 2008.

Senador
Presidente

Senador
Relator

Ofício nº CE/54/2008

Brasília, 21 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no Ensino Superior”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira

e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

.....

PARECER Nº 528, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2008, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Sérgio Guerra, que determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual “altera o Decreto nº 6.504, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

Relator: Senador **Romero Jucá**

O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 10, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, propõe a sustação de dois decretos presidenciais referidos em sua ementa, que elevaram as alíquotas do IOP sobre determinadas operações de financiamento, de câmbio e de seguros.

Alegou-se, em sua justificação, que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, aumentaram as alíquotas do imposto com o único propósito de elevar a arrecadação, compensando, com isso, o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF). Desse modo, transformou-se um imposto de caráter regulador em arrecadador, o que caracterizaria desvio de finalidade. Além disso, teria sido violado o princípio da isonomia, ao aumentar a alíquota somente do mutuário pessoa física, que passa a sofrer um gravame maior do que a pessoa jurídica em operações idênticas.

O projeto foi apreciado durante a reunião da CCJ do dia 23 de abril de 2008. Na ocasião, o relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro, concluiu pela aprovação, com emenda, do PDS nº 10, de 2008. Concordeu inteiramente com as razões expendidas pelo autor da proposição, lembrando que, ao elevar alguma das alíquotas no mesmo tanto que a da extinta CPMF ficou patente seu propósito arrecadador e o desvio de finalidade desse imposto.

Durante a discussão, contado, prevaleceu o argumento de que a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, que dispõe sobre o IOF, autoriza, em seus arts. 1º e 5º que o presidente da República altere alíquotas do imposto tendo em vista os objetivos das políticas monetária, cambial e fiscal. Mesmo que o único objetivo

colimado fosse o de repor as perdas decorrentes da extinção da CPMF, estaria atuando no estrito limite do poder regulamentar. Argumentar em sentido contrário implicaria contestar a constitucionalidade da própria lei, o que não é papel do Poder Legislativo, ao menos no âmbito de análise de decreto legislativo, cuja finalidade é sustar ilegalidades, não inconstitucionalidades.

Além disso, ficou claro que o Poder Executivo, ao alterar as alíquotas do IOF, também tinha em vista, objetivos regulatórios e extra fiscais. A esse respeito, mereceu destaque o fato de que, com o fim da CPMF, haveria imediata redução nos custos de operações de crédito, de seguros e de câmbio. Em uma economia já aquecida, em pleno processo de crescimento, acompanhado pelo avanço do crédito para pessoas físicas e jurídicas, um novo estímulo ao crédito poderia colocar em risco a estabilidade econômica nacional.

No âmbito das operações de câmbio, entendeu-se que a CPMF exercia uma importante função de reduzir a volatilidade dos fluxos cambiais, desestimulando operações de curto prazo. Para que o custo dessas operações se mantivesse estável, e essa função antes exercida pela CPMF se mantivesse, foi essencial majorar a alíquota do IOF, atingindo um nítido objetivo de política monetária e cambial, tal como autorizado pelo art. 5º da Lei nº 8.894, de 1994.

Em suma tudo o que prevêem os decretos atacados se ateu aos estritos limites do poder regulamentar, tal como delimitado por este Congresso Nacional, por meio da Lei nº 8.894, de 1994.

Diante de todo o exposto, não obstante os relevantes propósitos do autor da proposição e o ilustrado voto do relator original da matéria, esta comissão decidiu rejeitar o PDS nº 10, 2008.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 10 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATORIO VENCIDO: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCÓ DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>[Assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[Assinatura]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>
GEOVANI BORGES ⁵	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>[Assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

**DOCUMENTOS ANEXADO6 NOSTER-
MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO
REGIMENTO INTERNO**

VOTO VENCIDO

Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, é composto de dois artigos.

O artigo primeiro susta, para todos os efeitos, a vigência dos Decretos nºs 6.339, de 3 de janeiro de 2008, e 6.345, de 4 de janeiro de 2008.

O Decreto nº 6.339, de 2008, altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). De acordo com seu art. 1º, que altera a redação do art. 70 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007 (Regulamento do IOF), a alíquota do mutuário pessoa física passa de 0,0041% para 0,0082% ao dia nas seguintes hipóteses:

- na operação de empréstimo, sob qualquer modalidade, inclusive abertura de crédito;
- na operação de desconto, inclusive na de alienação a empresas de factoring de direitos creditórios resultantes de vendas a prazo, a base de cálculo é o valor líquido obtido;
- no adiantamento a depositante, a base de cálculo é o somatório dos saldos devedores diários, apurado no último dia de cada mês;
- nos empréstimos, inclusive sob a forma de financiamento, sujeitos à liberação de recursos em parcelas, ainda que o pagamento seja parcelado, a base de cálculo é o valor do principal de cada liberação;
- nos excessos de limite, ainda que o contrato esteja vencido; e
- nas operações de financiamento para aquisição de imóveis não residenciais.

Além disso, de acordo com o § 15 acrescentado ao art. 7º, o IOF passa a incidir sobre as operações de crédito à alíquota adicional de trinta e oito centésimos por cento, independentemente do prazo da operação, seja o mutuário pessoa física ou pessoa jurídica. E o § 16 acrescentado ao mencionado art. 7º estabelece que hipóteses em que o IOF incidirá sobre o somatório mensal dos acréscimos diários dos saldos devedores, à alíquota adicional de que trata o § 15.

Por fim, outros dispositivos são incluídos ou alterados para estabelecer alíquota adicional de trinta e

oito centésimos por cento de IOF em várias hipóteses que especifica.

O Decreto nº 6.345, de 2008, altera o art. 15 do mencionado Decreto nº 6.306, de 2007, para estabelecer as seguintes alíquotas de IOF:

- nas operações de câmbio destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos na qualidade de emissores de cartão de crédito decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários: dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento;
- nas operações de câmbio de natureza interbancária entre instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre estas e instituições financeiras no exterior: zero;
- nas demais operações de câmbio: trinta e oito centésimos por cento.

O segundo artigo da proposição em análise estabelece que, caso aprovada, a entrada em vigor do decreto legislativo será na data de sua publicação.

A justificativa da proposição é no sentido de que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, têm como objeto o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), com objetivo de aumentar a arrecadação. Desse modo, transformou um imposto de caráter regulador em arrecadador, o que caracteriza desvio de finalidade. Além disso, violou o princípio da isonomia, ao aumentar a alíquota quando o mutuário é pessoa física, que passa a sofrer um gravame maior do que a pessoa jurídica em operações idênticas.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que o Congresso Nacional é competente para “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”, a teor do art. 49, V, da Constituição Federal (CF).

Por esse motivo, a espécie normativa utilizada, qual seja, projeto de decreto legislativo, revela-se correta.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: 1) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de decreto legislativo) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o

atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No tocante à técnica legislativa empregada, é conveniente alterar a redação da proposição, na forma de emenda de redação, pois o que é suspenso não é a vigência dos decretos, mas sim a eficácia, com efeito ex nunc (prospectivo). Isso significa que o 1º Decreto Legislativo do Congresso Nacional não tem efeitos retroativos.

Deveras, conforme ensina Manoel Gonçalves Ferreira Filho, in “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, Ed. Saraiva, 1992, vol. 2:

Sustar quer dizer suspender. O preceito em exame confere ao Congresso Nacional competência para, por meio de decreto legislativo, suspender a eficácia de atos normativos do Poder Executivo.

No mérito, estamos de acordo com a justificação que acompanha a proposição.

A CF dispõe, como regra geral, que é vedado aumento de tributos sem que lei o estabeleça (art. 150, I). Há, porém, exceções. Uma delas é a possibilidade de alteração das alíquotas do IOF por meio de ato do Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei (art. 153, § 1º, da CF).

A possibilidade de alteração da alíquota do IOF e de certos impostos por meio de decreto do Presidente da República decorre da natureza extrafiscal desses tributos. O objetivo de impostos como o for, o Imposto de importação, o Imposto de Exportação, é regular e proteger o mercado e a economia nacionais. Não é propiciar receitas aos cofres públicos.

Dentro da dinâmica da economia, a Constituição estabelece que a alíquota desses impostos pode ser fixada por decreto, ato do Presidente da República, que se revela mais ágil do que a propositura e a tramitação de um projeto de lei.

Mas isso não significa que o Presidente da República pode desvirtuar o princípio constitucional norteador da possibilidade excepcional de alteração de alíquota de tributo sem lei que o estabeleça. Ao fazê-lo com desvio de finalidade, buscando aumento de arrecadação e não regulação ou proteção do mercado e da economia nacionais, o ato é claramente abusivo, ensejando a necessidade de o Congresso Nacional sustá-lo.

O objetivo arrecadatário revela-se de forma cristalina quando verificamos que os Decretos fustigados estabelecem hipóteses de incidência semelhantes às da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF), inclusive com a mesma alíquota de trinta e oito centésimos por cento. Além do mais,

tais Decretos foram editados logo após a tentativa frustrada de prorrogação da CPMF, cujo art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, foi rejeitado pelo Senado Federal em 12 de dezembro de 2007. Como é de conhecimento geral, já constava do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional as receitas que seriam decorrentes da pretendida prorrogação da CPMF.

Desse modo, é visível que os Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, pretendem “compensar” em parte a perda dos recursos que deixaram de ser arrecadados em razão da não-prorrogação da CPMF, por meio de um indevido aumento das alíquotas do IOF, desvirtuando a finalidade desse imposto.

Os temores de perda da arrecadação não se concretizaram. O Governo federal anunciou um novo recorde na arrecadação de impostos e contribuições no mês de janeiro de 2008, da ordem de 62.5 bilhões. Comparando-se com a arrecadação de janeiro de 2007 houve um aumento de 20.02%.

III – Voto

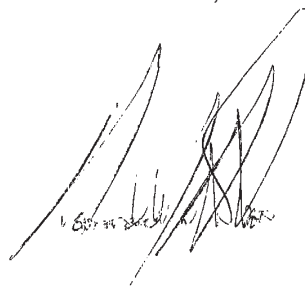
Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do PDS nº 10, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 10, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam suspensos o Decreto nº 6.339, de 3 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008.”

Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.



, Presidente

, Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vou submeter a Voto. Por se tratar de Projeto não-terminativo, eu indago as Sras e Srs. Senadores se estão de acordo com o parecer do Relator. Não havendo manifestação divergente, considero aprovada a referida proposição.

Vamos passar, portanto, agora ao Item nº 5 da Pauta da Reunião de hoje. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2008 não-terminativo. A Emenda é a seguinte: Determina a sustação do Decreto nº

6.345 de 4 de janeiro de 2008 o qual “altera o Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007 que regulamenta o imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas ao título a valores mobiliários – IOF e do Decreto nº 6.339 que altera as alíquotas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários – IOF. A autoria da proposição é do Senador Álvaro Dias e a matéria também foi subscrita pelo nobre Senador Sérgio Guerra. O Relator a quem concedo a palavra é o nobre Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de observar que o parecer do Relator é pela aprovação do Projeto com Emenda que apresenta. [soa a campainha]. Em 9 de abril de 2008 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Com palavra o nobre Senador e Relator da matéria Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vou deixar de ler a Ementa que V. Ex^a já o fez na apresentação do Projeto e vou direto ao relatório.

O Projeto de Decreto Legislativo – PDS nº 10/2008, de autoria do Senador Álvaro Dias é composto de dois artigos. O art. 1º susta para todos os efeitos a vigência dos Decretos nº 6.339 de 3 de janeiro de 2008 e 6.345 de 4 de janeiro de 2008. O segundo artigo da proposição em análise estabelece que, caso aprovada, a entrada em vigor do Decreto Legislativo será na data da sua publicação.

Análise, Sr. Presidente. No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que o Congresso Nacional é competente para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar ou dos limites da delegação Legislativa” a teor do art. 49, inciso V da Constituição Federal. Por esse motivo, a espécie normativa utilizada, qual seja, Projeto de Decreto Legislativo revela-se correta.

A possibilidade de alteração da alíquota do IOF e de certos impostos por meio de Decreto do Presidente da República decorre da natureza extrafiscal desses tributos. O objetivo de impostos como o IOF, imposto de importação, imposto de exportação, é regular e proteger o mercado e a Economia Nacional, não é propiciar receitas aos cofres públicos. Dentro da dinâmica da economia a Constituição estabelece que a alíquota desses impostos possa ser fixada por Decreto, ato do Presidente da República que se revela mais ágil do que a proposição e a tramitação de Projeto de Lei.

Mas isso, Sr. Presidente, não significa que o Presidente da República pode desvirtuar o princípio Constitucional norteador da possibilidade excepcional de alteração de alíquota de tributo sem lei que o

estabeleça. Ao fazê-lo com desvio de finalidade, buscando aumento de arrecadação e não a regulação ou proteção do mercado e da Economia Nacional, o ato é claramente abusivo, ensejando a necessidade de o Congresso Nacional sustá-lo.

Vamos ao voto, Sr. Presidente, ante o exposto, somos pela aprovação do PDS nº 10/2008 com a seguinte Emenda de redação: Emenda nº 1 – dê-se ao art. 1º do PDS nº 10/2008 a seguinte redação: Art. 1º – fica suspenso o Decreto nº 6.339 de 3 de janeiro de 2008 e o Decreto nº 6.345 de 4 de janeiro de 2008.

Esse é o voto, Sr. Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Em discussão a matéria. Após o Parecer do Relator Senador Flexa Ribeiro, eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, líder do Governo, para discutir a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria da atenção dos Srs. e Sr^{as} Senadores. [soa a campainha] porque o Projeto de Decreto Legislativo do Senador Flexa Ribeiro, aliás, do Senador Álvaro Dias, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro visa derrubar o aumento do IOF feito no início do ano para, de certa forma, combater a queda de arrecadação da CPMF.

Além disso, visava também, de certa forma, reequilibrar o processo e o fluxo do financiamento, a injeção de crédito no mercado até para conter um pouco a inflação por conta de uma inflação de demanda. Então, eu quero registrar que nós temos que ter muito cuidado. O mundo vive um momento de dificuldade. O Brasil vive momentos de combater a inflação, de analisar essa questão da inflação de demanda e, portanto, não dá para brincar e derrubar uma fonte de receita como essa, e sinalizar para o mercado e para a sociedade, de repente, algo na direção oposta àquilo que se busca com equilíbrio fiscal que é exatamente a aprovação do orçamento feito com esses recursos contabilizados para esse ano. Portanto, a liderança do Governo encaminha contrário e fazer um apelo a todos os Senadores e Senadoras para que nós possamos, infelizmente, derrubar esse Decreto Legislativo e deixar um pouco mais calmo a situação de avaliação das receitas e despesas do Governo. [soa a campainha]

O equilíbrio fiscal é fundamental, esses recursos estão previstos no orçamento, é o Item do Decreto Legislativo que... Do Senador Álvaro Dias, não sei qual o Item. Item nº 5 – que, de certa forma, isso representa a queda no orçamento de 10 bilhões de Reais e, portanto, a sinalização de desequilíbrio fiscal muito grande. O país, não é nem o Governo... O país não merece,

não agüenta isso, portanto, o encaminhamento é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora, pela ordem de inscrição, a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. A seguir o Senador Valter Pereira, depois ao nobre Relator Flexa Ribeiro e, finalmente, o Senador Wellington... Senador Aloizio Mercadante, e, por fim, mas não o último o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra o nobre Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Governo exorbitou. Aliás, eu imaginava que o Senador Romero Jucá tivesse até constrangimento em defender o descumprimento do acordo celebrado pelo Governo com a oposição ao final do ano passado quando se entendeu sobre a votação da Desvinculação das receitas da União.

Em reunião da qual tive a satisfação de participar, acordou-se que o Governo não se utilizaria do expediente de reajustar alíquotas, não lançaria pacote tributário, não promoveria qualquer alteração de receita e discutiria com o Congresso Nacional os cortes necessários no Orçamento da União para fazer frente à derrubada da CPMF. No dia 2 de janeiro, o Governo lança mão do Decreto e altera a alíquota do imposto sobre operações financeiras.

Exorbitou o Poder Executivo porque não teria ele competência para desta forma legislar. Poderia se, eventualmente, houvesse uma turbulência no Mercado Financeiro a agir desta forma, turbulência não houve. O Governo transformou um instrumento regulador em instrumento arrecadador. O Imposto sobre Operações Financeiras foi instituído como instrumento regulador. Ao reajustar a alíquota em tempo de tranquilidade da receita, o Governo cometeu uma ilegalidade – transformou o imposto regulador em imposto arrecadador e não só aumentando a receita, alterando também o teto estabelecido pelo Congresso Nacional ao rejeitar a CPMF ao final do ano passado.

Não tem o Governo poderes para, através de Decreto, alterar o teto da receita. Eu disse que o Governo aumentou a alíquota. Além de aumentar a alíquota, no caso do empréstimo, inclusive, de financiamento, a alíquota que incide é de 0,0082% ao dia, majorada em 100% pelo próprio Decreto, e a alíquota adicional de 0,38%. Fica evidente, portanto, que além da majoração na prática houve a criação adicional de imposto com alíquota diferente e uniforme, além do próprio IOF. [soa a campanha]

De outro lado, com esse Decreto o Governo desrespeita o princípio da isonomia. Não estabeleceu uniformidade, discriminou. Uma discriminação indevida

entre os tomadores, onerando mais as operações de crédito cujos mutuários sejam Pessoas Físicas, a alíquota foi de 0,0082% em relação àquelas em que os mutuários são Pessoas Jurídicas, a alíquota de 0,0041. Portanto, injustificadamente, o Governo desrespeita o princípio da isonomia tributária, taxa a Pessoa Física de uma forma e a Pessoa Jurídica de outra forma.

Portanto, Sr. Presidente, nós já elencamos aí três razões da exorbitância do Governo com esse Decreto: O Governo desrespeitou o teto estabelecido pelo Congresso Nacional; O Governo não respeitou o princípio da isonomia taxando diferentemente Pessoa Física e Pessoa Jurídica; O Governo aumentou tributos, transformando um instrumento regulador em instrumento arrecadador, além do que o Governo, aí não é uma questão legal, não é uma questão jurídica, mas passa a ser uma questão ética, desrespeitou o compromisso assumido com a Oposição no Congresso Nacional. [soa a campanha]

Portanto, Sr. Presidente, há razões de sobra para aprovação desse Decreto Legislativo que susta os efeitos do Decreto do Governo até porque está comprovado – o Governo vem batendo todos os recordes de receita. Não tem razão o Senador Romero Jucá quando sinaliza com o fim do mundo se esse Decreto Legislativo for aprovado. Desta forma sinalizava o Governo quando a oposição rejeitou a prorrogação da CPMF. O Governo sinalizava também com o fim do mundo, era impossível governar o país. Nós ouvimos reiteradamente esses discursos... Seria impraticável, nós estaríamos colocando em risco a governabilidade. No entanto, já no mês de janeiro o Governo bateu todos os recordes de receita desmentindo o discurso oficial do final do ano anterior. [soa a campanha]

E a receita do Governo Federal, a receita da União vem crescendo mês a mês. [soa a campanha] O próprio orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, estou concluindo, Sr. Presidente, o próprio orçamento aprovado pelo Congresso Nacional estabelece 30% a mais de investimento do que previa o orçamento encaminhado pela União, pelo Poder Executivo ao Legislativo antes da extinção da CPMF, ou seja, quando o Governo contabilizava os recursos da CPMF, encaminhava ao Congresso um orçamento com investimentos 30% inferiores àquele orçamento aprovado pelo Congresso Nacional depois do fim da CPMF.

Portanto, Sr. Presidente, os argumentos de que o Governo não tem condições de administrar o país sem os recursos do IOF não são consistentes, eles não podem prevalecer. O que deve prevalecer nesta Casa do Congresso Nacional é a defesa da sociedade brasileira. A verdade é que a nossa carga tributária exorbita, nossa carga tributária esmaga, a nossa carga

tributária trava o processo de crescimento econômico desse país. O povo brasileiro não agüenta mais pagar tanto imposto. Há um exagero na cobrança de impostos no país, portanto, o que cabe ao Governo é reduzir despesas correntes, de reduzir as despesas de custeio da máquina pública que cresce assustadoramente, e reduzir os encargos para que a população brasileira possa produzir e promover o crescimento econômico do país. [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com a palavra a seguir o nobre vice-Presidente da Comissão, Senador Valter Pereira.

Com a palavra... E vou solicitar aqui, a partir de então, sejam concedidos 5 minutos para cada intervenção e vou considerar também

inscrito, pela ordem, o nobre Senador Jefferson Peres. Com a palavra o Senador Valter Pereira. O Senador Sibá Machado também.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, comungo com grande parte da sustentação feita pelo Senador Álvaro Dias. Efetivamente o Brasil convive com uma carga tributária atípica, é uma das mais elevadas do mundo e sobre isso o Senado Federal tem debruçado estudos e feito duras críticas. Entendo que... O Governo teria que estudar uma mudança na política tributária de forma a desonerar o setor produtivo, porque sobre esse é que existe, efetivamente, um efeito maléfico. Por quê? No setor produtivo a carga tributária vai repercutir no preço do produto, vai repercutir na inflação etc.

O que aconteceu por ocasião da discussão da CPMF, a derrubada dessa contribuição e as medidas que foram adotadas posteriormente? O Governo quando perdeu a receita da CPMF adotou algumas medidas como, por exemplo, a majoração da Contribuição Social sobre o lucro líquido dos bancos, a majoração do IOF e anunciou, também, uma redução de gastos.

Quanto à majoração da Contribuição Social do Lucro Líquido que incide, exclusivamente, sobre as Instituições Financeiras a repercussão desse imposto, dessa medida se dá no âmbito exclusivo do banco. Por quê? Porque aqui nós estamos discutindo o Imposto de Renda. O que é o Imposto de Renda? O Imposto de Renda é o resultado... O resultado do custo operacional com o crédito(F) que foi obtido pelo banco, pelo sistema financeiro, ou seja, é o lucro líquido, é a apuração do resultado. Então, isso aqui não se transfere, quem arcaria com esse ônus seria única e exclusivamente o banco. E todos nós conhecemos os balanços dos bancos e sabemos que nenhum segmento da economia locupletou tanto dessa agiotagem que ocorre no Brasil como sistema financeiro, foi o único

sistema que realmente enriqueceu, que se apropriou da riqueza desse país.

O que acontece com o IOF? O IOF já é um imposto. Um imposto que vai repercutir numa outra fase, numa fase onde o banco tem a oportunidade de tirar do seu mutuário, do seu cliente, daquele que é o seu tomador, daquele que vai tomar o seu empréstimo. Portanto, no caso do IOF, nós não estaremos penalizando quem está se locupletando, nós estaremos penalizando, isto sim, aquele que é o tomador, aquele que é o cliente, ou seja, o consumidor. soa a campanha]

Fosse a proposta do ilustre Senador Álvaro Dias incidente sobre a Contribuição Social, sobre o lucro líquido dos bancos, ou seja, sobre o

Imposto de Renda do Sistema Financeiro eu ia fazer uma sustentação aqui em defesa da proposta. Por quê? Porque eu acho que quem tem que pagar imposto é quem tem capacidade contributiva, e ninguém neste país tem mais capacidade contributiva do que o Sistema Financeiro.

Agora, nós entrarmos mais uma vez para penalizar o cliente, para penalizar o consumidor essa eu sou contra. Eu acho que nós temos que aliviar o consumidor. Aqui quem vai pagar a conta é o consumidor.

Então, era essa a manifestação. Dessa forma, eu acho que nós temos que manter do jeito que está e aqui subscrevo a proposta do Senador Álvaro Dias se ele quiser entrar no lucro, no lucro do banco... Se ele quiser ir no Imposto de Renda, se ele quiser incidir sobre a Contribuição Social do Lucro Líquido do banco. Aí, eu acho que é correta a medida e eu subscreverei, mas nas condições atuais, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concede um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu acho que o Senado Federal precisa fazer uma discussão um pouco mais aprofundada sobre uma matéria desta natureza. É evidente que nós temos uma carga tributária elevada e por sinal o que me estranha é que a liderança do Governo anterior que patrocinara a construção dessa carga tributária e sabe as razões porque isso aconteceu – aconteceu porque o Brasil tem uma dívida pública extremamente elevada e de péssima qualidade – nós somos um país que viveu a mais longa hiperinflação da história, de 1980 a 1994. A hiperinflação chegou aos 23 trilhões de pontos percentuais. E exatamente para superar esse quadro de hiperinflação, de desorganização das Finanças Públicas, o país teve que fazer um imenso esforço fiscal, porque nós temos uma dívida pública

muito elevada com um custo extremamente elevado. Por isso, a carga tributária é elevada no Brasil. Nós temos uma taxa de juros que é a menor dos últimos 23 anos, mas ainda é muito alta. E com todo o esforço fiscal de superávit primário, nós ainda temos déficit nominal nas contas públicas, num país que hoje tem uma carência imensa de investimento em infra-estrutura, em logística, em energia, estradas, portos, aeroportos, demandas sociais acumuladas – particularmente a área da saúde pública, é uma área extremamente vulnerável. Portanto, a discussão precisa ser um pouco mais qualificada.

O IOF, por que é que ele permaneceu ao longo de toda a história econômica e nem o Governo anterior, nem esse se dispuseram a retirar esse instrumento? Porque ele tem um papel regulatório.

Quando o Governo introduz o dispositivo do IOF sobre aplicações estrangeiras em título de renda pública e não me venham dizer que isso é para beneficiar o contribuinte brasileiro. Não é. Não é. São investidores estrangeiros que hoje especulam arbitragem de taxa de juros, como a taxa de juros nos Estados Unidos é negativa, no Japão é negativa, existe um mecanismo chamado **carry over**(F), ele toma dinheiro lá barato para aplicar financeiramente na arbitragem de juros no Brasil que ainda é alto e tem um ganho especulativo com essas operações.

Ora, o Governo tem hoje uma pressão inflacionária que decorre, sobretudo, da pressão do índice de custo de vida que vem dos alimentos no mundo inteiro e a metade dos índices do Brasil. Portanto, a margem para cumprir a meta de inflação que é inegociável de 4,5% é pequena na política monetária. O Governo diante... O Banco Central diante desse dispositivo toma a decisão de fazer um aumento da taxa de juros que vai aumentar os encargos financeiros do Governo e a sobrecarga na política fiscal. O IOF é o instrumento para impedir que o câmbio continue se apreciando, que as importações possam crescer de forma explosiva, deteriorando as contas externas e prejudicando, como já prejudicou no passado, o equilíbrio das contas externas do Brasil que hoje são a blindagem quando há crise internacional. Por que o Brasil não foi atingido até agora por essa crise? Porque tem 195 bilhões de dólares em caixa e isso veio exatamente do superávit comercial.

A taxa de juros, hoje, ela estimula a apreciação do Real, a valorização do Real, e é o único instrumento que o Governo tem para impedir que isso se aprofunde é o IOF. Portanto, eu peço ao Senador Flexa Ribeiro, eu poderia, inclusive, argumentar que, do ponto de vista Constitucional, o Decreto sequer faz as exposições do motivo onde exorbitou o Governo nos

seus instrumentos legais de governar. Mas eu peço que haja uma discussão mais aprofundada, porque o país não tem como abdicar do IOF para tentar amenizar o processo de apreciação do câmbio para não deteriorar as contas externas do Brasil, que seguramente nós conhecemos aonde isso vai dar. E só olhar para o passado e ver a submissão ao FMI, a instabilidade econômica, financeira, e todas as dificuldades que nós tivemos. A grande diferença em relação às crises anteriores [soa a campainha] é a situação das contas externas do Brasil, 195 bilhões de dólares e o superávit comercial.

O superávit está se deteriorando, o IOF é o grande instrumento de evitar uma apreciação mais rápida e mais profunda na taxa de câmbio. Por isso, eu faço um apelo à responsabilidade política e que nós não patrocinamos essa iniciativa que tem um significado, talvez, eleitoral, duvido...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite um aparte, Senador?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Porque sequer há uma intervenção direta do ponto de vista do interesse do contribuinte. Mas vai desestabilizar ainda mais a situação, eu diria, já delicada das nossas contas externas que não é um problema no curto prazo, mas será um problema a médio e longo prazo. Por isso o IOF é indispensável para evitar a apreciação...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Pois não, Senador Álvaro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – A minha proposta não extingue o IOF, a minha proposta elimina a exorbitância e V. Ex^a afirmou que na exposição de motivos nós não apontamos onde exorbitou o Governo. Apontamos sim, vários itens de exorbitância. O primeiro deles é que transformou, e V. Ex^a mesmo se referiu a isso, um instrumento regulador em instrumento arrecadador, reajustando a alíquota e criando adicionalmente uma nova alíquota. Exorbitou porque alterou o teto de receita estabelecido pelo Congresso Nacional no final do ano passado – quando extinguiu a CPMF – retirou 40 bilhões de Reais dos cofres públicos, mantendo-os com o setor privado. Exorbitou na medida em que não respeita o princípio da isonomia tributária, estabelecendo taxaçaõ diferenciada de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Portanto, são vários os pontos de exorbitância do Poder Executivo e para concluir, afirmando que IOF é sim um instrumento importante de regulação, e, por isso, nós não estamos propondo a sua extinção. Estamos apenas tentando evitar que o Governo,

exorbitando no seu ato de legislar, arbitrariamente possa transformá-lo em instrumento de arrecadação como se o país estivesse necessitando, neste momento, aumentar, modernizar ou aprimorar, ou ampliar os seus instrumentos de arrecadação já que está arrecadando além do que estabelece o limite do bom senso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Dou aparte ao Senador Romero Jucá e concluo em seguida, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Mercadante, queria só lembrar, também, que dentro dos aspectos técnicos a proposta de cortar parte do recurso do IOF ela bate de frente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque esses recursos já estão previstos no Orçamento e em nenhum momento a proposta diz, cortando esse recurso, de onde virá a substituição de recursos para manter as despesas que já estão programadas no Orçamento. Portanto, não só na questão da crise fiscal, mas, tecnicamente, na confecção da proposta orçamentária e na Lei de Responsabilidade Fiscal a proposta não tem amparo técnico.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Sr. Presidente, para concluir...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Para concluir, eu vou conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu queria concluir dizendo, em primeiro lugar, que o Orçamento que foi aprovado, foi aprovado no amplo entendimento desta Casa. É verdade que há um ganho extraordinário de receita esse ano porque o país está crescendo 6% ao ano e puxado fundamentalmente pelo consumo das famílias que é 8,5% e é este consumo das famílias que é o mercado interno que permite um ganho expressivo de receita.

Nós teremos que recuperar força das exportações e nós não poderemos conviver muito tempo com desequilíbrio no balanço comercial, à medida que as exportações crescerem nós são desoneradas. Portanto, PIB quando cresce puxado pelas exportações não traz o resultado fiscal que nós temos nesse momento. Nós perdemos o mecanismo permanente de receita tributária que era a CPMF e que financiava 85% das internações cirurgias do país, toda, média e alta complexidade; e o IOF, vou terminar dizendo, ele é indispensável para amenizar o processo de apreciação do câmbio que prejudica hoje a indústria brasileira já, prejudica a agricultura e ele é decorren-

te da arbitragem de juros, exatamente ao colocar o IOF que antes na arbitragem, na compra de títulos públicos para o capital estrangeiro, nós estamos diminuindo parte da especulação financeira colocando um dispositivo de imprevisibilidade para o aplicador financeiro e um instrumento que o Governo terá que acionar tantas vezes quanto for necessário, se nós não quisermos prejudicar o balanço comercial e não expomos o Brasil a essa forte turbulência de uma crise financeira em evolução e que nós sabemos as repercussões que ela traz e o passado nos ensina por onde não caminhar.

Por tudo isso, o IOF é indispensável nesse momento à regulação econômica e a arrecadação é decorrente desse papel de tributar o capital financeiro e não vejo o porquê o Senado deveria patrocinar essa proposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Com a palavra, pela ordem, nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, como Relator desse Projeto do nobre Senador Álvaro Dias, eu fiz o meu relatório bem consubstanciado, mas vejo que pelas dúvidas que suscitou em relação aos membros da base do Governo, uns apoiando; outros divergindo do relatório, e alguns até dando argumentos a favor porque, realmente, a majoração da alíquota do IOF não é a extinção do IOF, foi a majoração, ela foi feita transformando o imposto que é de regulador em arrecadador.

Então, peço a V. Ex^a para que eu possa fazer uma análise melhor, possa, inclusive, conversar com a própria base do Governo para rever o parecer que seja retirado de Pauta este processo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Permita um aparte...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós não concordamos, já estamos discutindo, nós queremos votar a matéria, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu peço que retire de Pauta para rediscussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Há precedentes na Comissão de retirada de proposição para reexame. Então, a Mesa acolhe a proposição.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu recorro, eu recorro do pedido de reexame ao plenário para que nós possamos votar hoje, queria que fosse ouvido o plenário.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – A Presidência já concordou com o pedido...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas eu recorri da decisão do Presidente para o plenário, é natural.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O plenário vai contra a decisão do Presidente, Senador Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O plenário vai a favor da discussão da continuidade que nós já discutimos agora, e vamos votar agora. Já foi dado vista, nós queremos votar hoje. Eu recorro da decisão do Presidente Marco Maciel e peço que ele ouça o plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pedido para reexaminar o meu Parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não concordamos, peço que ele ouça o plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com a concordância do Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu só quero, Sr. Presidente, comunicar ao Senador Romero Jucá que se em função da circunstância esse Decreto Legislativo for rejeitado aqui, eu vou recorrer ao plenário do Senado Federal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a tem todo o direito de recorrer como eu estou recorrendo agora da decisão do Presidente Marco Maciel.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – O curioso, Presidente, é que dizem que quem radicaliza é a oposição, o líder do Governo toma essa posição num desrespeito a V. Ex^a e a oposição é quem radicaliza.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – De forma nenhuma, Sr. Presidente. Não estou faltando com respeito a ninguém. Nós estamos discutindo. Eu entendo que a manobra do Senador Flexa é uma manobra para atrasar a votação, porque a oposição não tem maioria. Ele não vai mudar o parecer dele, a não ser que ele diga que vá mudar o parecer dele. Eu entendo que ele não vá. Então, nós queremos votar hoje.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Presidente, com todo o respeito, eu acho que é um direito do Relator pedir para ele apreciar e um direito do Senador Jucá pedir para recorrer. Eu vou votar se for recurso com o Senador, porque eu acho absolutamente normal. Na verdade, tanto o Senador Mercadante como o Senador Álvaro Dias levantaram argumentos novos que eu acho que uma apreciação profunda do Senador vai nos facilitar, e não vejo em que uma semana vai atrasar o Projeto. O Projeto... A Lei está em vigor, não muda nada. Eu gostaria, faria um apelo ao Jucá no sentido de permitir isso. Vi boa intenção, está claro que o Senador do PSDB pode estar pensando

ao contrário, mas ele trazer mais esclarecimentos sobre os fatos importantes apresentados pelo Senador Mercadante e pelo Senador Álvaro Dias, eu acho muito importante que a gente veja o pensamento dele.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ademais, porque há precedentes. Em segundo lugar, porque também com isso nós poderemos avançar com a Pauta. Nós temos Projetos terminativos que não podemos apreciar. Há quórum para apreciar e não podemos apreciar tendo em vista a grande quantidade de oradores inscritos. Com isso, nós daríamos economia processual e poderíamos avançar em matérias pendentes sem prejuízo que tempestivamente o nobre Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está muito angustiado, às vezes, ele não está presente e a oposição terminou derrubando o pensamento dele e como, agora, ele tem maioria ele quer garantir a maioria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro. Eu mantenho meu recurso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu garanto que semana que vem ele tem maioria de novo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pela ordem Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, me parece que nem mesmo cabe recurso nesse caso. O autor do Projeto concorda com o sobrestamento da matéria, o Relator solicita o sobrestamento da matéria e o Presidente da Comissão atende.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Há um recurso e a maioria do plenário decide o recurso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não sei se é regimental, mas certamente não é da boa prática da convivência, principalmente da boa convivência entre Senadores – principalmente a Oposição e Situação – em que pese o fato de que esta matéria tem origem exatamente no desrespeito a um compromisso assumido pelo Governo e exatamente pela figura do seu líder – através da figura do seu líder Senador Romero Jucá – no final do ano passado quando houve um entendimento relativamente a votação da DRU. Isso é matéria vencida.

Eu quero, Sr. Presidente, destacar, que V. Ex^a merece todo o respeito dessa Comissão. E este atendimento ao apelo do Senador Flexa Ribeiro tem a concordância do autor da matéria e nós lamentamos que o Senador Romero Jucá solicite ao plenário desta Comissão que reveja uma decisão do Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho meu recurso. Senador Pedro Simon já votou sim com o Senador Flexa Ribeiro. Eu voto não. Gostaria que V. Ex^a tomasse os votos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou que eu não seria o último, verdadeiramente, porque eu nem falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim, porque a... Não, na realidade V. Ex^a está na lista de inscritos. Mas como houve a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos discutir a preliminar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, eu achei, até por economia processual, que nós deveríamos suspender a discussão para que se acolhido... Se acolhida a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro, a matéria teria sua discussão sobrestada e nós poderíamos avançar em outros Itens constantes da Pauta da reunião de hoje. Foi por essa razão, mas se não prevalecer a solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro a discussão prosseguirá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de saber, pelo regimento, em que artigo o Senador Romero Jucá se...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu recorro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a tem que...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu recorro da decisão de V. Ex^a eu gostaria que fosse somado os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de saber em que artigo do Regimento ele está...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – No que couber, Senador Flexa Ribeiro. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – No que couber, então, qual será esse artigo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Indefere.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Presidente, eu gostaria de saber por qual artigo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o recurso está feito, pode ser feito, já foi feito antes. Recurso pela decisão da Presidência é um instrumento corriqueiro nas Comissões. Portanto, eu faço o recurso e solicitaria a V. Ex^a que tomasse os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como também já é de praxe atender o pedido, como o Presidente já disse que já foi feito aqui, da retirada de Pauta quando o Relator assim solicita.

Então, não... Não é acordo não, é praxe. Como também – eu estou só pedindo a V. Ex^a – como regimentalista que o é, que baseie o seu recurso no artigo do Regimento. Só isso. É muito simples.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Chamar o Presidente de regimentalista é muito pouco... o Presidente é...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Jucá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, isso... o Senador Jucá é regimentalista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Regimentalista.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador é jurista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É muito mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, vamos submeter a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos coletar voto. Vamos coletar voto. [soa a campanha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é pedido de vista. Não é pedido de vista, pedido de vista é automático. Eu estou discutindo aqui continuar a votação, já foi dado vista coletiva. É uma matéria que está discutida, e eu solicito contrariamente [ininteligível] que seja tomado os votos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Continuo solicitando ao Senador Jucá...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – O nobre Senador Romero Jucá ele não está pedindo vista [soa a campanha]. Ele está solicitando a retirada de Pauta para reexame do parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – e eu estou discordando...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Baseado em que Regimento V. Ex^a discorda?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já estamos em discussão. Queria que V. Ex^a tomasse...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – A vista seria automática. E o adiamento não é.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Então, vamos submeter a votos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A liderança do Governo encaminha o voto não, Sr. Presidente, pela continuidade dos trabalhos. Contra o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP)

– Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, uma declaração de voto. Considerando que reduzir o IOF – que é o que busca o relatório – nós estaremos, na verdade, facilitando a vida dos bancos em prejuízo do erário, e considerando que se fosse essa majoração em cima da Contribuição Social do Lucro Líquido dos bancos, aí, nós estaríamos penalizando os bancos em favor do erário, considerando isso eu vou votar com a liderança do Governo. Votar contra o Parecer do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Geovani Borges. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senadora Kátia Abreu, Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Senador Eptácio Cafeteira, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) –

Quero discutir e votar. Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Há algum... bom...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Falta chamar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –

Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) –

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Sim. Há algum Senador ou Senadora que ainda não... Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tenho direito a voto. Suplente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Pode votar porque a representação não está completa do bloco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu gosto de ser suplente, tenho um grande carinho pela suplência. Meu voto acompanhando meu grande líder Jucá. Não. Ainda queria, Sr. Presidente, retirar a minha parte da discussão. Não vou discutir o assunto, botar direto em votação. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, eu não votei ainda, meu voto é conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Senador Flexa Ribeiro. [soa a campanha] Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Voto conhecido, Presidente. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Vamos proclamar o resultado. 11 Srs e Srs. Senadores votaram contrariamente à solicitação do nobre Senador Flexa Ribeiro e 4 Senadores

votaram a favor. Então, vamos prosseguir a discussão da matéria. O próximo orador inscrito, nobre Senador Wellington Salgado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se for continuar a discussão, eu gostaria de falar. Se for direto a votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Há outros oradores inscritos e se V. Ex^a desejar falar poderá fazê-lo, senão passarei a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres que é o orador a seguir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou falar, Sr. Presidente. Srs. Senadores, eu vejo aqui que a oposição continua dirigindo um carro que tem o farol iluminado para trás. Olha sempre para trás, pelo retrovisor, dirige olhando pelo retrovisor. Tem que olhar para frente. Essa questão, o Brasil hoje todo mundo, todos os nossos Senadores sabem que o mundo inteiro passa por uma questão importantíssima, os famosos subprime(F).

O Brasil precisa adquirir o grau de investimento. Aqui o Equador já adquiriu, se eu não me engano, há uns três meses atrás, e o Brasil não consegue adquirir esse grau de investimento. Por que não consegue? Porque a todo o momento há mudança na Legislação com relação a equilíbrio fiscal nesse país. Acabou-se de derrubar o CPMF, derrubou-se o CPMF. A questão da arrecadação aumentou. Aumentou porque a fiscalização está funcionando de uma maneira que é incrível, Sr. Presidente. Não é porque se cria novos impostos não, é porque a arrecadação, a fiscalização – aí eu estou falando como empresário – a fiscalização está em cima de todos os contribuintes. Fiscalizando de tudo quanto é jeito, qualquer empresa e é Pessoa Física, Jurídica, então, a arrecadação aumenta porque a máquina está trabalhando.

Agora, todo o momento a oposição diz que aumenta porque está criando imposto. Não há como não criar imposto. O imposto ele é feito para poder se tapar algum problema que existe. A CPMF foi tirado 40 bilhões do caixa do Governo. O Governo teria que ter uma atitude para tentar acertar o Orçamento para que não houvesse o desequilíbrio fiscal como bem colocou o Senador Mercadante que é um especialista na área, um estudioso no assunto. Aí lá vem a oposição e diz que foi criado imposto. Fica tentando tomar atitude, algo que aconteceu lá em janeiro, nós já estamos em final de abril, 23 de abril, segundo o calendário aqui, Sr. Presidente. Mas ela continua lá em janeiro quando foi derrubado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi exatamente quando foi apresentado o Decreto Legislativo, foi em janeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É, mas o mundo já mudou, hoje é tudo muito rápido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Apresentei no dia seguinte, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É muito rápido, ficou para trás o que V. Ex^a apresentou, o mundo caminhou, a roda girou, a fila andou.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Imagine, imagine os Projetos que estão aqui há 10 anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas esse específico afeta o equilíbrio fiscal. V. Ex^a sabe que eu tenho um carinho especial por V. Ex^a, mas não posso defender um desequilíbrio fiscal no país que está sendo muito bem conduzido, não me pergunte por quê? O Presidente Lula não estudou. Agora, ele formou uma grande equipe, o país está dando certo. Como é que eu vou torcer para poder dar errado. Eu tenho que torcer para dar certo. Eu não vou ficar torcendo para não chover para que haja crise elétrica, não vou ficar torcendo para que o subprime(F) chegue ao Brasil. É todo dia alguém torcendo para que as coisas dêem erradas, eu não vou torcer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Permite um aparte nobre Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Deixa eu gastar um pouquinho mais do meu tempo, Senador Flexa, V. Ex^a pega tempo de todo mundo, tem 2 minutos e 10 e vou dar um aparte a V. Ex^a. Eu gosto de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É 30 segundos só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Jura? 30 segundos para V. Ex^a. [soa a campainha]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para dizer a V. Ex^a que o Governo ele... Realmente, não é a oposição que fica olhando pelo retrovisor é o Governo. Por isso que a política econômica dele dá certo, está olhando a política do Governo Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Flexa, o Fernando Henrique já está lá escrevendo os livros dele, fazendo as palestras dele, fale no Governador Serra, fale no Governador Aécio que é o candidato de vocês, não venha falar do Fernando Henrique. O Fernando Henrique já fez a contribuição de 8 anos, 8 anos

pelo país. Agora está na hora de cuidar dos netos, está na hora de ficar discutindo dentro do PSDB, ficar criando polêmicas. O Lula está aí, a hora é do Lula e está acabando, está acabando. Todo mundo diz que ele quer mais 4 anos, ele diz que não quer. Ele vai voltar depois.

Então, Sr. Presidente, é o que eu tinha a dizer. Não há como ficar mexendo nesse desequilíbrio fiscal do país. Nós temos que dar credibilidade ao mercado internacional. Temos que dar credibilidade ao Brasil para que o mercado internacional venha investir aqui. Quando foi na época do país nós tivemos financiamento de carro em 99 meses, [soa a campainha] financiamento de apartamento em 180 meses. Isso é fruto de quê? Isso é fruto de confiança. Hoje, existe confiança na administração do Brasil. É por isso que está se dando prazo, está se dando condições de se adquirir dentro de um fluxo de caixa, porque tudo na vida é fluxo de caixa. Se entrou no seu fluxo de caixa, você pode fazer. É só ter a vontade de querer. Só isso, Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Dei a palavra ao próximo orador, o nobre Senador Jefferson Peres. A Presidência deseja informar ao plenário que, ao submeter a matéria a voto, o fez de forma correta. Posto que, de acordo com o art. 256, a retirada de proposições em curso no Senado é permitido desde que ainda não tenha sido iniciada a sua votação e quando se tratar de Emenda, antes iniciada a votação da matéria principal. Eu faço apenas o esclarecimento ao plenário para que fique bem claro que a decisão que a Presidência adotou estava amparada no Regimento Interno do Senado.

Concedo agora a palavra para discutir a proposição o nobre Senador Jefferson Peres. A seguir, o nobre Senador Sibá Machado e depois o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Há de chegar um tempo em que a austeridade fiscal e o equilíbrio das contas públicas deixem de ser uma questão de Governo e Oposição para impregnar a cultura de toda a classe política brasileira porque isso é de interesse de todo o país.

O aumento das alíquotas do IOF foi feita para compensar, em parte, a supressão da CPMF. É certo que o crescimento da economia, do PIB, se refletiu no aumento da arrecadação e não aconteceu aquele desastre que poderia ter ocorrido com a perda de cerca de 40 bilhões de Reais.

Sr. Presidente, eu lamento discordar do ilustre autor da matéria, Senador Álvaro Dias e do ilustre

Relator Senador Flexa Ribeiro. Não me convenceu o argumento, por exemplo, jurídico, segundo o qual estaria ferido o Princípio da Isonomia com a cobrança diferenciada de alíquotas de Pessoas Físicas e Jurídicas. Fosse assim, Sr. Presidente, o Imposto de Renda não contemplaria alíquotas diferenciadas também para Pessoas

Físicas e Jurídicas. Portanto, acho que o óbice jurídico Constitucional não existe. Por outro lado, Sr. Presidente, nós vivemos tempos difíceis, incertos. Mas não sabemos qual será toda a extensão e a profundidade da crise gerada pelo subprimes(F) na economia americana. É possível e até provável que chegue ao Brasil ainda este ano no 2º semestre, haja uma... Ocorra uma desaceleração do crescimento econômico, conseqüentemente, uma redução da arrecadação. E assim seria temerário nós tirarmos do Governo este instrumento para aumentar a Receita Federal. Não creio que... Eu acho muito, acho até e, bastante provável, que esse reflexo negativo na economia brasileira aconteça, Sr. Presidente. E as dificuldades para o Governo seriam muito grandes.

É preciso definitivamente, é preciso definitivamente afastar essa idéia de que o Brasil tem superávit. Os economistas brasileiros inventaram essa coisa de superávit primário. O orçamento brasileiro é deficitário. Há um déficit nominal. Contando em juros e os juros têm de ser pagos sob pena de o Governo, não honrando os seus compromissos, isso destruir o crédito público. Portanto, que história é essa de superávit primário? Nós temos é um déficit no Orçamento do Governo. Claro que deveremos buscar esse... Reduzir esse déficit ou até eliminá-lo mediante contensão dos gastos correntes.

Eu até sugeriria aos Senadores de oposição e eu me concluirei, me enfileirarei [soa a campainha], né, com a oposição se aproveitarem o Projeto da Reforma Tributária que haverá de chegar ao Senado ainda este ano, para colocar um mecanismo de contensão da expansão dos gastos correntes em relação ao PIB, Sr. Presidente. Esta sim será uma medida correta de buscar o equilíbrio das contas públicas. Mas, por enquanto, não e eu não posso concordar com isso. De forma que eu voto contra o parecer do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – S. Ex^a desiste de discutir a matéria. Então, eu indago se há Senadora ou Senador interessado, ain-

da, em discutir a proposição. Não havendo quem queira discuti-la, vou submeter à votação. A votação...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente. 30 segundos para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, então...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – PSDB encaminha o voto sim com o Relator e, apenas, reitero. Há sim exorbitância do Governo, não se legisla aumentando impostos ou criando alíquotas ou reajustando alíquotas através de Decreto. Eu creio que há uma violência praticada pelo Governo de forma inusitada e desrespeitando acordo celebrado com a oposição no Congresso Nacional. [soa a campanha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Governo encaminha o voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vou submeter a matéria a votos. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Geovani Borges. Senador Adelmir Santana. Senador Demóstenes Torres. Senadora Kátia Abreu. Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Eptácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu indago se há Senadora ou Senador que não tenha ainda exercido seu direito de voto. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Voto conhecido, Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Autor da proposição.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Não vota. Nem isso... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador José Maranhão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é óbvio.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas eu quero comunicar que vou recorrer ao plenário do Senado Federal. [soa a campanha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto ou não, Sr. Presidente. Você já anotou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agora está completo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já votou... claro, muito bem representado por sinal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vou proclamar o resultado. Foi rejeitado

o Parecer do Relator por 12 votos contra 3. De acordo com a norma regimental...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Porque o autor não pode... Então, são 12 votos não, 3 votos sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a palavra a V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu como aluno aplicado do nobre Senador Romero Jucá também vou aprender a fazer os recursos que o Senador tem feito constantemente. Então, pelo Regimento Interno do Senado Federal no art. 101, inciso VII, § 1º, diz o seguinte, Sr. Presidente. “Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente do Senado, salvo não sendo unânime o parecer como foi o caso aqui recurso interposto nos termos do art. 254”. Então, quero interpor recurso ao plenário da decisão da Comissão de Justiça.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com a palavra, para contraditar, ao nobre Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero apenas registrar ao Senador Flexa Ribeiro que a matéria foi derrubada não por inconstitucionalidade, mas, no mérito, em votação numérica. Mas independente disso, para não dizer que a gente está sendo radical, a gente concorda com o recurso para o plenário apesar de não ser o item com que o artigo que o Senador se referiu, mas a democracia deve bater voto e nós vamos bater voto no plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Bom, a Presidência... A Presidência com base no art. 128 do Regimento Interno, vai designar Relator do vencido para conseqüentemente... Para que seja proferido o voto. E a Mesa designará esse Relator e a matéria voltará à reunião da próxima quarta-feira. A próxima Reunião Ordinária para que o Relator do vencido possa apresentar o seu Parecer. E vou designar que, também, até por uma exigência regimental, que o Relator do vencido seja integrante... Seja integrante da maioria... Do voto majoritário. A matéria então, voltará na próxima Reunião para que o

Relator do vencido possa elaborar o seu Parecer. Se não houver objeção...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 21 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Pois não, está aprovado. Estão em discussão. Em votação. Aprovado. A Audiência se realizará na próxima terça-feira, as quatorze horas.

Vou conceder agora a palavra, antes de iniciarmos a sabatina, ao nobre Senador Romero Jucá para ser Relator do Parecer vencedor, relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR), Senhor Presidente, nós tivemos já a discussão dessa matéria, nós encaminhamos contra, nós derrubamos o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, portanto, o relatório do vencido é exatamente contrário ao Projeto, pelo arquivamento da matéria. O Voto está proferido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Estão acolhida a manifestação do Senador Romero Jucá, vou iniciar agora a sabatina.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR), Eu peço a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Para questão de ordem, o nobre Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR), Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo é de minha autoria, nós já debatemos na Reunião em que fomos vencidos. Apenas para comunicar a essa Comissão que já temos as assinaturas necessárias com recurso para o Plenário do Senado Federal. Eu creio que trata-se de debater se a carga tributária é exorbitante ou não é, trata-se de debater inconstitucionalidades flagrantes e acho que esse debate vale, deve prosseguir e nós vamos levá-lo ao Plenário do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE Senador MARCO MACIEL (DEM – PE) – Vamos agora, então, iniciar a sabatina dos indicados para o STJ. Eu gostaria de convidar os senhores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA), Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA), O Item 1 já foi votado, o Voto vencido?

SR. PRESIDENTE Senador MARCO MACIEL (DEM – PE) – Já foi relatado, o Voto vencedor já foi relatado, a matéria já tinha sido votada anteriormente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu também quero registrar, Presidente, que vou recorrer ao Plenário para que possamos discuti-lo lá na tramitação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE), Pois não, a presidência está ciente da manifestação de V. Ex^a.

Eu gostaria de convidar o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Tasso Jereissati para introduzir o Dr. Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que será o primeiro a ser sabatinado. Gostaria, também, de que S. Ex^{as}, introduzissem também o Dr. Mauro Luiz Campbell Marques, que é indicado em vaga reservadamente do Ministério Público, e, finalmente, introduzissem também o Magistrado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. n° CE/54/2008

Brasília, 6 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 386, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “Altera o art. 47 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no Ensino Superior”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, _ Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o

prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado n° 386, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foram lidos anteriormente os Pareceres n°s 525 e 526, de 2008, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara n° 126, de 2007** (n° 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea o do inciso VII do **caput** do art. 27 da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa) ; e
- **Projeto de Lei da Câmara n° 5, de 2008** (n° 3.246/2004, na Casa de origem), que altera o art. 13 da Lei n° 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o Parecer n° 528, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente ao **Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 2008**, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra, que *determina a sustação do Decreto n° 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual “altera o Decreto n° 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF” e do Decreto n° 6.339, que “altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”*.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício de ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 99/2008, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 125, de 2008, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- As informações referentes ao Requerimento nº 125, de 2008, encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 105/2008, de 3 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 219, de 2008, da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações referentes ao Requerimento nº 219, de 2008, foram encaminhadas, em cópia, ao requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

- Nº 161/2008, de 2 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 84, de 2008, do Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- As informações referentes ao Requerimento nº 84, de 2008, encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Pela ordem, tem a palavra o Senador Marco Maciel. Ou V. Ex^a falará como orador inscrito?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. Eu gostaria de comunicar a V. Ex^a que, de acordo com entendimentos que tive com o Senador Paulo Paim, S. Ex^a me autorizou a falar antes dele, por motivo de força maior.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Por permuta com o Senador Paulo Paim, V. Ex^a fará uso da palavra como orador inscrito.

V. Ex^a terá 20 minutos, e o tempo prorrogável regimentalmente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, venho à tribuna nesta tarde para solicitar à Mesa do Senado Federal, ouvido o Plenário da Casa, e na forma do art. 160 do Regimento Interno, seja destinado o período do Expediente a assinalar a passagem dos 400 anos do aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ofereço alguns argumentos para justificar o Requerimento que agora estou apresentando.

Como se sabe, o Padre Antônio Vieira foi um vulto invulgar que teve uma destacada atuação no Século XVII não somente em Portugal, na Europa, mas também, e sobretudo, no Brasil.

Reconhecido pelo poeta Fernando Pessoa como “*O Imperador da Língua Portuguesa*”, vez que o Padre Antônio Vieira se expressava com grande esmero em nosso vernáculo.

O Padre Antonio Vieira nasceu, como já disse, nos inícios do Século XVII, em Lisboa, e, aos seis anos – leia-se em 1614 –, veio para o Brasil, posto que seu pai foi designado, pelo Governo de Portugal, escrivão na então Capitania da Bahia.

Exerceu Padre Vieira enorme influência como orador sacro, escritor, político e missionário, entre outras atividades, durante quase todo o tempo em que viveu.

Vieira é uma personalidade por demais rica, plerótica em seu pensamento e ação, deixando-nos desconcertados com sua atuação em praticamente todos os territórios da atividade humana, quer na condição de sacerdote, quer no cumprimento de funções públicas, muitas delas inclusive de política externa.

Observa com propriedade o escritor e crítico Alcir Pécora, aliás um dos grandes conhecedores da obra e do pensamento do Padre Antonio Vieira: “*não há escrito do jesuíta que não seja político. Não sê-lo para ele equivaleria a renunciar à prática da caridade cristã, deixar de intervir nas formas de vida social do homem, de modo a prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu livre arbítrio, co-autor da Providência*”.

Ressalte-se que celebração de tão magna efeméride associa brasileiros e portugueses, pois não é sem razão que o Padre Antonio Vieira é considerado o cidadão de dois mundos.

Devo, por oportuno, lembrar que outro vulto da Igreja Católica Apostólica Romana também está vendo passar mais um ano de seu falecimento. Eu me refiro a José de Anchieta, beato, presbítero, missionário, que também ganhou em nosso País o título de apóstolo do Brasil pela sua dedicação ao povo nativo, especial-

mente aos índios, em cujo meio exerceu uma notável atividade missionária.

José de Anchieta nasceu antes do Padre Antônio Vieira, no Século XVI, em 1534, e faleceu em 1597. Ao Brasil, ele chegou em 1554 e, a partir daí, realizou um excelente trabalho ainda hoje não totalmente reconhecido.

Voltando a falar sobre o Padre Antonio Vieira, o Senado não pode deixar de estar atento à preservação da memória nacional e ao zelo pela contribuição oferecida à cultura por tão grande personalidade.

Requeiro, portanto, que seja dedicado o Período do Expediente, em data a ser marcada pela Mesa Diretora, para homenagearmos o seu fecundo legado.

Desejo, Sr. Presidente, registrar que a Embaixada de Portugal no Brasil, através do seu Embaixador Francisco Seixas da Costa, está também, juntamente com outras entidades culturais portuguesas, promovendo eventos alusivos à passagem de tão expressivo acontecimento.

Da mesma forma, entendemos nós, o Governo brasileiro, as instituições culturais brasileiras não podem ficar indiferentes à passagem de tão significativo evento, daí por que proponho a realização de homenagem ao Padre Antonio Vieira, em reconhecimento aos notáveis serviços que ele prestou quer a Portugal, quer ao Brasil e também para que, através do estudo de seus feitos, de suas ações, de seu pensamento, possamos melhor conhecer a nossa História. Em assim fazendo, estaremos iluminando o futuro, pois, como disse certa feita o historiador Carlo Levy, “o futuro tem um coração antigo” e, portanto, não podemos conhecer bem a nossa História se não olharmos para o passado.

Sr. Presidente, desejo apresentar, por fim, requerimento, também subscrito por V. Ex^a, nobre Senador Papaléo Paes, e pelos Senadores Paulo Paim e Geovani Borges, de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Assis Meira Filho, que representou o Distrito Federal.

Peço inserção em ata de voto de profundo pesar pelo seu falecimento, a apresentação de condolências a seus familiares, ao Governo do Distrito Federal e ao Clube dos Pioneiros de Brasília, instituição à qual ele pertencia.

Essas eram as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 746, DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 08 de junho, na cidade de Brasília-DF:

I. inserção em ata de voto de profundo pesar;

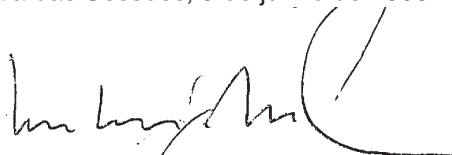
II. apresentação de condolências:

a) a seus familiares

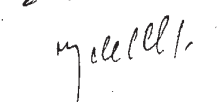
b) ao Governo do Distrito Federal;

c) ao Clube dos Pioneiros de Brasília.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008.



Senador Marco Maciel



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 747, DE 2008

Na forma do disposto no Art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o Período do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira.

Justificação

Reconhecido pelo poeta Fernando Pessoa como “Imperador da língua portuguesa”, o Padre Antônio Vieira nasceu nos pródomos do século XVII, em Lisboa e, aos seis anos, em 1614, veio para o Brasil, posto

que seu pai fora designado, pelo Governo de Portugal, escrivão na então Capitania da Bahia.

Exerceu Padre Vieira enorme influência – como orador sacro, escritor, político e missionário, entre outras atividades – durante quase todo o tempo que viveu.

Vieira é uma personalidade por demais rica, plástica em seu pensamento e ação, deixando-nos desconcertados com sua atuação em praticamente todos territórios da atividade humana – quer na condição de sacerdote, quer no desincumbimento de funções públicas, muitas delas de política externa.

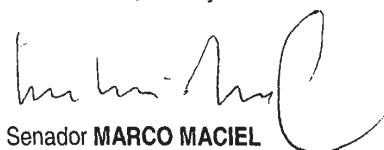
Observa com propriedade Alcir Pécora, arguto conhecedor da vida e obra do Padre Vieira, “... não há escrito do jesuíta que não seja político: não sê-lo, para ele (Vieira), equivaleria a renunciar à prática da caridade cristã, deixar de intervir nas formas de vida social do homem de modo a prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu livre arbítrio, co-autor da Providência”.

Ressalte-se que celebração de tão magna efeméride associa – brasileiros e portugueses, pois não é sem razão que o Padre Antônio Vieira é considerado cidadão de dois mundos.

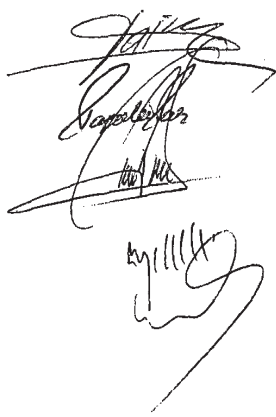
Impõe-se, portanto, ao Senado Federal, atento à preservação da memória nacional e zelo pela contribuição oferecida à cultura por tão grande vulto que foi Padre Antônio Vieira, dedica a hora do expediente em data a ser fixada pela Mesa Diretora da Casa, para homenagearmos seu fecundo legado.

Desejo, ao final, registrar que a Embaixada de Portugal no Brasil, juntamente com outras entidades culturais portuguesas, está promovendo eventos alusivos à passagem de tão expressivo acontecimento.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008.



Senador **MARCO MACIEL**



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel. S. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me, por obséquio, para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra após o Senador Paulo Paim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Senador Marco Maciel, Senador Geovani, Senador Mário Couto, de quem faço questão de citar o nome. Tenho certeza, Senador Mário Couto, de que nessa terça-feira vou acompanhar V. Ex^a na reunião que teremos com o Presidente Garibaldi para discutirmos a questão dos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Se V. Ex^a me permitir gostaria de acompanhá-los, fazendo justiça a V. Ex^a e ao Senador Mário Couto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que provocou essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pelas persistentes ações em favor dos idosos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para que se vote, de uma vez por todas, o fim do fator previdenciário e a garantia de que o aposentado e o pensionista vão receber o mesmo percentual concedido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Mas o grande comandante é V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

Senador Mário Couto, Senador Geovani, Senador Papaléo, Senador Marco Maciel, sou meio intrigado com algumas coisas. Sabe o que me dizem: “Não fale sobre isso. É o que eles querem. Não fale sobre isso”. Mas não consigo. Não vou levar para casa algumas questões que entendo serem uma ofensa ao próprio Parlamento, como uma nota que a revista **Veja** soltou este fim de semana. Só vou sintetizar a nota.

Não; vou ler a notinha da revista **Veja**. Vou ler porque não consigo, embora me digam para não dar bola para isso.

O que dizem aqui:

Deputados e Senadores só trabalham três dias por semana e contam com dois períodos de recesso durante o ano. É um vidão. Não se pode, entretanto, descuidar de que são egoístas. Alguns se esforçam para aprovar projetos que estendam a toda a população o direito à vagabundagem remunerada. (...)

Ou seja, nós não trabalhamos nem segunda nem sexta. Não sei o que estamos fazendo aqui. Hoje é uma segunda-feira, e sexta-feira nós estávamos aqui. Eu queria, em respeito aos senadores e deputados que não estão aqui todas as segundas e sextas, por exemplo, lembrar que hoje o Senador Magno Malta está no meu Estado, numa audiência pública para discutir temas voltados para a luta que a CPI montou contra a exploração de crianças menores e adolescentes; vou lembrar que há uma outra delegação de senadores – e para a qual fui convidado – que está em Genebra, na OIT (Organização Internacional do Trabalho); e vamos lembrar que todos nós, quando vamos para os Estados de origem, é natural que em alguma segunda e sexta, e por isso há esse rodízio, a gente fique fazendo agenda, debate sobre temas que interessam a todo o nosso povo.

Eu queria dizer que a matéria da revista falta com a verdade, faz uma injustiça ao Senado e à Câmara e, depois, dá um destaque especial a alguns projetos de deputados e também de senadores, não vou entrar aqui no detalhe, dizendo que alguns senadores querem que todos tenham direito à vagabundagem que, no caso, os senadores e os deputados têm. Por quê? E cita três projetos. Um deles versa sobre a possibilidade de o trabalhador, no dia do seu aniversário, uma vez por ano, avisando 24 horas antes ainda, ter uma falta por ano. Uma falta por ano! E os outros projetos vão na mesma linha. Mas todos esses projetos que estão em debate visam aglutinar numa única falta por ano, uma única falta por ano, Senador. Por exemplo, se o cara vai doar sangue ou se tiver que fazer um registro de documento de sua autoria, ele teria somente uma falta por ano. Isso a revista considera vagabundagem. Chama os trabalhadores todos de vagabundos e chama os parlamentares de vagabundos.

Eu poderia ficar quieto, mas não dá. Não consigo concordar com esse tipo de publicação. Então, registro aqui a minha indignação.

Não precisaria dizer que nós que estamos aqui nesse momento, por exemplo, somos aqueles que mais estamos aqui nas segundas e sextas. E isso não é nenhum desrespeito àqueles que não estão aqui hoje, porque sei que estão também trabalhando de uma forma ou de outra. Muitos dizem que o parlamentar que trabalha na comissão não trabalha no plenário,

outra mentira. Muitas vezes o parlamentar está na comissão e não está no plenário, não está aqui numa sessão de homenagem, ou está num debate, até mesmo na Câmara, onde diversos de nós participamos de questões como a CPMF, saúde, educação, trabalho, segurança.

Não vou registrar essa nota nos Anais da Casa – essa não vou registrar, vou botar na lata do lixo –, mas quero dizer que tenho que demonstrar aqui a minha indignação. Senão, Senador, dá a impressão de que a gente concorda com esse tipo de nota. Sei que é uma luta, como alguém já disse, de Davi contra Goliás querendo cutucar alguém da imprensa que faz uma nota desonesta como essa aqui. Mas é uma nota desonesta, e eu tinha que aqui demonstrar toda minha indignação.

Feito isso, Sr. Presidente, vou para o tema sobre o qual me dispus a conversar aqui hoje. Senador Mário Couto, vou falar aqui sobre um tema que envolve a Governadora do nosso Estado, que envolve o PSDB. Mas aqui – que fique bem claro isso, V. Ex^a conhece bem a minha posição – não faço nenhum ataque à Governadora, porque entendo que é um problema que está acontecendo lá no Estado e que atinge, pelas gravações divulgadas pela imprensa, duas estatais, no caso o Banrisul e o Detran.

Deixo registrada a minha posição, naquela linha que tenho sempre falado aqui: seja do Governo Estadual, seja do Governo Federal, que se investigue tudo, doa a quem doer. Quem cometeu o delito vai ter de responder. Tenho tido esse cuidado. Faço questão, Sr. Presidente, porque a sociedade gaúcha está acompanhando – ainda agora, se não fosse a chuva – uma manifestação em frente ao Palácio. Também houve manifestação na sexta-feira. Quero deixar registrada a minha posição.

Sr. Presidente, na sexta-feira, fiz aqui um rápido comentário sobre a CPI do Detran, que está acontecendo em meu Estado, o Rio Grande do Sul, e disse que falaria um pouco mais nesta segunda-feira. Naquele mesmo dia, outros fatos vieram à tona, ampliando as ocorrências, com divulgação de gravações, ataques verbais de baixo nível e exoneração de Secretários de Estado. Tudo o que estou falando é público e foi amplamente divulgado pela imprensa regional e nacional.

É fato que a sociedade gaúcha está abalada com a sucessão de escândalos e de denúncias de corrupção envolvendo órgãos do Governo do meu Estado. Nunca ocorreram fatos de tamanha envergadura.

A crise começou, Srs. Senadores, quando a Polícia Federal deflagrou uma operação contra um esquema que, conforme divulgado por toda imprensa,

todos os jornais do meu Estado, supostamente, iniciou, em 2003, um desvio de R\$44 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) gaúcho.

Na última quarta, a CPI instalada apresentou 34 grampos feitos pela Polícia Federal; na quinta, veio a público uma carta escrita por um empresário denunciando a corrupção no Detran e, de quebra, o Vice-Governador revelou uma gravação que ele mesmo fez. Lá, há uma composição PSDB e DEM. Então, o Vice-Governador, que está brigado com a Governadora – estou relatando os fatos só para situar os Senadores e as Senadoras –, revela uma gravação que ele mesmo fez com o Chefe da Casa Civil. Essa gravação fala, entre outras coisas, do envolvimento do Banrisul e de partidos políticos, dizendo que o Banrisul sustenta politicamente o PMDB e que o Detran sustentaria, política e economicamente, o PP. Isso está publicado em todos os jornais.

Houve até o fato – e acho que correto – de o Senador Pedro Simon fazer uma nota pública, em nome do PMDB, exigindo que o Vice-Governador, então, diga como se deu esse processo e quem se apropriou das verbas públicas.

Sr. Presidente, reunidos na Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, os bispos gaúchos divulgaram nota nesse domingo sobre a crise política no meu Estado.

Diz a nota que a corrupção existente no aparelho estatal assumiu proporções desmedidas e destruidoras. Essa é a nota dos bispos.

Os bispos defendem a necessidade de “apontar a origem da corrupção, que está na ganância e no poder econômico, responsabilizando os corruptos e corruptores”.

Os bispos gaúchos também lamentam que em meio a um cenário de apropriação indébita de recursos públicos existe uma má aplicação das verbas destinadas a investimentos na política pública, principalmente no que tange à área social. E esperam que os poderes constituídos na área do Direito exerçam o seu papel de fiscalização, controle e definição de medidas punitivas e reparadoras de tais atos que ferem a credibilidade da gestão pública.

Já o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, disse que o Rio Grande do Sul vive uma crise ética sem precedentes. Segundo ele, “as denúncias e fatos não param de aparecer, entretanto não têm sido explicados.” Na sua avaliação, o Estado vive um momento grave. E diz: “Como advogado e Presidente da OAB estou absolutamente indignado”.

Neste momento, Sr. Presidente, estaria ocorrendo ato público em frente ao Palácio Piratini, mas, devido às

chuvas, foi transferido para a Assembléia Legislativa. Esse movimento conta com a participação de centrais sindicais, confederações, federações e sindicato de trabalhadores, entidades representativas de estudantes, movimentos sociais e partidos políticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero destacar somente o seguinte: a impressão que tenho é de que o povo gaúcho está triste, magoado e envergonhado.

Quero deixar claro às Senadoras e aos Senadores de todos os partidos presentes aqui que não estou acusando ninguém. Estou lendo os fatos e pedindo que se faça uma investigação exemplar e que as pessoas envolvidas nesses escândalos, seja no Banrisul, seja no Detran, sejam punidas. Eu espero que a CPI apon-te esse caminho.

Quero dar aqui a minha posição. Um povo que demarcou as suas fronteiras – o povo gaúcho, Senador Papaléo – em ponta de lança e casco de cavalo, que lutou muito pela liberdade, que acordou República, que sonhou com a glória e que ainda acredita em Pátria, esse mesmo povo está ferido, está sangrando, eu diria, na sua dignidade, de forma tão contundente quanto na Revolução Farroupilha, quando o povo gaúcho se revoltou em relação ao poder imperial devido à alta tributação e aos impostos.

Lembro aqui de grandes homens da nossa história, de grandes gaúchos que cortaram horizontes e que entraram no panteão dos imortais pelos seus atos, condutas e virtudes. Lembro aqui de nomes do Rio Grande como Sepé Tiarajú; o Almirante negro, João Cândido; o herói farroupilha, Bento Gonçalves; os lanceiros negros; o guerreiro Manoel Luis Osório; o maragato Silveira Martins e o chimango Borges de Medeiros; o leão do Caverá, Honório Lemes; o Embaixador Joaquim Francisco Assis Brasil; o Ministro Osvaldo Aranha; lembro de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Leonel Brizola – e amanhã faremos aqui uma sessão de homenagem ao Grande Leonel de Moura Brizola –; lembro de Érico Veríssimo e Mário Quintana.

Lembro também das várias etnias que formaram o meu querido povo gaúcho: índios, negros, portugueses, alemães, italianos, espanhóis, árabes-palestinos, judeus, poloneses, japoneses e tantas outras etnias que, mediante seus descendentes, continuam a ajudar a desenvolver o nosso Estado. E são gerações que deram a vida pela honra, pela ética, sempre trilhando o caminho da honestidade.

O que está acontecendo hoje com o meu querido Rio Grande do Sul é completamente incompatível com a nossa história e com a nossa tradição. É inadmissível e inaceitável o momento atual.

Será que as nossas gargantas ficarão mudas e ressequidas ao cantarmos o nosso querido hino sul-rio-grandense? O que diz um trecho do nosso querido hino sul-rio-grandense? “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra”. Não são façanhas como essa de uma minoria que nós queremos que sirvam de modelo a toda a terra.

Sr. Presidente, eu espero que esses fatos sejam esclarecidos e que possamos, alegremente e com muita força, mostrando a história das nossas raízes, do nosso povo, continuar cantando com muita firmeza o que diz o hino sul-rio-grandense, ou seja, que “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”.

Há mais de 250 anos, nos pampas gaúchos, o Cacique Sepé Tiarajú bradou para o mundo: “Esta terra tem dono!”

E aí a pergunta que fica num momento como este: Afinal, de quem é essa terra? Da sua gente, que acorda às 4 horas, às 5 horas, às 6 horas da manhã, para trabalhar a terra e enfrentar no dia-a-dia a labuta da caminhada de homens e mulheres comprometidos com o amanhã, ou de algumas ervas daninhas que querem matar a lavoura? Com certeza, as ervas daninhas não haverão de matar a lavoura.

O povo do Rio Grande há de passar por esse momento triste. Quem cometeu o crime, Sr. Presidente, há de ser punido, e a honra e a tradição do povo do Rio Grande há de continuar muito firme. E nós continuaremos, com a nossa bandeira e o hino, em nome da ética, da moral, da seriedade, da responsabilidade e da honestidade que marcam as tradições do nosso povo.

Sr. Presidente, quero aproveitar ainda quatro minutos que disponho para falar, mais uma vez, sobre a questão da Previdência.

Sr. Presidente, comentei, numa outra oportunidade, que recebi um cálculo muito interessante feito pela GVS Consultoria e publicado no jornal *O Dia*. E nesse material eu demonstrava – e outra vez volto à tribuna para deixar muito claro a todo o povo brasileiro – que a Previdência no Brasil é viável, é superavitária, não está falida, e dá para acabar, sim, com o fator previdenciário e elevar o benefício dos aposentados e pensionistas.

Só para se ter uma idéia, um trabalhador que contribuir sobre três salários mínimos, durante 35 anos, e estiver com 55 anos, pelo fator, hoje, ele vai se aposentar com R\$690,00. Pois, bem, Sr. Presidente, se esse mesmo trabalhador, durante esses mesmos 35 anos, pagar os 11% sobre os três salários mínimos – eu vou resumir aqui a história –, ele se aposenta com R\$16.000,00, se ele depositar esse dinheiro em um fundo de renda fixa. Se for na poupança, dá menos;

mas, agora, se ele colocar em um fundo de renda fixa, que vai render 1% de juros para ele, ele se aposenta com R\$16.000,00.

Ora, de R\$690,00 para R\$16.000,00... Bom, onde é que fica esse dinheiro, uma vez que ele é depositado? O trabalhador paga regularmente, pois é descontado em folha, e o dinheiro fica na Previdência. Isso não começou agora, mas ao longo desses mais de 60 anos de existência da nossa Previdência pública.

É isso que eu quero discutir; é isso que eu quero que fique claro para a população brasileira. Se eu digo que é superavitária e alguns dizem que não é, vamos então fazer o que eu chamo de uma conferência nacional só para discutir Previdência. Vamos pegar dados e números. Se essa arrecadação que aqui estou colocando é verdadeira, daria para alguém que contribuisse sobre três salários mínimos, durante 35 anos – somente 35 anos –, chegar aos 55 anos de idade e se aposentar com R\$16.000,00. Como é que, neste caso, se aposenta, devido ao tal do fator, com R\$690?

Algo não está fechando, Senador Papaléo. É por isso que insisto tanto que, pelo menos, se devia assegurar ao trabalhador o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, deixo aqui o meu pronunciamento na íntegra a V. Ex^a, no qual faço uma análise detalhada e demonstro a renúncia fiscal dos últimos vinte anos, para não dizer que eu peguei um ou outro governo. Nessa demonstração da renúncia fiscal em matéria de Previdência, foram mais de R\$100 bilhões. Foram mais de R\$100 bilhões somente de renúncia fiscal, valor que a Previdência deixou de arrecadar. Então, se ela estivesse falida, ninguém ia dizer que a Previdência não deveria receber daqueles que devem para ela mais de R\$100 bilhões.

Sr. Presidente, eu não invento esses dados. Além de todo um trabalho de consultoria, há também dados que me foram fornecidos pela assessoria da Anfiip e da Unafisco, que são entidades que fiscalizam as arrecadações, principalmente no que tange à seguridade social, em que está a Previdência.

Sr. Presidente, com esse comentário, eu termino. Mais uma vez, quero dizer em relação ao primeiro tema: eu aqui não acusei ninguém, nem sequer um partido. Eu apenas disse que está sendo divulgado pela grande imprensa o que está acontecendo no Banrisul e também no Detran. Aqui a imprensa divulga nomes de partidos. Eu aqui não estou acusando nem a Governadora nem o seu Partido. O que eu quero é que – existe uma CPI, da qual o Deputado Fabiano é o Presidente – a CPI vá

ao fundo nessa questão, que analise tudo e que quem for culpado, seja Vereador, seja secretário, seja gestor, seja homem de governo ou não, seja de qual partido for vai ter de responder.

E, naturalmente, se tiver mandato, terá que perder, porque é o mínimo que se exige. Então, o que estou querendo aqui é que a CPI que está sendo realizada na Assembléia Legislativa vá fundo nessa questão. Quem for culpado terá que ser punido, e, mais do que ser punido – essa é uma questão que insisto muito no Congresso Nacional –, deve fazer a devolução do dinheiro aos cofres públicos; que devolvam o dinheiro com a devida correção aos cofres públicos.

É isso que eu peço, Sr. Presidente, em nome do povo gaúcho.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, eu fiz um rápido comentário aqui desta tribuna sobre a CPI do Detran, que está ocorrendo lá no estado do Rio Grande do Sul disse que me manifestaria com mais calma a respeito deste episódio.

Pois, nesse mesmo dia, outros gravíssimos fatos vieram a tona, implicando desde gravações, ataques verbais de baixo nível e, exonerações de secretários de estado.

Isso tudo que eu estou falando é público e foi amplamente divulgado pela imprensa nacional.

É fato que sociedade gaúcha está abalada e boquiaberta com a sucessão de escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o governo do estado do Rio Grande do Sul.

Nunca na história ocorreram fatos de tamanha envergadura semelhantes aos que presenciamos agora.

A crise começou quando a Polícia Federal deflagrou uma operação contra um esquema que, supostamente, desde 2003, desviou R\$ 44 milhões no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) gaúcho.

Na última quarta, a CPI instalada apresentou 34 grampos feitos pela Polícia Federal.

Na quinta-feira, veio a público uma carta escrita por um empresário, denunciando a corrupção no Detran. E de quebra, o vice-governador revelou uma gravação, que ele mesmo fez, com o Chefe da Casa Civil.

Essa gravação, fala, entre outras coisas do envolvimento do Banrisul e de partidos políticos.

Isso já é público e está nos jornais.

Sr. Presidente, reunidos na Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os bispos gaúchos divulgaram uma nota neste domingo, sobre a crise política no Estado.

Diz a nota que a corrupção existente no aparelho estatal assumiu proporções desmedidas e destruidoras.

Os bispos defendem a necessidade de, abre aspas, “apontar a origem da corrupção que está na ganância e no poder econômico, responsabilizando os corruptos e corruptores”, fecha aspas.

Os bispos gaúchos também lamentam que em meio a um cenário de apropriação indébita de recursos públicos, existe uma má aplicação das verbas destinadas a investimentos nas políticas públicas da área social e esperam que os poderes constituídos na área do direito exerçam seu papel de fiscalização, controle e definição de medidas punitivas e reparadoras de tais atos, que ferem a credibilidade da gestão pública.

Já o presidente da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, diz que o Rio Grande do Sul vive uma crise ética sem precedentes.

Segundo ele, abre aspas, “as denúncias e fatos não param de aparecer, entretanto, não tem sido explicados”, fecha aspas.

Na sua avaliação o Estado vive um momento grave. São suas palavras “Como advogado e presidente da OAB estou absolutamente indignado”.

Neste momento, senhor Presidente, está ocorrendo um ato público em frente ao Palácio Piratini e Assembléia Legislativa.

Esse movimento conta com a participação de centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores, entidades representativas de estudantes, movimentos sociais e partidos políticos.

Sr^{as} e Srs., a impressão que tenho é a de que o povo gaúcho está triste, magoado e envergonhado.

Um povo que demarcou as suas fronteiras na ponta da lança e casco de cavalo, que lutou por liberdade, que acordou República, que sonhou com a glória, e que ainda acredita em Pátria, este mesmo povo está ferido e sangrando na sua dignidade.

Lembro aqui de grandes homens da nossa história, de grandes gaúchos que cortaram horizontes e que entraram no panteão dos imortais pelos seus atos, condutas e virtudes o índio Sepé Tiarajú, o negro João Cândido, o farroupilha Bento Gonçalves, o guerreiro Manoel Luiz Osório, o maragato Silveira Martins, o chimango Borges de Medeiros, o leão do Caverá Honório Lemes, o embaixador Joaquin Francisco Assis Brasil, o ministro Osvaldo Aranha, lembro de Getúlio Vargas,

João Goulart, lembro de Leonel de Moura Brizola, Érico Veríssimo e Mário Quintana.

Lembro também das várias etnias que formaram esse mesmo povo, os índios, negros, portugueses, alemães, italianos, espanhóis, árabes-palestinos, judeus, poloneses, japoneses, e tantas outras etnias que através de seus descendentes continuam a ajudar a desenvolver o nosso estado.

O que está acontecendo hoje com o estado do Rio Grande do Sul é completamente incompatível com a sua história e a sua tradição.

É inadmissível e inaceitável o momento atual.

Será que as nossas gargantas ficarão mudas e ressequidas ao cantarmos o hino sul-riograndense que lá pelas tantas diz “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. Eu sinceramente espero que não.

Há mais de 250 anos, nos pampas gaúchos, o cacique Sepé Tiarajú bradou para o mundo que “Esta terra tem dono”, afinal de quem é esta terra, da sua gente que acorda as cinco, seis da manhã para trabalhar? Ou é das ervas daninhas que querem matar a lavoura?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna com um assunto muito importante para todos os brasileiros e brasileiras, a previdência social.

Há poucos dias eu falei sobre o tanto que os contribuintes da Previdência poderiam economizar se investissem o dinheiro da contribuição em uma poupança todos os meses.

O texto do jornal *O Dia*, dizia que se os trabalhadores pudessem aplicar a quantia que recolhem ao INSS, seria possível, em alguns casos, acumular fortunas e conseguir, só com rendimentos e juros, aposentadoria muito maior do que a concedida pelo governo.

Cálculos da GVS Consultoria, com base nos critérios da Previdência, mostravam que o trabalhador que tivesse contribuído por 35 anos sobre três salários mínimos (média de renda nas grandes capitais, segundo o IBGE), teria ao parar de trabalhar, aos 55 anos, aposentadoria de R\$ 690,41.

Se a mesma quantia estivesse na poupança (em 2007 rendeu em média 0,6% ao mês) ele teria acumulado R\$ 354 mil e poderia sacar R\$ 1.773,76 aos mês, ou seja, R\$ 1.083,35 a mais, só de juros, sem mexer no total.

Quando se considera opção com ganho maior (fundo de renda fixa), com rentabilidade mensal de 1%, o trabalhador acumularia, ao longo de 35 anos, o valor de R\$ 1.601.308,91 (um milhão, seiscentos e um mil, trezentos e oito reais e noventa e um centa-

vos). Assim poderia sacar ao mês, após esse período, R\$16.013,09 (dezesesseis mil, treze reais e nove centavos) sem mexer no dinheiro poupado.

O advogado e contador, Claudio Vale Oliveira Freire, da GVS Consultoria realizou cálculo que demonstra o quanto um trabalhador, com carteira assinada, conseguiria poupar, só com o que ele deposita para a Previdência, não considerando o restante que a empresa recolhe.

Levando em conta um recolhimento de 9% sobre três salários mínimos, conforme tabela atualizada da Previdência, ele juntaria R\$ 159.638,79 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) em 35 anos e receberia de juros, ao mês, R\$ 798,19 sem mexer no valor acumulado.

Eu sempre desconfiei que o trabalhador ganharia mais se poupasse o dinheiro. A pergunta que fica é: para onde vai esse dinheiro?

A matéria desse jornal embasa o que sempre falamos, de que não há déficit na Previdência Social.

Repito mais uma vez que se os percentuais do dinheiro da COFINS, de jogos lotéricos, do lucro, do faturamento e da contribuição do empregado e do empregador ficasse na Previdência Social, como manda a Constituição, o superávit estaria garantido.

É importante lembrarmos o importante estudo da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência) que diz que, entre 1999 e 2005, foram desviados mais de R\$ 56 milhões da Previdência. Só em 2005, mais de R\$ 12 milhões tiveram outros destinos.

O jornal pondera ainda que as sucessivas mudanças de leis no sistema previdenciário oficial deixam os contribuintes preocupados e inseguros quanto ao futuro das aposentadorias.

Todos nós sabemos que a aplicação do fator previdenciário e a correção diferenciada da do salário mínimo concedida aos aposentados e pensionistas em suas aposentadorias, estão na verdade retirando direitos dos trabalhadores.

E são medidas que assustam de verdade, tanto os aposentáveis quanto os já aposentados.

Sr. Presidente, a Medida Provisória 432/08, que trata da renegociação da dívida agrícola foi assinada pelo Presidente Lula e está em debate na Comissão de Agricultura da Câmara.

Com essa medida, o Governo autorizou a renegociação da dívida dos agricultores, de 75 bilhões que serão renegociados de todos os setores e origens.

Esse valor diz respeito tanto ao agronegócio empresarial quanto à agricultura familiar. O total em dívidas acumuladas pelo setor agrícola desde a década de 80 é de R\$ 87,5 bilhões.

A maior parte do montante a ser reestruturado – R\$ 69 bilhões – diz respeito à chamada agricultura comercial.

A renegociação dos outros R\$ 6 bilhões será para dívidas contraídas por produtores familiares, conforme o Ministério da Fazenda informou.

É claro que é muito bom que as dívidas sejam renegociadas. Seria melhor ainda se o montante aplicado em relação à dívida dos agricultores familiares tivesse sido maior!

Mas essa notícia, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente demonstra que existe dinheiro para tanto.

Como será que a nossa população se sente diante de todas essas notícias?

Já é hora de dar respostas à população.

Eu quero aqui fazer um apelo ao Governo Federal no sentido de que seja realizada uma Conferência Nacional da Previdência Social onde todas estas questões sejam trazidas ao debate.

Seria importante que todos os setores envolvidos na questão fossem chamados: O Ministério Público, o Ministério da Previdência, o Tribunal de Contas da União, a ANFIP, a UNAFISCO, representantes dos empregadores e dos empregados, representantes do Conselho da Previdência.

Enfim, precisamos de uma conversa franca, séria e definitiva sobre a real situação da Previdência, sobre o cenário que estamos vivendo hoje e sobre as mudanças que são mais do que urgentes, necessárias e que se tratam de uma questão de justiça social.

Acredito que uma Conferência a nível nacional será muito importante para a nossa gente brasileira. É direito de todos questionar e encontrar respostas para tantas perguntas que ficam no ar.

Conto com a sensibilidade do Governo no sentido de promover este debate, pois acredito que seja interesse de todos que, de uma vez por todas, os esclarecimentos e as soluções sejam apresentadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores gostaria de registrar, que hoje à tarde, os Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Movimento Estudantil e partidos políticos,...

...realizaram um ato público, em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, em protesto contra as recentes denúncias de corrupção no governo do Rio Grande do Sul.

Mais de 500 lideranças de todo o estado, vindas dos mais longínquos rincões e, representando cerca de 50 entidades da sociedade civil, participaram do evento.

Há pouco recebi um telefone do presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski (Celsinho), que informou que após o final da manifestação pacífica...

...a Brigada Militar prendeu o caminhão de som da CUT e o seu motorista que foram levados para a delegacia.

Quero deixar aqui o meu protesto contra essa verdadeira repressão que foi feita contra os participantes deste ato.

É inadmissível essa atitude contra aqueles que estão denunciando e pedindo providências contra os atos de corrupção e desvio de dinheiro público.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto pela Liderança da Minoria. Após o Senador Mário Couto, fará uso da palavra o Senador Geovani Borges como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que amanhã nós estaremos tentando convencer, sensibilizar o Presidente da Câmara dos Deputados da necessidade de se colocar em pauta, antes do término do primeiro semestre, os projetos do Senador Paulo Paim.

Até vou sugerir aos Senadores, Sr. Presidente, que estão conscientes de que, em hipótese alguma, abrirão mão dos direitos dos aposentados, como é o caso de V. Ex^a e de outros, que possamos formar um grupo parlamentar. Vou conversar com cada um de V. Ex^{as} para que se forme um grupo fixo neste Senado, o GPA – Grupo de Proteção aos Aposentados –, que só será desfeito quando a situação dos aposentados realmente for solucionada.

Citarei rapidamente o nome de Senadores que, com certeza absoluta, formariam o GPA, o Grupo de Proteção aos Aposentados: Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Mário Couto e Paulo Paim. Tenho certeza de que esses e outros participariam desse grupo; não tenho dúvida disso. E tomaremos as devidas providências enquanto a situação dos aposentados não estiver resolvida. Vou propor isso. Aliás, já estou propondo a partir deste momento.

Amanhã, estaremos com o Presidente desta Casa, que, em momento algum – não se pode negar isso –, mediu qualquer tipo de esforço para contribuir com a solução dos problemas dos aposentados.

É muito triste, Sr. Presidente, falar que os aposentados neste País vivem na miséria. Senador Geovani, é muito triste quando se associa isso à tentativa

do Governo Federal de criar um outro imposto para a população.

Vem aí uma nova CPMF, que será votada nesta semana na Câmara dos Deputados. Na quarta-feira, será votada a CSS.

É uma pena que possa haver um país na situação em que está, arrecadando bem mais do que o ano que passou, três vezes mais do que o ano que passou, que não tenha a sensibilidade de ter pena da classe média. Estou falando mais na classe média, porque é a mais sofrida, mas, quanto mais pobre, maior é o sacrifício do pagamento do imposto.

“Mas o imposto é para a saúde!” Ora, meu Deus! Ora, meu Deus! Quanto tempo o Governo Federal – e eu já falei centenas de vezes nesta tribuna – passou com a CPMF, arrecadando R\$46 bilhões por ano, e a saúde deste País não melhorou absolutamente nada. Ao contrário, a saúde neste País piorou.

Então, vem o Governo, Senador Heráclito Fortes, na maior cara de pau, tentar cobrar um novo imposto. Não fiquem surpresos, brasileiros e brasileiras, se, na quarta-feira, esse imposto passar na Câmara. Não fiquem surpresos.

Não fiquem surpresos! Aliás, nada mais surpreende neste País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tocou errado, não é Sr. Presidente? Eu tenho direito a vinte minutos na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tocou certo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu tenho direito a vinte minutos na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem o direito que desejar, pela sua liderança na Casa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Como eu ia dizendo, não vai surpreender nenhum brasileiro ou brasileira se o imposto for realmente aprovado na Câmara dos Deputados, porque aqui neste País, tudo já virou muito natural. Há mais um escândalo agora, mais um escândalo agora, envolvendo a Ministra Dilma: é o caso Varig, da Denise. Isso é terrível! O Governo devia dar uma pausa nos escândalos, porque toda semana tem escândalo neste País! É rotineiro. Toda semana tem escândalo! Acho que é o único país do mundo em que toda semana vem um escândalo à tona, e isso é grave! Eu acho que é o único país do mundo onde isso acontece! Agora vem o caso Varig! Ó meu Deus! Dai um basta! Tem que dar uma pausa, Senador Heráclito Fortes, tem que dar uma pausa,

porque ninguém agüenta mais! É escândalo em cima de escândalo!

Por isso, não se assustem se esse imposto vier goela abaixo e for aprovado na Câmara dos Deputados. Lá, como aqui também – e não tenho nenhum receio em dizer –, há interesse por parte de cada Parlamentar que só pensa em si, não pensa no seu País. Não tenho medo de falar isso! Não tenho nenhum receio em falar isso, Senador Geovani! Não tenho nenhum receio! Este negócio, esta coisa impregnada no Parlamento, de troca de cargos, troca de favores, traduz uma imagem péssima ao Parlamento brasileiro! Péssima! Se você não fizer o que o Governo quer, você não terá o que o Governo tem. Isso é terrível! Isso é humilhante à Pátria! Isso é humilhante a brasileiros e brasileiras! Tem que fazer! Tem que se ajoelhar no pé do rei. O rei é o todo-potente! E, enquanto isso não acabar no Parlamento brasileiro, a população brasileira vai sofrer sempre! Quem paga é a população brasileira! Quem paga é o povo! Toma-lhe a cobrar imposto!

Em relação ao PIB, Sr. Presidente, o brasileiro e a brasileira pagam 38% neste País! Trinta e oito por cento em relação ao PIB! Sabe quanto pagam no Chile, Sr. Presidente? Só 5%. Olha a diferença entre o Brasil e o Chile. Peguei só um país da América Latina. É impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me Senador Mário Couto, fazer um esclarecimento regimental.

Os Líderes têm direito a vinte minutos após a Ordem do Dia. Nos dias de segunda e sexta-feira, como não há Ordem do Dia, têm direito a cinco, mas é claro que V. Ex^a terá o tempo suficiente para concluir o assunto que trouxe à tribuna e que é importante para todos os brasileiros.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, Presidente, o Senado, a Câmara dos Deputados só não serão submissos neste País chamado Brasil quando cada um pensar na sua Nação, quando cada um pensar no seu povo, quando cada um perceber que o Brasil, o povo brasileiro está acima dos seus interesses próprios; quando cada um puder chegar a uma tribuna e dizer: sou um homem independente; eu não devo favores a Governo, eu não me vendo para Governo, eu não quero troca de cargos de Governo nenhum. Aí o Parlamento vai ter força de verdade, mas enquanto, Presidente, o Parlamento for submisso e depender do Executivo, o povo brasileiro pagará sempre, através de impostos, através da corrupção desenfreada que marca, toda semana, a Nação; que marca, toda semana, um caso de escândalo neste País.

Tome imposto, cobre imposto: 38% do PIB, 38% são tirados do bolso do brasileiro, 38% do que este País

produz é tirado do bolso do brasileiro – e isso dói muito. Eu pergunto a V. Ex^a: para fazer o quê? Para fazer uma segurança melhor para o seu povo. Há segurança neste País? Há segurança neste País? Nós pagamos impostos. O País nos dá segurança necessária para vivermos com tranquilidade neste País? Não dá. A violência é desenfreada neste País.

Na minha cidade, Senador Paim, a coisa vai de mal a pior no Estado do Pará. Só como exemplo, Senador Paim, nos jornais de agora, um delegado, chefe de polícia – V. Ex^a, que sempre passa por Belém, cuidado! E V. Ex^a também, que é do Amapá, cuidado! – vai ao jornal e declara que realmente a Polícia pega propina. Chefe de polícia! Chefe de polícia! Dias atrás, um vereador da capital e um deputado estadual foram assaltados – amanhã vou falar sobre isso, Presidente.

Então, temos segurança? Estou citando dois exemplos do meu Estado. Existe segurança? Nós pagamos de imposto 38% do PIB enquanto os chilenos pagam só 5%, para ter uma saúde melhor, para não enfrentar fila nos hospitais, para receber atendimento médico capaz de dar tranquilidade às famílias. Temos isso, Sr. Presidente, neste País?

Quem poderia me questionar? Falem aqueles que acham que a saúde no Brasil é boa! Falem! Questionem-me! Digam que a saúde neste País vai bem! Em nenhum Estado brasileiro a saúde está bem. A saúde está mal; a saúde está péssima!

Cobra-se imposto, e lá vem mais imposto. Vão ter que me enfrentar. Não sou ninguém, sou pequenininho, mas vou virar uma fera, vão ter que me enfrentar, cara a cara, aqui neste Senado. Não sei o que farei, mas de uma coisa podem ter certeza: vou chegar aos meus limites para que o Governo possa respeitar a Nação brasileira. Não há necessidade de se cobrar mais imposto, não há por que se cobrar mais imposto.

O Presidente falou à Nação: derrubaram a CPMF e os preços dos produtos não baixaram. Lógico! Como é que podem baixar se há uma inflação galopante neste País? Ou não existe? Ou a inflação não voltou? Ou não existe inflação neste País? E quando ando no interior, principalmente do meu querido Estado do Pará, as pessoas dizem assim para mim, meu Presidente: “Por que V. Ex^a fala do Presidente da República?”. Eu não falo do Presidente da República. Eu defendo o povo brasileiro. Sempre digo que o Presidente da República fez uma boa ação com o Bolsa-Família. Tenho preocupação com a mão-de-obra brasileira no futuro, mas reconheço que ele tirou muita gente da miséria, pelo menos por enquanto. Mas, não há inflação neste País? É lógico que a inflação chegou de novo!

Aí, você cobra mais imposto. O país com inflação, o país sem saúde, o país sem segurança, com violên-

cia. Ou será que nada disso existe neste País? Ou será que temos que ficar calados diante de tudo isso? Será que temos que aturar, sem ninguém falar, tudo isso? Não consigo, Sr. Presidente. Não consigo.

Uma dona de casa – pergunte a qualquer uma; procure qualquer dona de casa e lhe pergunte – que entra num supermercado para fazer compra com R\$400,00, hoje, ela compra as mesmas coisas que comprava um ano atrás? Pergunte a ela. E o Governo diz que não existe inflação. Cobra imposto, e haja imposto!

Vejam aqui que absurdo! TV Senado focalize aqui. Olhe aqui, brasileiro, quanto o Governo Federal já arrecadou até agora! Meio bilhão de reais! Quase meio bilhão de reais! Ainda não chegamos a julho, e o Governo já arrecadou três vezes mais do que no ano passado. Para que o Governo quer mais dinheiro? Por que o Governo quer tirar mais dinheiro do bolso do brasileiro e da brasileira, meu Deus do céu? Por quê? Será que o Presidente Lula está pegando corda do Ministro Temporão? Se o Ministro não fez nada até agora, se o Ministro não resolveu o problema da saúde até agora, ele é incapaz de resolver daqui para a frente. Se não resolveu até hoje, não resolve mais.

Onde estão os juros que não iam aumentar? Começaram a aumentar de novo. Estão em patamares já insuportáveis. Os gastos do Governo aumentaram, Sr. Presidente. Disseram que iam diminuir; na verdade, aumentaram, Sr. Presidente. E haja cobrar imposto do brasileiro para pagar tudo isso, Sr. Presidente. O País não consegue mais viver com essa situação.

E vai passar esse projeto. Lá na Câmara, vai passar, porque a submissão é muito grande. São poucos aqueles que, como Paim, como você, Papaléo, e muitos outros Senadores, podem vir a esta tribuna dizer que são independentes e que estão com o povo; são poucos, poucos – e lá menos ainda.

A maioria dos políticos vão ao palanque, pedem votos, elegem-se, mas não sabem nem o que é sofrimento popular. Não sabem o que é isso. Não têm sensibilidade no coração. O pensamento, quando vêm para cá, é de “se dar bem”; o povo que “se lixe”. Os aposentados que morram; estes, piores, porque já serviram ao País e não interessam mais ao País. É isso que pensam determinados políticos.

Então, Presidente – já vou descer –, queria que os aposentados da Varig não sofressem o que estão sofrendo, humilhados; eles estão humilhados, passando, como se diz lá no meu Marajó, o que o diabo enjeitou, passando, Senador Heráclito – vou repetir –, como dizem na minha terra natal, o que o diabo enjeitou. Povo sofrido. Presidente Lula, sinceramente, tenha pena deles. Assim como Vossa Excelência teve pena

daqueles mais sofridos e deu-lhes o Bolsa-Família, não dê Bolsa-Família aos aposentados não; dê-lhes o que eles merecem, Presidente. Dê-lhes o que eles têm direito, Presidente. Só isso. Respeite o direito dos aposentados deste País. Respeite aqueles que fizeram da Varig uma grande empresa, Presidente. Respeite o povo brasileiro. Não tire mais dinheiro do bolso do povo brasileiro. O povo brasileiro não pode ser taxado com tantos impostos, principalmente numa época em que a inflação aparece novamente, que os juros são galopantes, que a saúde vai mal, que a violência impera no País inteiro, que as estradas estão ruins, que as rodovias não existem mais, que as ferrovias se acabaram, que os portos se acabaram, que os aeroportos não existem mais neste País, levando ao caos, ao desastre, à morte tantos brasileiros.

Aumentar imposto, Presidente... Pode ter a certeza de que todos aqui sabem, Senador Heráclito, que esse imposto é desnecessário. É desnecessário cobrar esse imposto neste momento. Pode vir por imposição.

Mas nós temos o Senado. A única esperança do povo brasileiro é o Senado. É a única esperança do povo brasileiro. Temos que mostrar que ainda existem políticos neste País que respeitam o povo e a Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, que fez permuta com o Senador Cristovam Buarque, e por eu já ter anunciado o Senador Geovani Borges, S. Ex^a fará uso da palavra com permissão do Senador Heráclito Fortes, que em seguida fará uso da palavra como orador inscrito, sem prejuízo da ordem das inscrições.

V. Ex^a terá vinte minutos e o tempo regimental de prorrogação, se for necessário.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, pela generosidade antecipada.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, falar sobre meio ambiente após visitar Macapá, capital do Amapá, é tarefa fácil. Verdaderamente distante do eixo Rio/São Paulo, o local tem características especiais, sobretudo no que diz respeito à preservação do meio ambiente.

Temos, Senador Papaléo Paes, 97% de florestas absolutamente preservadas. A preocupação e o orgulho com o tema têm mais vez e voz em terras amapaenses.

Vale lembrar algumas informações básicas sobre este nosso novo e jovem Estado que, até 1988, tinha

a condição de território federal. O Amapá é o início do extremo norte do litoral brasileiro, que começa no final do rio Oiapoque (divisa com a Guiana francesa).

Temos – repito – 97% de nossa cobertura vegetal intacta, totalmente preservada. O Estado abrange também mais de 500Km de litoral atlântico e mais de 300Km do rio Amazonas.

Estamos fazendo um plano de desenvolvimento chamado “Amapá Produtivo”, valorizando a riqueza natural e associando desenvolvimento com conservação. Uma visão tucuju daquilo que o resto do mundo chama de “crescimento sustentável”.

Para garantir a preservação, o Estado investe também na criação de leis, como a lei de ordenamento territorial, que alia a atividade econômica, que podem gerar emprego e renda, como o artesanato, se desenvolvida a partir de conhecimentos tecnológicos produzidos no próprio Amapá.

Como potencial turístico, entendo que temos todas as chances do mundo, já que Macapá é a única capital cortada pela Linha do Equador e também é a única capital do Brasil que é banhada pelo Rio Amazonas.

O Estado abriga o maior monumento da colonização portuguesa, a Fortaleza de São José de Macapá. Para torná-la atrativa, foi construída uma obra de 12 hectares chamada Parque do Forte.

Apostamos no turismo como a principal atividade econômica do Estado para um futuro próximo – e próspero. O nosso principal diferencial é a posição geográfica, que pode servir como entrada de estrangeiros no País. Estamos em uma posição geopolítica estratégica – inclusive, a área de porto é na minha querida cidade de Santana – porque estamos na fronteira com as Guianas, muito próxima do Caribe, e com mais facilidade para chegar à Europa, já que existem vôos de Paris à Guiana Francesa com tarifas domésticas e apenas 8 horas e meia de viagem.

Se o Estado investir na área, acreditamos que a entrada de europeus na Amazônia vai se tornar mais barata e rápida. E ainda será a porta de saída para as exportações brasileiras, já que estamos na saída do Rio Amazonas.

Muitos produtos do Centro-Oeste e da Amazônia poderão ser transportados por meio marítimo, a partir do canal norte do Amazonas, saindo pelo Atlântico e seguindo para vários continentes.

O maior desafio é colocar o Amapá na rota do desenvolvimento sem diminuir o seu grau de preservação.

Ainda, hoje, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, a ex-Ministra do Meio Ambiente, a nossa querida colega Senadora Marina Silva alerta que o meio ambiente não vem recebendo do Governo a mesma

prioridade para acompanhar “o pique da sociedade”. A Senadora ensina “que o Governo não pode ver as áreas preservadas como partes ‘retiradas da produção’ e, sim, como imprescindíveis à produção equilibrada e com alguma noção do bem público”.

De fato, Sr. Presidente, os riscos ambientais tornaram-se preocupação obrigatória na vida das pessoas, das empresas e do Estado. Ninguém mais pode ignorar sua responsabilidade no futuro da humanidade e do Planeta.

Vez por outra, como na entrevista das páginas amarelas da revista **Veja** desta semana, aparece uma voz dissonante nessa orquestra da consciência ambiental, como é o caso de Patrich Michaels, climatologista da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, que não acredita no poder destrutivo do aquecimento global. E, para completar, ainda garante que o desmatamento da nossa Amazônia não é o grande culpado pelo aumento do aquecimento global, se for comparado com a queima de combustíveis fósseis. Ele diz com todas as letras:

“Tentar justificar a preservação com o argumento do aquecimento global é uma mentira. Acredito que a preservação das áreas silvestres é uma decisão social e econômica que as pessoas nos países em desenvolvimento precisam tomar.”

Bem, pelo sim, pelo não, desconfiado como bom caboclo ribeirinho, prefiro acreditar nas velhas e vigentes teses que ensinam consciência ambiental e parabenizar o meu Amapá pelo seu profundo respeito ao meio ambiente, a despeito da cobiça e do poder econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, dentro do tempo regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Como representante do Amapá, parabeno-o pelo discurso proferido. Os dados que V. Ex^a nos apresenta servem de exemplo para todo o Brasil, em termos de bom tratamento para com o meio ambiente.

Concedo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero começar a segunda-feira falando sobre um assunto que considero, Senador Paulo Paim, da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Casa está sendo homenageada hoje pela presença dos alunos da 7^a série da CEF nº 02 do Guará, que vieram visitar esta Casa.

Muito obrigado a vocês.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Meus cumprimentos aos estudantes que estão nas galerias. Desejo que conheçam realmente a tramitação e o funcionamento da Casa, com os projetos, com as tramitações, enfim, conheçam os segredos da Casa.

Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, ontem eu vi, no Programa do Faustão, uma matéria que realmente sensibiliza e emociona o ser humano no momento em que nós vivemos.

Quem no Brasil não se lembra – a nossa geração, é claro – do extraordinário jogador de futebol que foi o Paulo César Caju? Participante da Seleção Brasileira de 70, era um atleta hábil, um verdadeiro malabarista no trato com a bola e uma figura popular pela sua maneira de encarar o futebol, o futebol alegre. Passou por vários times do País, jogou na Europa. De repente, saiu de circulação. Eu calculo que ele deva estar chegando aos sessenta anos, por aí assim. Eu tinha lido, há algum tempo, que ele estava envolvido com drogas, com dependência, mas a imprensa pouco falava sobre o Paulo César e o seu drama.

Ontem, o Faustão prestou um benefício ao País, colocando o Paulo no seu programa. E mostrou-nos um aspecto fantástico, Senador Geraldo Mesquita: neste mundo de hoje, nós ainda temos a solidariedade humana. O Paulo César vivia cercado de “amigos” (entre aspas) no seu momento de glória, quando, nas noites cariocas e européias, triunfava pelo prestígio que gozava – e, em um momento como esse, os amigos não faltam. Quando ele começou a se envolver com drogas e a decair, viu-se, em determinado momento, em uma situação difícil. E, vejam bem, ele foi acolhido, de maneira generosa, pelo seu ex-colega de profissão Cláudio Adão e pela sua mulher, Paula Barreto. A Paula é filha dessa extraordinária figura a quem o cinema brasileiro muito deve, que é o Luiz Carlos Barreto, o Barretão, e da Dona Lucy.

Imaginem qualquer um de nós aqui, com toda a sinceridade, fazer o que eles fizeram. Com filhos para criar, levaram Paulo César Caju para dentro de casa. Chamaram os filhos – a matéria é muito detalhada sobre isso – e explicaram a situação e a necessidade da convivência com Paulo César em casa. Imaginem acontecendo isso com qualquer um de nós! A coragem... Existe sempre aquele preconceito da convivência do drogado com filho seu. Até por proteção, faz-se

isso. Pois eles tiveram a determinação e a coragem. O Paulo César morou com eles por cerca de três ou quatro meses. Foi um processo difícil.

Apareceram poucos os que se solidarizaram e apoiaram Paulo César nesse processo de recuperação. Eu me lembro bem de que ele citou Rivelino, que deu entrevistas, Zagallo e Parreira. Cada um, de uma maneira, ajudou o Paulo César nessa recuperação.

Ontem, ele foi à televisão e elogiou muito a força e a firmeza de sua atual mulher. Parece-me, pela matéria, que ela é irmã do Afonsinho do Botafogo, que foi outro ícone do futebol brasileiro e um dos responsáveis pelo estágio que o futebol alcançou com relação ao atleta profissional, dando independência e impondo regras para que a profissão de atleta tivesse dignidade e fosse respeitada como é hoje.

Não sei se V. Ex^a assistiu, mas foi realmente um momento de muita emoção, porque se vê a luta que ele enfrentou e se reconhece a força que a mulher exerceu sobre ele. De forma que eu faço questão desse registro porque a solidariedade, nessas circunstâncias, da maneira que foi feita, não é fácil. Não é fácil. E hoje tive o cuidado de ligar para o Luiz Carlos Barreto; tentei ontem, mas não consegui, porque meu gabinete é fechado no domingo, e eu tenho o telefone do Luiz Carlos Barreto somente no meu gabinete; mas hoje eu fiz questão de telefonar para ele, de parabenizá-lo. Ele colocou a filha Paula na linha, e eu tive oportunidade de parabenizá-la.

Penso, meu caro Paulo Paim, que esse é um exemplo que devemos exaltar e um exemplo que é preciso ser seguido. Sei que não é fácil.

Concedo um aparte, com o maior prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, faço questão deste aparte e quero cumprimentar a sensibilidade de V. Ex^a em trazer para a tribuna esse tema. Eu assisti também, ontem, à entrevista de Paulo César e, sem sombra de dúvida, o que fizeram alguns colegas, jogadores e técnico, foi exemplar, demonstrando – e por isso V. Ex^a está de parabéns também – que, em um momento como esse, a solidariedade dos amigos, da família é fundamental. Lembro-me de uma fala do Rivelino – sempre fui fã do Rivelino – em que ele disse: “O Paulo César estava insuportável (devido ao estado da droga, naturalmente), mas, naquele momento, todos nós nos unimos e fizemos uma cotização para que cada um ajudasse financeiramente o Paulo César”. O Zagallo ajudou, enfim, os treinadores, os colegas da época, todos deram a sua parte ao Paulo César. Cláudio Adão foi o mentor dessa recuperação. Achei importante esse assunto, porque, como faço parte da Comissão de Direitos Humanos,

ouço e recebo no meu gabinete muita denúncia e pedido de ajuda sobre essa situação das drogas. Muitos me dizem que o problema é irreversível. Ali ficou comprovado, mais uma vez, que, quando há solidariedade e apoio dos familiares e colegas, podemos ultrapassar essa barreira da dependência química. Por isso, quero cumprimentar o Paulo César, seus familiares, seus amigos, pela recuperação. E cumprimento V. Ex^a, que trouxe esse tema ao plenário do Senado, numa demonstração de que é possível enfrentar essa peste que é a dependência química. Parabéns a V. Ex^a!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que tenho a alegria de ser vizinho de cadeira, como também V. Ex^a, do Senador Geraldo Mesquita. Sou, às vezes, agredido pelo toque do telefone dele, que é o hino do Botafogo. Ele, naturalmente, como botafoguense – e tendo sido Paulo César atleta daquele clube –, sabe exatamente a alegria que Paulo César prestou aos brasileiros.

Mas, se não fosse Paulo César Caju, se fosse um cidadão comum, o ato de solidariedade é que para mim é algo de fantástico, especialmente da maneira como essa solidariedade chegou e aconteceu. Evidentemente, há dois tipos de ajuda. É aquela da cotização, auxílio financeiro, e há aquela ajuda de trazer o problema para sua casa.

Senador Geraldo, digo-lhe, com toda a sinceridade e humildade: sou uma pessoa de coração largo, mas não sei se tomaria a atitude e teria o gesto daquele casal.

Com prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Heráclito. V. Ex^a lembrou o toque do meu telefone, e eu faço apenas uma retificação à sua fala: o hino do Botafogo não agride o ouvido de ninguém. É uma música.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu gosto é do hino do Flamengo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a assistiu ao programa. Eu, infelizmente, não vi o programa e estou comovido com a história que V. Ex^a relata da recuperação de Paulo César Caju, grande ídolo da torcida do Botafogo, grande atleta. Claro que com outras características, essa ação do Cláudio Adão me lembra o suporte que prestou ao Garrincha, por exemplo, o Nilton Santos em épocas passadas. O Garrincha não tinha só as pernas tortas, mas, de vez em quando, entortava. Nilton Santos estava ali como um verdadeiro pai e protetor de Garrincha. No esporte, Senador Heráclito, e principalmente no futebol, são muitos os casos parecidos com o do Paulo César. É um esporte que promove, e as pessoas caem no esquecimento muito rapidamente. São poucos aqueles

que se mantêm, e é um esporte que sujeita os atletas a essas situações. Muitas vezes, os atletas entram em depressão por conta do ocaso de suas atividades. E o exemplo me lembra também, lá no meu Estado - V. Ex^a falando do Paulo César -, um jovem da cidade de Cruzeiro do Sul. Uma vez ele me procurou – o Ronauro – com uns papéis debaixo do braço. Eram manuscritos de poemas que ele havia produzido. E ele foi contar a sua história. Disse que era um viciado, em droga pesada inclusive, e recebeu a mão estendida e o apoio de uma entidade que tem lá no nosso Estado, mantida e criada por um Deputado Estadual, o Deputado Donald, a Apadeq, que acolhe pessoas envolvidas com o uso de drogas e já recuperou muita gente no Estado. Esse rapaz foi recuperado. Hoje está lá, com sua mulher, com seus filhos, vivendo uma vida humilde, mas uma vida decente, uma vida digna. E o livro de poesia dele eu tomei inclusive a iniciativa de mandar publicar, de distribuir lá para a juventude do meu Estado, como prova de que as pessoas, quando têm uma mão estendida e quando têm capacidade de reação, se recuperam efetivamente. E não deu outra. O Ronauro, hoje, é uma pessoa completamente recuperada, tendo uma vida normal, embora com sacrifício. Mas foi alvo também de uma mão estendida, como essa que o Cláudio Adão prestou ao Paulo César e que tantos anônimos prestam a pessoas. E V. Ex^a tem razão, vamos nos colocar no lugar do Cláudio Adão e da família dele. Quem de nós faria o gesto que ele adotou? Quem de nós, em sã consciência, tomaria essa atitude? Então, aqui, as nossas homenagens ao Cláudio Adão e um grande abraço ao Paulo César, nosso sempre botafoguense. Parabéns pelo assunto trazido a plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, mas quero dizer que a agressão que citei é relativa; ela se dá, porque, geralmente, esse seu hino toca no telefone com mais constância, com mais firmeza, quando o Flamengo enfrenta o Botafogo. Passo a semana toda ouvindo, aí, na segunda-feira, divirto-me porque o hino se cala, silencia-se, e ainda não tive tempo de mandar colocar o hino do Flamengo no meu telefone! Mas isso, evidentemente,...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Mas, se quiser o do Botafogo, posso ceder para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Brincadeiras à parte, o Cláudio Adão, que V. Ex^a conheceu bem, era um atleta de uma elegância jogando futebol e, acima de tudo, sempre me impressionou pela maneira com que encarava o futebol, pelo seu trato com a imprensa e pela elegância com que tratava as pessoas. Foi um exemplo de atleta e marcou posição.

Posteriormente, Paulo Paim, lembro-me do noticiário na imprensa, quando anunciou o casamento do Cláudio Adão com a Paula. Naquele tempo, num Brasil cheio de preconceitos, marcou época no Rio aquela união; e, hoje, já com filhos crescidos, com o apoio permanente do Barretão e da Dona Lucy, cala o Brasil todo que, no passado, estarreceu-se com aquele gesto, com atitude daquela natureza.

Portanto, eu quero enviar os meus parabéns a ele e principalmente ao casal Barretão e D. Lucy, porque ela foi fundamental nessa concordância. A gente sabe como é o mando da mulher em casa. A gente, geralmente, comparece com um “sim, senhora”, e ela deve ter sido não só a parte mais decisiva, mas a parte mais afetada no gesto porque era quem mantinha a convivência diária com o problema.

Quero também me congratular com a equipe do Faustão, por ter trazido este tema à baila. E, por último, dizer ao Barretão que ele é um homem de sorte na vida. De sorte por ter visto em casa, através de uma filha e de um genro, esse exemplo de solidariedade, que é um dos ícones do cinema brasileiro; tenho certeza que, com este tema, fará um filme que será um sucesso, comovendo a todos os brasileiros.

Senador Papaléo Paes, com o maior prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, é muito importante o assunto que V. Ex^a traz a esta Casa. Não tive oportunidade – estava em viagem – de assistir ao programa a que V. Ex^a se refere. Mas o que fica registrado aqui é a realidade por que o mundo passa, que muitos milhões de brasileiros enfrentam, relacionada às drogas. Essas atitudes, no caso de todos os que participaram da recuperação do grande Paulo César Caju, capitaneado pelo jogador de futebol Cláudio Adão, sua esposa e sua família, que soube compreender muito bem, realmente merecem ser louvadas por todos nós, pela sociedade brasileira, e servem como exemplo para todos nós também para, de uma maneira ou de outra, nos darmos as mãos no sentido de tentarmos recuperar esses milhares ou milhões de brasileiros que estão jogados, amparados por essas devastadoras drogas que estão aí expostas ao bel-prazer da sociedade e que realmente estão danificando muitos dos nossos irmãos. Então, registro a grandeza com que o Cláudio Adão, sua esposa e sua família e os demais colaboradores tiveram para recuperar o Paulo César. Gostaria de dizer também que o programa que V. Ex^a cita, do Faustão, traz com essas mensagens o seu valor como programa de utilidade pública. Então, fico satisfeito em ver a recuperação de um cidadão, como foi o caso do Paulo César. E que esse exemplo sirva para trazer esperança aos que a

perderam na recuperação de um filho, de um parente ou de um amigo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, agradeço os apertes e quero, Senador Paim, dar-lhe uma sugestão. V. Ex^a preside uma comissão, que é a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, que pode muito bem convidar o Paulo César para vir aqui participar de uma palestra ou de uma audiência pública.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, aceite de pronto a minha concordância. Apresentarei, já na próxima quinta-feira, um requerimento convidando o ex-jogador Paulo César Caju, que todos nós vimos jogar na Seleção e no Botafogo, para que ele venha à comissão dar um depoimento, já que lá eu recebo inúmeras correspondências pedindo pelo amor de Deus que eu aponte caminhos. Se não me engano, ele está fazendo palestras, no Brasil e no exterior, sobre o tema. Só estou referendando a sua provocação positiva dizendo que vamos encaminhar o requerimento convidando-o para vir à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Sr. Presidente. E solicito que V. Ex^a determine à Secretaria da Mesa encaminhar às pessoas citadas a correspondência com o registro do reconhecimento desta Casa a esse gesto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Heráclito, permita-me...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, Senador Papaléo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Este assunto me sensibilizou muito. Gostaria de fazer um registro dos absurdos que poucos sabem que se passa dentro de uma família, ou que muitos até hoje sabem que se passa dentro de uma família que tem um viciado em drogas. Senador Paulo Paim, todos os senhores sabem que sou médico e tenho um expediente por semana no meu Estado. Não vou citar nome, mas há uma senhora, de uns 50 anos de idade, que tem um filho de 17 anos de idade. Ela já esgotou todos os recursos que poderia ter com esse filho. Esse rapaz furtava todos os objetos de dentro de casa para trocar por drogas. E ela me relatou que hoje foi obrigada, até para salvar seu filho, colocar na porta do quarto dele uma grade com cadeado e, quando ela vai trabalhar, tem que deixá-lo ali, porque ou ela entrega esse filho, como se diz, joga-o no mundo e não quer mais saber dele, ou dá essa condição parcial de prisão. Ela diz que só solta o filho quando chega em casa, mas tem que ficar acompanhando-o de um lado para outro e até de ir para a rua se ele for. Ela não tem mais ninguém que a ajude; foi completamente abandonada, porque

ninguém da família mais acredita nessa recuperação. Então, o que ficou da entrevista do Paulo César é que essas pessoas que a assistiram, que estão tomando conhecimento disso, não devem perder a esperança, devem correr atrás, porque é possível, com muito amor, com muito carinho e dedicação, recuperar, sim. E o Senador Paulo Paim reafirma aqui o convite ao Paulo César e à família do jogador Cláudio Adão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Fica feito o registro. Evidentemente, as providências serão tomadas no sentido da veiculação.

Encerro, mais uma vez, parabenizando principalmente o casal, Cláudio Adão e esposa, e a todos que participaram dessa luta. Afirmo que a educação dada pelo Barretão e pela D. Lucy foi fundamental. E insisto, Barretão, que essa história dá um filme e dos bons.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns, Senador Heráclito Forte, pelo brilhante pronunciamento. V. Ex^a emocionou a todos nós.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, quero solidarizar-me com o tema que abriu o pronunciamento do Senador Paulo Paim com relação ao trabalho das Casas legislativas.

As pessoas, a maioria das pessoas, a sociedade, aqueles que não têm conhecimento da atividade parlamentar podem pensar que há uma verdadeira vadiagem às segundas e às sextas-feiras. O que acontece é que às terças, quartas e quintas temos as sessões deliberativas, aquelas destinadas a discussão e votação das matérias na Câmara e no Senado. Quando há necessidade, temos sessões às sextas, aos sábados, no dia que o Presidente determinar ou quando houver necessidade. Mas esses três dias são suficientes para que possamos deliberar sobre as matérias. Às segundas-feiras a Casa funciona normalmente: todos os servidores estão na Casa, todas as pessoas que têm responsabilidades estão na Casa. O Senado Federal tem algumas comissões de inquérito que funcionam às segundas e às sextas. Além disso, há Senadores que vêm ao plenário, que preferem vir falar às segundas e às sextas-feiras, quando também temos atividades, pois todos os gabinetes estão funcionando. Enfim, quero dizer que é muita injustiça falarem que... No caso,

temos projetos, estamos aprovando projetos, como é o caso, muito justo, citado pelo Senador Paim, de um que faculta a presença do trabalhador no dia do seu aniversário e que este trabalhador só vai ter direito a essa falta justificada por ano.

Então, queremos deixar registrado que, além deste plenário – as pessoas pensam que é só isso que acontece aqui –, temos diversas comissões na Casa, que são formadas, cada uma, por um número determinado de Senadores, 17 ou 18, temos subcomissões, formadas por um número menor de Senadores, que fazem os estudos, que analisam cada matéria antes de elas virem para cá, para o Plenário.

Então, a importância que o povo tem de dar ao Senado e à Câmara não é só pela nossa participação aqui, nas tardes, pois temos compromisso todas as manhãs e todas as tardes, não temos hora para entrar ou para sair, e quando não estamos presentes aqui, aos olhos de todos, quando não somos filmados, televisionados, ouvidos pela Rádio Senado, estamos nos nossos gabinetes, em audiências do interesse da Nação, sobre assuntos diversos que discutimos, estamos recebendo informações dos técnicos que trabalham aqui sobre diversos assuntos.

Enfim, quero dizer que não podemos aceitar e temos de rebater sempre acusações, em defesa desta Casa. Os Senadores são os representantes dos Estados, vêm representar os Estados por força do voto. Não batemos ponto, mas não temos hora para sair. Normalmente, entramos de manhã, não saímos da Casa, ficamos trabalhando até à noite. Além disso, como pode cada um dos 81 Senadores ter seu *big brother*, uma televisão que o acompanhe o tempo todo?

Então, também não aceito essa injustiça. Sou solidário ao Senador Paim, que trouxe esse tema. Temos que zelar por esta Casa. Hoje, estamos Senadores, poderemos ser substituídos pelo voto, mas não podemos deixar a instituição Senado Federal ser apedrejada, enlameada por críticas que a Casa não merece receber.

Senador Paim, pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo, vou ser muito rápido para não dar muita cor da para esse assunto. Mas quero cumprimentar V. Ex^a, porque V. Ex^a é um dos Senadores que mais estão presentes às segundas e às sextas. V. Ex^a poderia até nem falar no assunto, que não o atinge, de jeito nenhum, como não atinge a nenhum de nós. Mas faço a defesa inclusive daqueles que não estão aqui. O Senador Geraldo Mesquita Júnior deveria estar no Rio Grande do Sul hoje, pois faz parte de uma comissão do Congresso que investiga crimes de pedofilia, mas S. Ex^a está presidindo a sessão. S. Ex^a não foi porque não

havia teto, senão estaria lá. Então, quero mais é cumprimentar V. Ex^a, Senador Papaléo, pela solidariedade que está dando ao Senado e à Câmara. É muito fácil jogar pedra nas pessoas de forma irresponsável, deixando o dito pelo não dito. Quem lê pensa que é tudo uma turma de vagabundo mesmo. Para mim, como eu dizia ao Senador João Pedro, o Presidente Garibaldi teria que falar em nome da Casa, assim como o Presidente Arlindo Chinaglia. Não dá para dizerem que somos todos uma tropa de vagabundos e quererem que todos os assalariados brasileiros sejam tão vagabundos quanto. É isso que dizem. Eu não me calei porque não concordo. Toda vez que houver uma crítica que entendo ser correta e adequada, vou dizer que é um direito discordar do projeto que eu tenha apresentado, mas a forma como se colocou foi chamando todos os Parlamentares de vagabundos. Eu não sou! Por isto, meus cumprimentos a V. Ex^a. Tenho certeza de que esta é a visão de todos os Parlamentares da Casa.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Há mais uma coisa, Senador Paim: além de tentar tachar os Parlamentares que estão aqui pelo voto do povo, não temos carteira assinada com a Casa. Estamos aqui temporariamente, pelo voto do povo. O povo nos deixará aqui se quiser; se não, pode nos substituir. Então, estamos de passagem aqui, cumprindo nossas obrigações rigorosamente.

Vou dar um exemplo mais trivial. Por exemplo, não estão sentindo falta do Senador Mão Santa? O Senador Mão Santa está representando o Senado no exterior. Alguém pode dizer “Ah, hoje o Senador Mão Santa faltou!” Ele não faltou; está em Genebra, representando o Senado. O Senador Magno Malta já foi citado e está em audiência pública em algum Estado deste País, como estaria o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Então, fazemos um trabalho que não é só este que todos vêem.

Fica também para os jovens que estão visitando o Senado e que irão nos substituir na política a mensagem de que não devem desacreditar da política. Nós vamos passar e vocês vão nos substituir. Ao contrário, vocês têm de se envolver na política cada vez mais e entender o que é política partidária e saber que cada político que está aqui não veio para cá porque quis ou porque foi chamado por algum amigo, não; veio para cá pelo voto do povo.

Então, da mesma maneira, vocês: os que não votam começarão a votar. Aqueles que começarem a se interessar pela vida deste País, pelo progresso deste País, têm que se envolver politicamente, porque não adianta, o processo democrático exige a presença de políticos. Se não, nós colocaríamos um rei aqui e ele faria o que bem entendesse, sem respeitar os direitos

– quando eu digo rei, é o ditador – do povo. Nós já tivemos esse processo alguns anos atrás.

Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Papaléo, V. Ex^a está repercutindo e refletindo uma nota que generaliza. Primeiro, essas coisas de generalizar sem nenhum critério. Não que o Congresso não possa receber uma crítica. O Congresso pode, é parte da sociedade...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pode e deve.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ...e a representa. Depois, a sociedade brasileira avançou, a sociedade civil avançou, deve fazer a crítica à imprensa. Nós temos uma imprensa que... A liberdade no Brasil... E ela foi conquistada com muito sacrifício... Mas a imprensa é um setor da sociedade brasileira que deve muito à luta de muitos que não aceitaram a mordida. Então, se temos uma imprensa com um grau de liberdade no mundo, é a imprensa brasileira. Então, eu penso que as críticas, elas devem acontecer. Deve-se criticar o Congresso, principalmente na hora em que o Congresso está sendo chamado e não responde a uma exigência da sociedade. É perfeitamente normal e é preciso que haja essa vigilância. Agora, a imprensa tem que ter a responsabilidade de não ser injusta, de generalizar, de fazer uma crítica na tentativa de desqualificar um dos pilares da democracia conquistada neste País. Então, eu não ouvi, mas já dialoguei com o Senador Paulo Paim. E V. Ex^a está repercutindo. Então, estou fazendo o aparte justamente para me congratular com V. Ex^a, com o Paulo Paim e dizer da injustiça da nota, porque ela não reflete o trabalho do dia-a-dia aqui no Senado da República. Eu poderia dizer que da minha parte estou... Não, eu acho que é a instituição. Inclusive, a Mesa Diretora deve responder. Da mesma forma que há o direito de fazer a crítica, há o direito de fazer a defesa sem meias palavras. Mas não podemos nos calar frente à injustiça. Penso que a nota, da forma como trata o trabalho dos Congressistas e o trabalho específico dos dias de segunda-feira e sexta-feira, foi injusta para com o Congresso Nacional. Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a também, porque V. Ex^a expressou muito bem o nosso sentimento.

E quero, para complementar sobre esse assunto, Senador Paim... Não aceito também – não devemos aceitar de forma alguma – que levem todos os servidores desta Casa nesta avalanche de críticas. Eu não aceito isso. Os servidores... Como eu digo, nós estamos aqui pelo voto do povo; nós passamos e eles ficam, sustentando a base desta instituição, porque aqui, eu digo que é uma das Casas onde se agrupa o

maior número de servidores competentes e capacitados. Por isso a eficiência que tem o Senado Federal. Mas, Sr. Presidente, eu tive que me ater a este tema, porque fico indignado quando a injustiça é feita contra o Parlamento brasileiro. Mas o meu tema de hoje é um tema que nós vamos discutir bastante aqui e está sendo discutido na Câmara.

O Governo pretende, Sr. Presidente, mais uma vez, adotar a política do não é comigo, o problema não é meu, para, novamente, tugar o bolso dos cidadãos. E isso para manipular o tratamento de matéria da importância da regulamentação da Emenda nº 29, de 2000, que assegura a elevação gradativa dos recursos alocados à saúde pública brasileira.

Trata-se de uma falsidade, de um truque, com o objetivo meramente eleitoral. O Governo, acobertado por sua base parlamentar, tenta ressuscitar a CPMF, agora com o pomposo nome de Contribuição Social para a Saúde – CSS, sob o pretexto de não dispor de recursos para custear as despesas decorrentes da aplicação da Emenda nº 29. Além disso, ameaça vetar o projeto de lei complementar que regulamenta a emenda, sob a justificativa de que à despesa proposta não há correspondente receita prevista. Ou seja, Sr. Presidente, uma sórdida chantagem: ou o Congresso aprova essa nova CPMF ou o Governo não cumprirá com sua obrigação de executar o prescrito na Constituição, argumentação sofismática, típica deste Governo, para o qual tudo é possível, desde que sirva aos seus interesses e projetos eleitorais. Nada é possível se contrariar seus objetivos.

Sr. Presidente, a emenda constitucional é muito clara quando diz que deverão ser aplicados na saúde percentuais da arrecadação da União. Não se trata, pois, de criação de qualquer nova despesa, como despidoradamente o Governo quer fazer a sociedade acreditar.

O projeto de regulamentação da Emenda nº 29 apenas fixa os percentuais a serem alocados à saúde em escala progressiva até o ano 2011, conforme previsão constitucional.

Cabe ao Governo tão-somente montar e executar o orçamento da União destinado à execução do percentual que o Congresso Nacional, em nome da sociedade brasileira, quantificou como necessário para a prestação adequada dos serviços.

Sr. Presidente, chega a ser uma afronta à inteligência dos Parlamentares e da população brasileira a argumentação de que não há receita prevista para novas despesas.

Não há despesa nova, Senador Paulo Paim, e há recursos em abundância. O que há é apenas a fixação da forma como deve ser distribuído o orçamento, de

acordo com a emenda constitucional em vigor. Nada mais, nada menos.

E o que a CPMF tem a ver com tudo isso? Muita coisa, do ponto de vista do Governo. Serão bilhões a mais de que o Governo disporá para gastar como quiser na construção de seu projeto político de perpetuação no poder.

Nesse momento, desaparecem os muitos bilhões do excedente de arrecadação que o Governo tem obtido neste ano. Esses não contam para a saúde; ao que parece irão para o tal Fundo Soberano, ou algo parecido, para a especulação financeira patrocinada por um Governo que se diz ser dos mais pobres.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as projeções econômicas dão conta de um excesso de arrecadação de R\$62 bilhões em 2008, ou seja, há com que cobrir a suposta perda da CPMF e ainda sobram mais de 20 bilhões para novos investimentos. Mas esses o governo quer guardar para 2010, para lubrificar sua campanha presidencial. O povo que espere até lá.

Ora, Sr. Presidente, esta é uma conta simples de aritmética. O Governo tem recursos mais do que suficientes para custear a Emenda 29, sem sequer precisar mexer nas verbas dos outros setores. E ainda tem sobras para continuar gastando irrefreavelmente, como vem fazendo desde que assumiu.

Sr. Presidente, não podemos aceitar que seja jogado sobre os ombros do Congresso Nacional e da Oposição, em particular, o ônus da incompetência do Governo em gerir o Orçamento público, em conter seus gastos de custeio, e de sua incapacidade de orientar seus recursos para o atendimento da saúde da população.

É preciso desmascarar essa retórica de palanque eleitoral que o Presidente da República insiste em utilizar, exonerando-se de qualquer responsabilidade pelos erros de seu Governo, transferindo-a para a tal da “herança maldita” ou para a falta de patriotismo da Oposição.

Sr. Presidente, o PT e o Presidente Lula esbravejavam quando a CPMF foi criada. Agora, dizem que não dá para viver sem ela. Quanta vulnerabilidade e quanto inconstância nestes dois setores, da Presidência da República e do Partido dos Trabalhadores!

Quanto despudor, ao pretenderem dar um golpe no processo legislativo, tentando fazer passar, via legislação ordinária, Senador Geraldo Mesquita Júnior, matéria que deveria ser objeto de emenda constitucional! A capciosa tentativa de usar o argumento do inciso I do art. 154 da Constituição Federal não pode ser aceita. Há fato gerador e base de cálculo previstos na Carta Magna para financiar a saúde pública. Qualquer

nova taxação não pode ser feita por meio de norma infraconstitucional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado brasileiro gasta mal, gasta muito e não sabe como resolver o problema. Por causa disso, toda vez que precisa gastar direito em serviços importantes, ele ataca o bolso do contribuinte com a voracidade dos lobos famintos.

Que o Governo reveja seus gastos supérfluos, suas despesas com cartões corporativos, com aluguéis de carros e com tantos outros vazadouros do dinheiro público. Economize naquilo em que é perdulário, para poder beneficiar o povo, do qual retira o dinheiro para suas despesas.

Ir à tribuna, como foi recentemente o Presidente Lula, e criticar empresários por não repassarem o dinheiro não gasto após a extinção da CPMF para os preços dos produtos é querer jogar para a platéia desinformada, como tão bem sabe fazer o Presidente da República.

Por que, então, as empresas públicas não tomaram essa iniciativa antes do setor privado? Poderiam ter-lhes servido de exemplo e constrangimento. É muito fácil fazer discurso demagógico e populista! Este, infelizmente, ainda tem eco no Brasil menos esclarecido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não pode ser administrado como uma birosca qualquer. O povo precisa de seriedade e regramento de parte do Estado. Truques enganosos não podem mais ser aceitos sob pena de comprometermos irremediavelmente nossa legitimidade democrática.

Sr. Presidente, a regulamentação da Emenda nº 29 já deveria ter sido feita há muito tempo. O momento em que vivemos não pode ser mais favorável para tal. O Estado brasileiro nunca arrecadou tanto quanto agora, e as perspectivas de crescimento da arrecadação são extremamente positivas.

Diante desse quadro, deve ser motivo de vergonha para o Governo saber que o Brasil gasta atualmente US\$300.00 anuais *per capita* com saúde, metade do que é investido na Argentina e cinco vezes menos do que é gasto no Canadá.

Que o Governo, então, cumpra o que está prescrito na Emenda nº 29, aplicando a lei complementar que a regula e organizando o Orçamento de modo a destinar para a Saúde os percentuais definidos pelo Legislativo, fórum legítimo e responsável para deliberar sobre a matéria.

A situação é simples e cristalina. Todo o resto é cortina de fumaça para escamotear do povo a verdade e retirar-lhe ainda mais dinheiro para beneficiar o projeto de poder deste Governo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma questão de soberania do Congresso Nacional a rejeição de

qualquer tentativa governamental de recriar a CPMF apenas poucos meses depois que os Parlamentares desta Casa, representando o povo, se pronunciaram contra sua continuidade.

A saúde da gente brasileira deve ser tratada com seriedade e não servir como joguete político nas mãos dos gananciosos.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 121, de autoria do nobre Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa, prevê o aumento gradual da parcela da União destinada à Saúde, que hoje é de 7% da receita bruta, chegando a um comprometimento de 10%, em 2011, em conformidade com o preceito constitucional vigente.

A transição se fará com a elevação dos recursos para 8,5%, em 2008; para 9%, em 2009; e para 9,5%, em 2010. O projeto que regulamenta a Emenda nº 29 também propõe critérios para a aplicação dos investimentos na área de saúde pública.

O texto aprovado no Senado tem o apoio dos Secretários de Saúde Estaduais e Municipais. Não cabem mais artimanhas para tirar proveito do sofrimento do povo. Cabe apenas ser sério e responsável e fazer valer o direito constitucional dos cidadãos brasileiros de terem bons serviços de saúde, universalmente distribuídos e custeados pelos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Essa, Sr. Presidente, é a única verdade que existe. O resto é balela e manipulação.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Rapidamente, Senador Papaléo, para não roubar o tempo precioso de que V. Exª dispõe, há que se perguntar: – e a gente precisa ser muito didático para que as pessoas que estão nos ouvindo compreendam exatamente o que está acontecendo – quais são as funções básicas do Estado (União, Estados e Municípios)? A meu ver, é prover, de forma eficaz e eficiente, os setores da segurança pública, da educação e da saúde – basicamente. O Estado, por exemplo, não tem de ter indústria. Então são essas as três funções do Estado. Segundo o meu ponto de vista, a Emenda nº 29 e a lei complementar que a regulamenta já definem com clareza o sistema de financiamento do setor de saúde pública do País. Então, a rigor, Senador Papaléo Paes, não há necessidade de nenhuma contribuição, tributo ou imposto para custear e financiar a saúde pública no Brasil. Esses recursos têm de ser orçamentários. A Emenda nº 29 trata disso com precisão e a lei complementar que a regulamenta mais ainda, estabelecendo as condições em que, como V. Exª mesmo citou e mencionou, os incrementos de valores vão sendo feitos

até 2011 para que a saúde pública no Brasil tenha um sistema de financiamento garantido a fim de que funcione minimamente em proveito da população. Além disso, eu costumo aqui dizer: o sistema tributário já é perverso com a população brasileira; a nossa carga tributária já é excessiva; tanto assim que o Governo arrecadou, de forma extraordinária, só no primeiro quadrimestre deste ano, mais de R\$20 bilhões. Recursos extra-orçamentários. Aliás, arrecadação que foi além da expectativa, excesso de arrecadação. O excesso de arrecadação é a prova cabal, completa e definitiva de que a carga tributária é excessiva. Portanto, não há por que, não há razão que demonstre a necessidade de se instituir mais uma contribuição, mais um tributo, neste País, para financiar a Saúde. Repito, saúde pública, educação e segurança pública são as três funções básicas do Estado e devem ser custeadas com recurso orçamentário, basicamente, Senador Papaléo. Portanto, parabênizo V. Exª por ferir o assunto da forma didática como está fazendo, para que as pessoas entendam a desnecessidade da criação de mais um tributo. Isso é um capricho, não é? Isso é um capricho. O excesso de arrecadação vai se constituir num fundo extraordinário. Para quê esse fundo extraordinário? Quem administra, quem guarda as reservas do País é o Banco Central. Nós temos reservas, não precisamos de fundo extraordinário para coisa nenhuma. A não ser que esse recurso seja de fato utilizado, ele deve reverter ao Orçamento da União, para custear exatamente essas três atividades básicas que são responsabilidade do Estado. O resto é conversa fiada!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Exª a participação em meu pronunciamento e considero, com suas palavras, o meu pronunciamento encerrado, de maneira brilhante. Agradeço e peço a V. Exª que autorize que o encerramento...

(Interrupção de som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpe, Senador João Pedro, mas o Senador Geraldo Mesquita chamou a atenção de que V. Exª queria um aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quero agradecer, principalmente nesta sessão, quando o nosso Presidente Paulo Paim está trabalhando, mostrando que trabalha nas tardes de segunda-feira, e não só nesta segunda. Apesar de respeitar o ponto de vista de V. Exª, pedi este aparte para contraditar. Analisando o perfil de V. Exª, observo que tem dois predicados importantes: um, porque é médico, e ser médico na Amazônia, esse pedaço de Brasil tão especial, penso que seja algo diferenciado; dois, porque é um homem de Estado. E, para contraditar, Senador Papaléo, eu gostaria de levantar duas questões. Quando discuto essa

contribuição, não começo pela carga tributária, mas sempre analiso por dois componentes, dois elementos que compõem a realidade brasileira: a concentração de renda, que é uma das maiores do mundo – ou seja, quem tem muito continua tendo –, e os indicadores sociais. Eu estou fazendo esse aparte, primeiro, respeitando o ponto de vista de V. Ex; segundo, contribuindo com o debate, porque defendo a contribuição. Então, discuto essa contribuição até porque a CPMF perdurou por onze anos e, agora, na realidade, é uma proposta que a Oposição fez em decorrência do debate “pode, não pode”. Mas quem levantou que essa contribuição deveria ser totalmente para a Saúde foi a Oposição. Essa proposta, primeiro, não é inovadora. A proposta vem da Oposição, que dizia: “Não, a CPMF deveria ser, na realidade, totalmente para a saúde pública”. Penso que se discutirmos com tranqüilidade vamos chegar a um entendimento de que é possível, sim, setores da nossa economia, da população economicamente ativa, contribuírem com 0,1% para a saúde pública no Brasil. Então, quero dizer isso em rápidas palavras. Estou tranqüilo no sentido de colocar esses elementos, a concentração de renda, que precisa ser repartida com a saúde pública, principalmente para quem a necessita. E a outra questão é a dos indicadores. Nós precisamos melhorar os indicadores. Nos últimos governos – e aí não só o Governo do Presidente Lula –, nós começamos a melhorar os indicadores sociais quando começamos a tratar, lá atrás, a macroeconomia, que até hoje é um pilar importante deste momento que estamos vivendo. Então, quero colocar esses elementos para externar minha opinião favorável a essa contribuição paga por quem ganha acima de R\$3 mil. Então, da mesma forma didática que V. Ex^a está colocando, eu gostaria de colocar o que está sendo discutindo: vai pagar quem ganha acima de R\$3.085,00, quem tem dinheiro em banco. Ou seja, penso que é possível, sim, entendermos da importância de a sociedade, a concentração de renda bancar esse valor para a saúde pública no Brasil. Muito obrigado, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu também respeito o ponto de vista de V. Ex^a; é muito importante que seja discutido. Mas ficam aqui, então, as nossas idéias colocadas.

Eu fiz uma exposição das minhas idéias exatamente considerando vários fatores que justificariam a não-criação desse novo imposto, inclusive fixei muito bem a questão da forma com que o Governo investe ou gasta seu dinheiro por aí. E quero lembrar também que fui um dos que discurssei aqui, antes da queda da CPMF, para que a deixássemos completamente, como disse o Senador Geraldo Mesquita, direcionada para as atuações na área da saúde. E faltou um interlocutor

que pudesse entender que, se deixássemos mais baixa aquela taxa, destinando-a única e exclusivamente para a saúde, nós aceitaríamos e votaríamos.

Mas acredito que o Governo não quis ser humilde, politicamente, achando que iria impor a sua vontade aqui na hora da sessão. Essa é uma questão política mesmo; nunca pensou que fosse ser derrotado e por isso não aceitou a nossa proposta. Mas a proposta que fazíamos era adequada àquele momento. Hoje ela se torna inadequada porque tivemos um superávit de arrecadação assustador. É como se o cidadão que tem o seu salário de R\$1.000,00 jogasse num jogo qualquer de azar – vamos dizer de azar ou de sorte, porque se ganhar é sorte e se não ganhar é azar –, como o jogo do bicho, esse jogo clandestino por aí, e de repente achasse de gastar tudo porque ganhou num jogo, o que não era esperado. Então, o Governo tem que direcionar o que está vindo de superávit para aplicar nessas ações que diz não ter recursos para aplicar.

Com muita honra, ouço o Senador Cristovam, registrando que já ultrapassei muito o meu tempo pela benevolência do Sr. Presidente e que há outros Senadores que ainda vão fazer uso da palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, esse tema é tão importante que eu próprio, que estou inscrito para falar depois do senhor, tomo o tempo para isso. Creio que deveríamos debater o máximo esse projeto. Nunca tive dúvida de ser favorável à CPMF; eu o fui no tempo do Fernando Henrique Cardoso, quando o PT era radicalmente contra. Eu me insurji, defendendo, porque era imposto, Senador Paim, que cobrava mais de quem tem, muito menos de quem não tem, e o dinheiro ia para a saúde, que é quem não tem. Então, era um imposto, a meu ver, sinceramente extremamente inteligente e justo. Defendi a CPMF quando ela veio para cá, no ano passado, e meu voto foi derrotado. Claro que, naquela época, fiz questão de exigir uma coisa: separar a CPMF da DRU, porque a DRU tira dinheiro da educação. Não votaria em manter dinheiro para a saúde tirando-o da educação. E o acordo foi feito. De fato, o Governo está cumprindo. Está na Mesa para ser votado o fim da DRU para a educação. Agora, esse imposto chega e vai exigir mais cuidados de minha parte e da parte de outros. Já não dá para simplesmente chegar aqui e ser favorável, como fui antes, à CPMF. Também não meu sinto à vontade de ser contra desde já. Estou fazendo um estudo cuidadoso das finanças. Votarei a favor se, de fato, esses recursos forem absolutamente necessários para a saúde. Votarei a favor se esses recursos forem necessários para equilibrar as contas públicas, evitando a volta da inflação, que, embora não seja causada apenas pelo desequilíbrio de contas, é, em parte, sempre fruto do

desequilíbrio de contas. Mas não votarei se esse aumento da arrecadação, nem falo da carga, mostrar que esses recursos são desnecessários, que eles viriam para gastos que não fossem fundamentais como os da saúde. Por isso, fico satisfeito em assistir a essa discussão. Quanto mais debatê-la, melhor. E quanto mais debatermos com os números, melhor ainda. Estou debruçado nos números e não vou tomar minha decisão antes de ver, com muito cuidado, os números, o impacto sobre as contas públicas na ausência do imposto, se ele não for criado; o impacto sobre a saúde pública, se não for criado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O assunto merece realmente muito tempo para debate. V. Ex^a é um homem inteligente, estudioso, que todos respeitamos, por isso sua opinião é muito ouvida nesta Casa.

Nós, da área da saúde – só para que V. Ex^a possa entender o que está por trás de tudo isso –, entendemos que o objetivo é que tenhamos, no Governo, um compromisso que destine um percentual fixo para a saúde. É o que desejamos: alcançar essa regulamentação de acordo com o que foi previsto na Emenda nº 29. É só isso o que desejamos. Ninguém quer exorbitância nenhuma. Queremos que o percentual de 7%, de hoje, chegue ao que foi acordado com sua regulamentação em 2008, 2009, até alcançar 10%. Então a nossa preocupação com relação à CPMF é ser um imposto transitório. Poderemos tê-lo este ano e não mais no ano que vem. Queremos uma determinação fixa de destinação do Governo. Quer dizer, é uma atitude puramente de política econômica de Governo desviar ou dedicar para a saúde, no caso, o percentual que exigimos.

Agradeço a V. Ex^a e aos Senadores Geraldo Mesquita e João Pedro, que tiveram participação aqui neste tema que levanto e que, acredito, deverá ser bem discutido nesta Casa, sem cor partidária nenhuma e sem querer, simplesmente, medir força com o Governo porque somos Oposição. Queremos racionalidade e equilíbrio nessas discussões.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Só quero dizer, enquanto o Senador vem à tribuna - me permita, Senador Papaléo Paes, porque havia

falado para V. Ex^a, quando esteve aqui, e quero reafirmar a minha posição: se a contribuição for aprovada na Câmara, eu aqui vou colocar emenda para que ela seja estendida, sem mexer no percentual, aos aposentados e pensionistas.

Por favor, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo tempo que for necessário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, que preside a sessão, Srs. Senadores presentes; Senador Paim, em primeiro lugar, queria tomar a liberdade aqui de fazer um desagravo em relação a V. Ex^a, que reputo um dos homens públicos da maior dignidade que já conheci na vida, uma das pessoas mais corretas e mais dedicadas àquilo que faz, atividade parlamentar, por mais de 20 anos.

Eu digo isso porque também fiquei não só surpreso como, de certa forma, triste com a pequena nota que saiu na revista *Veja* desta semana – V. Ex^a sabe do que falo –, que diz, em suma, que aqui ninguém trabalha e que há parlamentares que propõem ainda um dia de descanso para a população, etc.

Ora, em se tratando de V. Ex^a, é alguma coisa extremamente injusta. Logo a revista *Veja*, logo a imprensa, Senador Paim, que é testemunha da nossa atividade. Se querem nos criticar por outras coisas que o façam. É um direito legítimo da imprensa. É aquela história: vamos morrer defendendo esse direito da imprensa. Mas não por esse viés, Senador Paim.

A imprensa sabe, está “careca” de saber que trabalhamos nesta Casa. Trabalhamos principalmente nas comissões desta Casa. Trabalhamos no plenário. Trabalhamos mais ainda quando estamos fora desta Casa, em missão do Senado ou em atividade política no nosso Estado. A imprensa sabe disso de cor e salteado. Se fala, se tenta jogar a população contra os parlamentares, contra o Congresso Nacional por esse viés, olha, vão me perdoar: não está correto.

Como eu digo, se querem nos criticar de outras formas - aqui nós erramos muito -, que o façam por outros motivos. Agora, não esse. A imprensa é testemunha disso, Senador Paim. Que as pessoas saibam que a imprensa sabe que nós trabalhamos. Aqui não tem malandragem. Aqui não tem malandro. E a imprensa sabe disso.

Então, queria que V. Ex^a me permitisse esse pequeno desagravo em relação especialmente a V. Ex^a, que é um companheiro por quem tenho muito respeito, muito apreço. É uma das pessoas mais dignas que já conheci na minha vida inteira. Acho de uma injustiça tremenda o que a revista *Veja* fez com V. Ex^a. Espero que a imprensa se compenetre disso.

Podem malhar a gente em outros aspectos, porque erramos muito em outros aspectos. Agora, nesse não – nesse não. E a imprensa sabe disso, Senador Paim.

Mas o assunto que me traz aqui, Senador Paim, depois desse pequeno desagravo, é que eu havia me comprometido, tempos atrás, de trazer aqui a manifestação de pessoas e de entidades que nos escrevem, que nos mandam *e-mails* acerca de questões que aqui são tratadas ou de questões que não são tratadas aqui no Senado e que fazem parte do dia-a-dia dessas pessoas e das preocupações com as quais elas têm de conviver.

Tenho dito aqui, Senador Paim, para introduzir o assunto a que vou me dedicar hoje, que, por exemplo, muito se fala da Amazônia e pouco se faz. Há muito discurso e pouca ação. Tenho dito que, para a Amazônia entrar num processo de desenvolvimento constante e perene, há a necessidade de investirmos pesado em pesquisa, em ciência, em desenvolvimento tecnológico.

Dei um exemplo aqui, apartando o Senador Jefferson Praia na última sexta-feira, do que representou, por exemplo, a Zona Franca de Manaus para a preservação da floresta no grande Estado do Amazonas. Podem ter certeza absoluta. Alguém pode ter críticas à Zona Franca de Manaus, que é um centro de produção tecnológica, de produção de televisão, de rádio, de computador, de bicicleta, de motocicleta, mas lá há centenas de indústrias e milhares de trabalhadores envolvidos naquela operação. Se não fosse a Zona Franca, não sei onde essas pessoas estariam, o que estariam fazendo hoje. Talvez estivessem desmatando de forma irregular no Estado, porque não teriam outra atividade. E estão lá a pesquisa, a ciência e a tecnologia, propiciando a preservação da floresta de uma forma que as pessoas precisam entender o que está, de fato, acontecendo.

Eu sou ardoroso advogado de que a gente potencialize os nossos institutos de pesquisa, as nossas universidades sediadas na Região Amazônica. Mas, para isso, há necessidade de dinheiro, Senador Paim. Não se faz pesquisa, não se faz desenvolvimento tecnológico sem investimento público, sem investimento privado.

Eu, por exemplo, destaco sempre aqui nas minhas falas, quando eu me refiro à Amazônia, o papel que executa o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, um grande centro de pesquisa que hoje está atrofiado porque não há recurso para investir em pessoal qualificado, não há recurso para pesquisas.

Eu estou inclinado, Senador Paim – já disse aqui e vou repetir –, a colher dos colegas, aqui no Senado Federal pelo menos, o compromisso de, a partir deste final de ano, todos nós alocarmos um pedacinho do valor que nos cabe indicar no Orçamento da União, a título de emenda pessoal, para o Inpa, assim como a

gente faz, por exemplo, com o Hospital Sarah Kubitschek: todo ano, tenho certeza absoluta de que todos os Senadores aqui colocam uma emenda pessoal, por menor que seja, para manter as atividades do Hospital Sarah Kubitschek, porque esse hospital – é consenso – acolhe as pessoas que vêm dos nossos Estados e é uma instituição que merece realmente amparo e apoio. O Inpa também, Senador Paulo Paim. Vou começar a colher, de forma cavalheiresca, um compromisso dos companheiros da nossa Casa, para que, na época oportuna, coloquemos uma emenda pessoal para o Inpa, para que ele possa se valer de recursos para desenvolvimento de pesquisas na Região Amazônica.

Tenho dito, inclusive, que o Inpa pode e deveria se constituir em uma espécie de “Embrapa da Floresta”, e nesse ponto entro no assunto que me traz hoje aqui.

O que seria isso, Senador Paulo Paim? O Inpa poderia, juntamente com outros organismos de pesquisa situados na Amazônia, como universidades, comandar um verdadeiro processo de pesquisa, de investigação do que temos na Amazônia para formular um grande projeto nacional para aquela região.

Comparei, comparo sempre – aliás, a idéia não é minha, pois a colhi de uma pesquisadora preocupada também com a Amazônia, que me disse certa feita que precisaríamos de uma “Embrapa da Floresta”... E identifico o Inpa como essa “Embrapa da Floresta”. O Inpa poderia coordenar esse grande trabalho de pesquisa, de investigação e inventário de todo o patrimônio que temos na região Amazônica.

Por falar em “Embrapa da Floresta”, fiz esse rodeio para chegar à Embrapa, essa empresa fantástica que já prestou relevantes serviços ao País, Senador Paulo Paim. O nível que nós ostentamos hoje na agricultura, na pecuária no nosso País nós devemos, em grandíssima parte, ao trabalho desenvolvido por anônimos ali na Embrapa, durante esses mais de vinte anos, técnicos competentes, profissionais capacitados. A Embrapa se constituiu numa grande empresa. A Embrapa tirou a nossa agricultura da pedra lascada, a nossa pecuária do atraso e permitiu que, por meio de pesquisas, de desenvolvimento tecnológico, a nossa agricultura e a nossa pecuária hoje fossem de ponta no nosso País. Uma grande empresa.

E aí, como eu disse, eu reservo, sempre que possível, uma das minhas falas para trazer as considerações de pessoas ou instituições acerca de questões que são tratadas aqui.

Eu hoje trago, Senador Paim, a manifestação do Dr. Valter Endres, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Embrapa. Ele se refere a um pronunciamento que fez aqui, recentemente, o nosso compa-

nhheiro Senador Delcídio Amaral. Eu peço permissão para ler, na íntegra, o *e-mail* que recebi, assim como acredito que todos os Senadores receberam, porque está aqui a listagem na capa do *e-mail*.

Ele diz o seguinte:

Embrapa S/A: para quais interesses servirá.

Na data de 4 de junho de 2008, o Senador Delcídio Amaral (PT/MS) apresentou, na tribuna do Senado Federal, projeto de lei propondo a transformação da Embrapa em empresa de economia mista, com capital aberto aos investidores na Bolsa de Valores.

Essa proposição, nas intenções expostas na justificativa do Senador Delcídio Amaral, permitiria à Embrapa safar-se das restrições orçamentárias impostas pelos consecutivos governos que, aplicando a política neoliberal de enxugamento do Estado, impôs à empresa arrocho orçamentário, sucateando suas infraestruturas e não permitindo a necessária renovação de seus laboratórios.

Repito: essa é a fala do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

Interessante notar que, na sua justificativa, o Senador enfatiza novos investimentos nas áreas de alta tecnologia para a realização de pesquisas de ponta, como embriologia, nanotecnologia, seqüenciamento de DNA, produção de biodiesel ou fontes alternativas de energia renovável. Isso tudo, concordamos, realmente é necessário, mas, ao mesmo passo em que o Senador afirma que hoje, do orçamento da empresa, 70% são gastos com pessoal, esquece-se também de dizer que os salários pagos na Embrapa são aviltantes, representando em média a metade do que é pago para atividades que exigem grau de qualificação semelhante.

Reclama que a flexibilidade operacional da instituição é prejudicada pelas regras da legislação federal em relação às empresas públicas, citando que os procedimentos exigidos burocratizam e dificultam o desenvolvimento de suas atividades, que se revelam, com isso, mais lentas que as verificadas na iniciativa privada ou nas empresas de economia mista. Contraditoriamente, determina, no art. 3º de seu projeto de lei, que os contratos celebrados pela Embrapa S. A. serão precedidos de procedimentos licitatórios, observados os princípios da Administração Pública. Enfim, fica tudo como antes

no quartel de Abrantes [segundo o presidente do Sindicato dos Pesquisadores da Embrapa].

As principais empresas de economia mista, para citar as primas ricas Petrobras, Banco do Brasil S. A. e Eletrobrás, possuem especificidades de operação de produtos com inserção no mercado, operando competitivamente com empresas privadas do setor. Não devemos nos esquecer que, para operar a venda de combustíveis, operações bancárias e de produção e distribuição de energia elétrica, as empresas privadas recebem concessões específicas do Estado para operarem dentro de regras específicas de mercado, onde, inclusive, tarifas e serviços são controlados pelo Estado, tanto para as estatais quanto para as privadas. Já para a pesquisa e o desenvolvimento agropecuário, não existe regulamentação nem concessão específica do Estado. As empresas que se arriscarem no mercado de pesquisa e de desenvolvimento agropecuário terão que operar competitivamente com as multinacionais do setor, na busca de recursos e de lucro para remunerar os seus possíveis investidores. Investidores que, com certeza, exigirão retorno de seus investimentos, de forma que as atividades dessas empresas terão que possuir o objetivo de lucro líquido e certo para distribuir os seus esperados dividendos das ações comercializadas. Ou será que para esse segmento teremos investidores dispostos apenas a repartir lucro social?

Fica assim colocado o questionamento de como serão atendidas às demandas da agricultura familiar ou da conservação sustentável do meio ambiente, já que esses setores não possuem capacidade de produzir tecnologias que permitam auferir lucros na venda direta de seus produtos. Entende-se, assim, que, em princípio, apenas as tecnologias desenvolvidoras do agronegócio teriam espaço na Embrapa S/A.

A Embrapa, como a conhecemos e é respeitada hoje, desenvolveu-se num mercado onde só existiu investimento público. O investimento privado surgiu depois que o mercado da produção agropecuária foi estruturado por anos de investimento público na conscientização de que os produtores e consumidores de produtos agrícolas devem utilizar-se somente de sementes e insumos “modernos” produzidos e certificados em sistemas homologados. Investidores esses que vêm na esteira de uma

legislação produzida para amparar os recursos privados na apropriação do conhecimento tradicional, advindo do uso dos produtos provenientes da natureza, ou seja, a Lei de Patentes e de Cultivares, gerada, criada, e aprovada no modelo neoliberal que defende o livre mercado e a participação mínima do Estado. Diga-se de passagem que, nessa retrógrada concepção econômica, o Estado deve operar apenas nas áreas onde a economia de mercado é insuficiente para determinar lucro a quem nela opera. Esse sempre foi o caso da pesquisa agropecuária, com raras exceções, no que diz respeito a algumas “commodities” que surgiram e firmaram-se pelo resultado das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa.

Os investidores privados que hoje põem olho gordo na ação competitiva da Embrapa surgiram e cresceram em operações parasitadas, realizadas em celebrações de contratos e convênios questionáveis, apropriando-se do germoplasma desenvolvido pela Embrapa, registrando-os como cultivares próprias e, por consequência, comercializando tecnologias desenvolvidas dentro da Embrapa, mas tendo como favorecidas outras entidades privadas – falo aqui das conhecidas fundações de apoio à pesquisa, que nada mais são que fachadas para operações parasitadas junto às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa, tanto na capacitação de recursos quanto na apropriação de resultados tecnológicos em favor de terceiros. Esse assunto certamente daria uma boa CPI, caso os Congressistas realmente tivessem o interesse de defender os interesses públicos do setor agropecuário, ou, no mínimo, uma investigação do Ministério Público, se tivessem a coragem de enfrentar os interesses do agribusiness.

Repito que quem fala isso é Valter Endres, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

Diz ele, para concluir:

O Senador Delcídio Amaral levanta, mais uma vez, uma questão que possui interesse apenas nos setores mais capitalizados do setor agropecuário, dessa vez desconectado da realidade das políticas que inclusive o seu próprio Partido defende.

Enfim, novamente, os trabalhadores da pesquisa agropecuária irão arregañar as mangas e partir para o corpo-a-corpo com os Par-

lamentares, demonstrando, assim, a função estratégica da Embrapa para a segurança alimentar do Brasil, especialmente em apoio às ações de pesquisa agropecuária que fazem a alimentação dos brasileiros e que dependem da continuidade de investimentos públicos na Embrapa como empresa pública, patrimônio da Nação brasileira.

O Sinpaf estará permanentemente nessa frente de batalha em defesa da pesquisa agropecuária e dos interesses da sociedade brasileira. Estamos prontos para esse debate em quaisquer instâncias, especialmente nas que esperamos que se desenvolvam no ambiente das audiências públicas no Congresso Nacional.

Assina a nota Valter Endres, presidente do Sinpaf.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, que, em princípio, partilho da idéia do Valter e faço aqui, grosseiramente, uma comparação. Entendo, como ele, que a Embrapa tem um papel estratégico mesmo, inclusive no que diz respeito à segurança alimentar deste País. É um assunto de natureza pública. A Embrapa, segundo o que conheço da empresa e do que ela produz, deve permanecer, sim, como empresa pública, e deve ser capitalizada pelo Governo. O Governo deve investir pesado nessa empresa, que tantos serviços já prestou a este País.

Eu comparo essa tentativa do Senador Delcídio Amaral, com todo o respeito ao companheiro Delcídio Amaral, com a privatização da Nasa. Duvido que os Estados Unidos privatizassem a Nasa, como o Senador Cristovam Buarque, uma vez, propôs. Não privatizam, porque a Nasa é uma instituição pública nos Estados Unidos, cumpre um papel específico e fundamental, assim como a Embrapa cumpre um papel específico e fundamental no nosso País, que é garantir, do ponto de vista da atividade pública, a pesquisa e o desenvolvimento, na área da pecuária, na área da agricultura.

E quem de nós, quem, neste País, pode duvidar do trabalho realizado por essa empresa, Senador Buarque, nesses últimos anos? Duvido que algum brasileiro questione o trabalho feito, em que pesem as dificuldades, em que pesem os salários. Com diz ele aqui, não se pode esquecer que os salários pagos aos funcionários da Embrapa são aviltantes. Os salários dos pesquisadores, com vários anos de formação, segundo diz o Presidente do Sindicato dos Pesquisadores da Embrapa, são aviltantes. Contudo, essa empresa se espalhou pelo País inteiro e, hoje, como sempre, cumpre um papel fundamental.

É temerário, de fato, que possamos imaginar a perspectiva de transformar a Embrapa numa empresa mista,

porque, como previne aqui o Presidente do Sindicato, isso pode fazer com que essa empresa caia nas mãos de uma pequena parcela de quem hoje cuida da pecuária e da agricultura no Brasil em detrimento da atenção que deve ser voltada para a agricultura familiar, para a atividade do pequeno e médio produtor neste País.

Portanto, está aqui a fala do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, que contrapõe idéias e conceitos acerca do projeto aqui anunciado pelo Senador Delcídio Amaral, propondo a transformação dessa grande empresa pública numa empresa mista a ser submetida ao Senado Federal em primeiro lugar.

Senador Paim, eram essas as minhas palavras e agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Agripino como Líder. Em seguida, ao Senador João Pedro e ao Senador Cristovam Buarque.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para, mais uma vez, reiterar, no plenário do Senado, que haverá hoje, às 17 horas, uma solenidade no Palácio do Planalto que considero extremamente relevante. O Presidente Lula vai sancionar três projetos de lei que tramitaram durante um longo tempo – quase oito anos – no Congresso Nacional, projetos que alteraram de forma significativa o Código de Processo Penal brasileiro na linha de buscar agilizar a Justiça brasileira, que, infelizmente, não é ágil o suficiente.

Nós não fomos ágeis o suficiente para alterar a tempo de impedir aquele absurdo que foi a absolvição do mandante do crime da Irmã Dorothy. No Código de Processo Penal, o tribunal do júri tinha – a partir de hoje, não terá mais – a prerrogativa de, no caso de uma condenação à pena máxima, como aconteceu, de sete a zero, em decisão unânime, aquele madeireiro, aquele latifundiário que foi o mandante do crime da Irmã Dorothy – não tenho nenhuma dúvida –, de permitir automaticamente um novo julgamento, mesmo condenado à pena máxima e por unanimidade.

Então, as alterações que o Presidente Lula sancionará foram fruto de um trabalho em que esta Casa teve um papel fundamental, porque foi aqui, depois de quase oito anos de tramitação, que nós demos celeridade, com um grupo de trabalho que tive a honra de coordenar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) ...se salvaram, exatamente – diz aqui o Senador João Pedro. A comissão que tive a honra de presidir, na Comissão de Constituição e Justiça, agilizou, e no acordo, Senador José Agripino, que fizemos, numa reunião histórica

entre o Presidente da Câmara e o do Senado, no gabinete da Presidência, incluímos esse projetos como prioritários para votação na Câmara dos Deputados.

Portanto, depois de uma longa tramitação de quase oito anos, nós vamos ter mudanças profundas no Código Penal Brasileiro. E esta Casa foi parceira, juntamente com o Judiciário. A Ministra Ellen Gracie, que vai estar presente na solenidade, constituiu, no ano passado, grupo de trabalho, subsidiou os debates aqui. Tanto que nós aprovamos, por unanimidade, tanto no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como aqui no plenário da Casa, esses projetos, no final do ano passado.

Eu reitero o convite, acho que é uma solenidade de integração dos três Poderes, porque o Executivo mandou, em 2001; o Legislativo teve oportunidade de apreciar; e o Judiciário foi parceiro nas sugestões que aqui foram apresentadas para nós aperfeiçoarmos e mudarmos significativamente o Código Penal Brasileiro.

Portanto, agora às 17 horas, reitero aos Parlamentares, aos Senadores que estão presentes, que prestigiem essa solenidade.

Apesar de a sanção ser do Presidente da República, é a sanção de um projeto, de uma alteração feita pelas mãos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Então era isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, fiz questão de realçar e externar o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder. A Presidência agradece a V. Ex^a pela tolerância, uma vez que já o tinha convidado a vir à tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos começando uma semana. Acabei de chegar do meu Estado, estive na capital e no interior, visitando os Municípios de Poço Branco, de Nísia Floresta, de São José de Mipibu, com objetivos diversos e convivendo com públicos diversos, com conterrâneos das classes A, B, com conterrâneos das classes C, D e E, gente muito modesta, além de líderes empresariais. E duas coisas me foram muito indagadas, porque o que acontece aqui chega lá, com maior ou menor intensidade. Alguns me perguntaram por essa história da compra da Varig. Não foram muitos, mas alguns me perguntaram. Agora, muitos me perguntaram se o meu Partido ia ter uma postura igual à que teve na questão da CPMF no que diz respeito à CSS. Aí foram muitos. Muitos, Senador Paim, inclusive das mais diversas categorias.

Em Poço Branco, fiz um encontro com muita gente, e chegaram a me interpelar. Gente modesta, devia ser agricultor: “Senador, vocês vão deixar passar aquele

imposto novo?” Não falavam o nome do imposto, não: “aquele imposto novo?” Apelidaram o imposto até de CPMF. Estão chamando o imposto de CPMF.

E eu dava as informações que quero relatar aqui para que mais gente saiba. Se no meu Estado há essa preocupação, aqui, evidentemente, Senador Geraldo Mesquita, é o nosso foro para que tornemos públicas as nossas posições. Eu disse àquele que me interpelou, quando eu falava que meu Partido havia sido o único Partido que havia fechado questão com relação à CPMF, expliquei o que é fechar questão. Fechar questão é quando a Executiva, que é o órgão máximo do Partido, o maior órgão diretivo do Partido, se reúne e, por votos, fecha a questão. Significa que quem for do Partido, Deputado ou Senador, e que votar contra a decisão da Executiva do Partido de fechar a questão, fica passível de perder o mandato.

Aumentar imposto fere de morte a formulação programática do Democratas. Somos contra aumento de imposto. Então, se a Executiva fechou questão, Deputado ou Senador que votar contra está passível de perder o mandato. Nós fechamos questão, fomos o único Partido que fechou questão com relação à CPMF. Daí por que, do começo ao fim, tivemos uma posição única e conseguimos agregar, como V. Ex^a, companheiros que, falando do sentimento do Brasil, votaram contra a prorrogação da CPMF, livrando o Brasil e os brasileiros daquele antipático imposto do cheque.

A mesma coisa eu disse a eles e vou repetir: já foi feita pela Executiva com relação à CSS. Nós fechamos questão na Câmara e no Senado. Quem votar a favor da aprovação da CSS vai ter que responder ao Partido e pode perder o mandato. Por quê? Por raiva? Por idiossincrasia com relação a imposto? Por que está escrito no livro do Partido?

Não! É porque, Senador Geraldo Mesquita, a questão da CSS é uma agressão ao Poder Legislativo. O Congresso, o Senado disse, em dezembro, não à prorrogação da CPMF. Como é que o Poder Executivo afronta o Congresso e agora promove, propõe uma reedição da CPMF, de forma disfarçada, por projeto de lei complementar? Então é uma afronta ao Poder Legislativo e uma afronta ao Judiciário, que já disse claramente, por um ou dois de seus membros, Ministros do Supremo: não se pode criar imposto ou contribuição por projeto de lei complementar, que é como está se propondo; só por proposta de emenda à Constituição. E o Governo, que é o autor da idéia, cavilosamente, para ter a chance de aprovar apenas com 41 votos, e não com 49, propõe por projeto de lei complementar.

Agora, propõe o quê? Propõe a criação de um imposto do cheque – 0,10% – voltado para a saúde

pública. O fundamento seria maravilhoso se o Governo estivesse quebrado. Um Governo que destina R\$12,5 bilhões de superávit, de excesso de arrecadação para o BNDES, como foi aprovado aqui, contra o nosso voto, destinou excesso de arrecadação – R\$12,5 bilhões – para o BNDES emprestar à Venezuela, ao Equador, ao Peru, em vez de gastar esse dinheiro com a Saúde.

Cabe isso na sua cabeça, Senador Geraldo Mesquita? Senador Heráclito, cabe na sua cabeça, pelo amor de Deus? Não cabe na nossa cabeça. Nós temos que defender é o cidadão brasileiro. Se o Governo tem R\$12,5 bilhões para transferir, por excesso de arrecadação, para o BNDES emprestar, dentre outros, a países estrangeiros, por que não botar esse dinheiro na Saúde? Tem que cobrar um imposto a mais para fazer cumprir a Emenda nº 29, que manda que 10% do dinheiro do Brasil vá para a Saúde?

Que conversa é essa?

O Governo acabou de aumentar duas vezes a taxa de juros: 0,5% e agora mais 0,5%. Cada aumento significa pelo menos R\$4 bilhões a mais na despesa da União com o comprometimento da dívida. Então, o Governo, com uma canetada, concorda em aumentar a taxa de juros, se impõe uma despesa de R\$4 bilhões por mês para cada 0,5% – e foram duas vezes 0,5%, são pelo menos R\$8 bilhões por mês que o Governo, voluntariamente, se impõe – e não tem 5,5% por ano para a Saúde? Pode R\$8 bilhões de juros por mês e não pode 5,5% por ano para a Saúde? E quer criar um imposto novo? O Governo não está falando no Fundo Soberano – 0,5% do PIB, mais de R\$10 bilhões – para investimentos em empresas no exterior, na França e na Inglaterra, para gerar emprego para francês, inglês e americano, e não tem dinheiro para pagar o custeio da Saúde? Ah, não! Vai nos encontrar, claro, pela frente. Nós fechamos questão e vamos armar barricadas e votar contra a CSS.

Estou, Senador Paulo Paim, convencido de que este Senado... porque já ouvi muita gente que votou a favor da CPMF aqui no Senado e já declarou voto contra a CSS.

Mas, uma outra coisa me foi indagada nos meus encontros agora, no final de semana, com relação à venda da Varig. Na cabeça das pessoas está um escândalo novo. Eles dizem o seguinte: Ah, negocinho bom! Compram por 24 e vendem por 320, depois de oito meses. O número que eles guardaram é: comprou uma coisa por 24 e vendeu por 320, oito meses depois. Aí na cabeça das pessoas está que, entre 24 e 320, houve a interferência do Governo, do Palácio do Planalto e aí citam a Ministra Dilma Rousseff. E citam, porque dizem que uma Dr^a Denise (que eles não sabem quem é), que era da agência que controlava a aviação,

denunciou pressão para que o negócio fosse feito – o negócio de 24 que gerou 320 – e que tinha um amigo do Presidente da República misturado nessa história. É isso que passa na cabeça das pessoas.

O amigo é Roberto Teixeira, o advogado, amissíssimo do Presidente da República, compadre do Presidente. Está na cabeça das pessoas essa história simples, essa história muito simples e fácil de ser compreendida.

Ouçó com prazer o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É só para trazer mais um ponto na sua reflexão, Senador José Agripino, que acho muito importante. É que mais estranho ainda, mais complicado ainda, é a notícia, que circulou agora, por último na imprensa, de que, nessa transação, a TAM havia feito uma proposta do dobro do valor e não teve acolhida. Quer dizer, fica um negócio muito esquisito. Como se explica? Uma empresa foi adquirida por 24 milhões de dólares ou reais, sei lá, e vendida, nove meses depois, por trezentos e não sei quanto. Agora, a informação é de que a TAM havia oferecido nessa última transação quase o dobro do que resultou da operação e foi excluída do processo. É um negócio que não consigo entender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Por isso é que estamos aqui. Por isso esta semana que está começando vai ser uma semana de muito trabalho. A Comissão de Infra-estrutura convidou – e ao que tudo indica estarão aqui – a Diretoria Denise Abreu, da Anac, que foi quem fez as denúncias; e dois ou três diretores da Anac da época que confirmaram as denúncias da Dr^a Denise Abreu. É possível que o ex-Presidente da Infraero, o Brigadeiro José Carlos – que também confirmou a denúncia de Denise Abreu – seja chamado à colação, bem como os dois procuradores, o que concedeu e o que negou um fato do qual as pessoas não se aperceberam ainda, mas que vai ficar muito claro. As pessoas estão ligadas, Senador Geraldo Mesquita...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já concluirei, Sr. Presidente.

As pessoas estão ligadas a uma história simples. Alguém comprou uma coisa à Varig por US\$24 milhões e a vendeu, 8 meses, 9 meses depois, por US\$320 milhões. E houve interferência, no meio do Governo, para que esse negócio acontecesse e muita gente ganhasse dinheiro em cima. Aí colocaram o amigo do Presidente, Roberto Teixeira, que é advogado. Agora, o que está por trás do tráfico de influência? Onde é que entra o advogado? Onde estão as suspeitas que têm de ser esclarecidas?

O primeiro ponto é que, pela legislação brasileira, só pode ser detentor de concessão de serviço público – no caso transporte aéreo – empresa de brasileiro com pelo menos 80% do capital. E a Variglog, que foi quem comprou a Varig – ficou claro agora – teve uns laranjas suspeitos, laranjas que não teriam dinheiro para comprar a Variglog, que teria sido comprada por um fundo americano com capital estrangeiro, ferindo a lei e gerando uma briga entre sócios; e que a Ministra Dilma – é o que está escrito na imprensa – teria pressionado os diretores da Anac a abrirem mão da exigência que a Dr^a Denise disse que queria fazer. A Dr^a Denise queria exigir – e ela vai vir aqui para confirmar – a comprovação da origem do dinheiro dos três sócios brasileiros, que teriam 80% do capital, e mais 20% de capital estrangeiro, para obedecer à lei. E aí entra a pressão do Palácio do Planalto – e isso está denunciado. As pessoas não se aperceberam disso ainda. E por trás disso estaria, isso tem de ser comprovado, a Ministra Dilma Rousseff.

E a outra questão parece uma piada. Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a vai comprar uma casa lá em Rio Branco, a casa vale R\$300 mil, mas o dono da casa deve R\$150 mil. Aí inventam uma história para o Geraldo Mesquita poder comprar a casa por R\$300 mil e o credor dos R\$150 mil que se lixe. Não tem negócio de sucessão da dívida não. Você comprou, o cara vendeu por R\$300, passou para você, e a dívida de R\$150 mil morreu! É o caso da Varig. A Varig deve mais de R\$2 bilhões. E um procurador negou-se sempre a dizer que a sucessão da dívida permanecia e trocaram o Procurador-Geral da Fazenda Nacional por alguém que, sem mais nem menos, disse que não, que na venda da Varig, os débitos da Varig com a União morriam com a venda do negócio. É como a casa que V. Ex^a comprou. É como se o dono da casa que lhe vendeu tivesse esquecido do débito, não tivesse mais nada para pagar. E não existisse lei, não existisse coisa nenhuma.

E aí entra a pressão. Mais uma vez, no Palácio do Planalto, é onde entra aquela fotografia do Dr. Roberto Teixeira subindo com os donos da Gol no elevador do Palácio do Planalto para se encontrar... Roberto Teixeira é compadre do Presidente Lula. Ele abre portas do Presidente Lula, não é de Dilma, nem de ninguém. É do Presidente Lula. Ele é advogado da parte vendedora e estava levando no elevador a parte compradora. Então, ele estava fazendo um claro tráfico de influência.

Já que ele é o representante da parte vendedora, o que danado estava ele subindo no elevador com a parte compradora e para ir aonde, a que gabinete, se encontrar com quem, para receber batismo ou a bênção de quem e para fazer que negócio? É isso que tem

que estar esclarecido. Repito: é isso que tem que ser esclarecido. E vai ser porque o Brasil está indignado. É um caso atrás do outro.

Senador Geraldo Mesquita, até agora foi possível dizer-se: ah, eu não sabia de nada! Ah, aconteceu a coisa à minha revelia! Esconderam de mim e me traíram!

Mas, Roberto Teixeira com os donos da Gol – que compraram a Varig –, subindo no elevador para falar com quem? Ninguém sabia de nada? As denúncias todas vão evaporar, transformar-se em pó ou a gente vai chegar a conclusões dessa vez?

Roberto Teixeira é compadre do Presidente. A fotografia está na **Veja**, nos jornais, em que ele está subindo no elevador do Palácio do Planalto. Os donos da Gol compraram a Varig. A Denise Abreu denunciou coisas que têm de ser investigadas.

Aqui não quero defender CPI nenhuma, até porque, na hora em que eu falasse em CPI, estaria cometendo, no mínimo, um atropelo à escalada progressiva que os fatos devem seguir, a que devem obedecer. As investigações têm de acontecer e, se tiver de haver algum processo de investigação com outros dispositivos e com outros Poderes, que se instale, mas acho que a Dr^a Denise tem a obrigação de vir, assim como os diretores que confirmaram e os procuradores que concederam e os que não concederam o aval para a sucessão da dívida, para explicar. O Brasil deseja ouvi-los, porque em causa está o uso do poder do Palácio do Planalto para prejudicar o interesse público.

Como interesse público? A Varig deve dois bilhões e quebrados de impostos, imposto que o brasileiro comum tem obrigação de pagar. Por que a Varig vai ficar livre? Por que amigos do Palácio do Planalto interferiram? Ah, essa não! Então, alguém tem de falar. Eu estou falando e vou continuar falando, com equilíbrio, com moderação, sem exagero, sem falar em CPI, mas sem abrir mão da obrigação de falar na investigação chegue aonde chegar.

Ouçõ com muito prazer o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a faz um pronunciamento realmente importante para a Nação. Agora, o impressionante disso é como a base do Governo foge do debate. Se V. Ex^a examinar, verá que só está aqui o Senador João Pedro. Mas a Base, os responsáveis, as Lideranças fogem da responsabilidade que é a discussão. Não é verdade? Vamos por parte: o primeiro erro, o primeiro crime é a relação promíscua entre agências reguladoras e Governo. Senador Paim, V. Ex^a é da Base, mas é da Base acima da base; V. Ex^a está fora da referência que eu fiz. Mas veja bem: é preciso que, de uma vez por todas, o Governo saiba que as agências reguladoras são para atender e

servir ao Estado, e não a Governos. Essas indicações da maneira como são feitas, dão nisto: colocam-se pessoas para servir a grupos políticos, e não ao Estado. E aí estoura mais um escândalo envolvendo as cercanias... Eu acho que já não é mais nem cercanias, é o próprio Palácio do Planalto. Há um fato aí que o Senador Geraldo Mesquita puxou, mas eu quero aprofundar mais um pouco. As coisas, quando não são feitas com clareza, a população pode ter o direito da dúvida. Ele citou um fato aqui interessante: o preço oferecido pela TAM e o preço comprado pela Gol, por 24 milhões, revendida, seis ou sete meses depois, por 320 milhões. Agora, é preciso que se explique qual foi a Varig que foi vendida e qual foi a Varig que foi comprada. Se a Varig que foi vendida era a Varig dos hotéis, com os hotéis, com a VEM, a companhia de manutenção, e a VarigLog. Na realidade, pagou-se essa quantia apenas pela empresa aérea já com a sua frota de aviões bem diminuída. É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. Outra coisa, Senador José Agripino, grave nisso tudo – e o Senador Paim, inclusive, acompanhou – foi o tratamento dado aos funcionários da Varig: os da ativa e os aposentados com relação à proteção dos funcionários por meio do fundo de pensão. Eles ficaram à míngua. A Presidente do fundo de pensão nos procurou várias vezes. O Ministro da Justiça, Luiz Marinho, que se desincompatibilizou para ser candidato, passou um calote inclusive na Comissão de Infra-Estrutura. Fizemos uma convocação e, por três vezes, ele alegava que estava tentando um diálogo com a Justiça do Trabalho. A última vez foi no final do ano legislativo passado, às vésperas do recesso. Ele me telefonou, mandou o seu assessor parlamentar me procurar e fazer um apelo para adiar para o começo do ano, porque estava dialogando e faltava muito pouca coisa. Chamei a representante do Fundo Varig e a coloquei em contato. Essa senhora de boa-fé também concordou com o adiamento e agora, neste ano, novamente ele adiou. O seu assessor parlamentar, cumprindo determinações, na semana passada, procura-me pedindo mais um adiamento. Eu digo: “Olha, eu não posso mais de maneira nenhuma” E esse senhor, sem dar nenhuma satisfação ao Senado, à Comissão de Infra-Estrutura, simplesmente deixou o Ministério, desincompatibilizou-se para disputar um mandato, lá em São Paulo, e não deu nenhuma satisfação aos servidores da Varig, ao Senado e, acima de tudo, à palavra empenhada. O que me leva a crer que estava metido nesse conluio, nesse complô. E é preciso que se esclareça. Essa operação ainda vai dar muita dor de cabeça. Logo, eu acho uma bobagem, Senador João Pedro, a blindagem que estão tentando fazer em relação à Ministra Dilma. O mais correto era a Ministra Dilma imediatamente telefonar para o Presidente do Congresso, para o Presidente do

Senado e dizer: “quero ir aí prestar os esclarecimentos”. Ela não tem culpa! Porque vai ficar muito ruim, se, após todos esses fatos, alguma prova de ligação direta de pessoa da Casa Civil – necessariamente pode nem ser a própria Ministra – mas de pessoas ligadas mostrar envolvimento do Governo. É só aguardar para ver. Parabéns, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Heráclito Fortes, V.Ex^a toca numa questão que é muito importante.

Primeiro ponto, Senador Geraldo Mesquita, Senador Heráclito, falaram sobre o valor oferecido pela TAM. Claro que este assunto vai ter que ser confirmado pela TAM, como todos os outros vão ter que ser confirmados por quem fez as denúncias, no caso, a da Dr^a Denise Abreu. E, no caso do valor que teria sido oferecido pela TAM, a TAM confirmar. Mas, em qualquer circunstância, o valor de venda foi de US\$320 milhões, e o valor de compra foi US\$24 milhões.

Senador Geraldo Mesquita, eu sou engenheiro. Já fiz uma vez uma conta errada aqui e veio *e-mail* em banda de lata, dizendo que tinha feito a conta errada. Eu fiz uma contazinha aqui à mão. Entre 24 e 320, há uma diferença de treze vezes e meia a maior.

É uma loteria! Já imaginou um brasileiro que tem uma poupança de mil reais, aplicar em janeiro e, em agosto, ter treze mil e quinhentos reais?! É loteria pura! Foi o que aconteceu com a Varig, pelo negócio que foi feito. Só que, entre a aplicação e o rendimento, houve um dedinho que se supõe ter sido ilegal e se supõe ter sido oficial, dos altos poderes da República, que têm que se explicar. É loteria pura! Treze vezes e meia! Para não falar num dado que tem que ser confirmado, que seria um valor ainda maior da TAM que a TAM tem que dizer se ofereceu ou não.

Mas, em qualquer circunstância, Senador Paulo Paim, há um fato, para concluir, que desejo registrar: as agências reguladoras, no processo de privatização do Brasil, foram idealizadas, foram concebidas para, com autonomia do mandato dos seus dirigentes, inspirando credibilidade no exterior ou aos investidores domésticos, poderem inspirar credibilidade para serem os gestores independentes da ação no petróleo, na energia, nas comunicações, no tráfego aéreo.

Na medida em que se passe para o Brasil que as agências são tuteladas pelo Estado, que diabo vai fazer a agência reguladora? Que diálogo vai ter a agência reguladora com os investidores? Pode ter o diálogo, mas não de credibilidade.

Estão, além do mais, passando o processo de assassinato de autonomia das agências reguladoras, o que é, por si só, um mal terrível. Dentro do processo de privatização que o Brasil adotou, a diminuição do

prestígio da agência reguladora, pela tutela, pelo sufoco, até em nome de causas pouco recomendáveis, é um desastre completo.

Por essa e outras razões, vamos ter que investigar e faremos com critério, sem exagero, com responsabilidade, chamando quem tem que ser chamado, não estabelecer nada de confronto entre Governo e Oposição, porque em causa o que está é o interesse público e o interesse do povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador João Pedro. Falando o Senador Cristovam, em seguida, passarei a palavra, pelo acordo feito, ao Senador João Pedro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar também do escândalo, mas, para mim, um escândalo cujas conseqüências, se não tomarmos providências, será muito mais dramático do que todos esses outros que temos visto por aí. É o escândalo, Sr. Presidente, da violência constante, diária, contra professores, e violência feita por alunos das nossas escolas.

Imagine o que vai acontecer neste País dentro de dez, quinze, vinte anos se continuarmos como o editorial do **Correio Braziliense**, como uma matéria do jornal o **Correio Braziliense** também hoje mostra, que os professores estão fugindo do exercício do magistério, não mais pelo desprezo que tem caracterizado a atividade do magistério no Brasil nessas últimas décadas, não mais pelas faltas de condições normais no Brasil, mas por medo, por medo. O que vai acontecer com este País quando os professores dedicados à atividade, os poucos que restam, começarem a abandonar o magistério por medo? Na semana passada, durante uma visita que fiz a um professor do Distrito Federal que sofreu um espancamento, o espancamento brutal de alunos, eu o ouvi dizer: “Eu não volto mais à minha atividade de magistério”.

Hoje, o **Correio Braziliense** mostra mais de um professor e professora dizendo que não vão trocar o salário pelo risco que correm em razão da violência.

E venho falar desse escândalo, mas venho falar desse escândalo tentando imaginar quais as causas e o que fazer para resolver.

Senador Geraldo Mesquita, quero discutir primeiro as causas externas e, depois, as causas internas que há na escola. As causas externas a gente conhece. O Brasil é uma sociedade de uma brutal violência, de duas violências: a violência da desigualdade social, a brutal violência que a gente comete, que uma parte da sociedade comete contra outra, excluída, abandonada, e a

violência física, em que a gente vê a sociedade brasileira envolvida, com uma parte matando, assassinando, e a outra parte se prevenindo para não ser morta.

É claro que essa violência é a principal causa da violência que chega à escola. O Brasil é uma sociedade violenta. A violência do trânsito, a violência contra as florestas, a violência de todos os tipos se espalhou, e nós, de olhos fechados, nos acostumamos a ela, quando os povos em guerra não se acostumam. Pois o Brasil se acostumou. Aqui morrem muitos mais por violência que nos países que estão em guerra. Lá todos tomam precauções; aqui a gente se acostumou.

Além dessa violência, a violência que se vê na mídia todos os dias, em filmes, em programas, em noticiários, também gera violência. Não adianta querer negar que a violência mostrada, vista e repetida, às vezes até como sinônimo de beleza estética nos filmes, também é uma causa da violência.

Temos como causa da violência a que se vê nos jogos eletrônicos com que os meninos brincam em suas casas. São jogos que inspiram, incentivam e dão ganho àquele que for mais violento.

Nós temos como causa da violência a droga que se espalha, que se generaliza e que termina provocando, sem dúvida alguma, violência.

Nós temos como causa dessa violência social espalhada a impunidade daqueles que cometem a violência. Aí inclui-se também – faço uma autocrítica – a violência da impunidade de muitos de nós, políticos, que são denunciados, cujos fatos são apurados, mas nada acontece.

Juntemos a impunidade, a desigualdade, a violência, a mídia, os programas, os noticiários e veremos que é até surpreendente que a escola não tenha sido um local de violência durante algum tempo. Mas agora é. É e é dramático.

Aqui, no Distrito Federal, segundo o editorial do **Correio Braziliense** de hoje, seis professores sofrem violência de alunos por semana, mais de um por dia útil. Há alguma outra profissão em que haja um maior grau de violência contra os profissionais do que entre os professores? Mas uma violência cometida pelos alunos?! Não há. Agora, há as causas, a meu ver, que são específicas da própria educação.

A primeira, Senador Paulo Paim e Senador João Pedro, é a violência que nós temos cometido, historicamente, contra a própria escola. Estamos vendo a violência dos alunos contra os professores, mas há uma violência contra a escola, pelo estado de abandono em que a deixamos ao longo desses tempos.

A violência da degradação dos prédios escolares. Ninguém vê um Banco do Brasil depredado, uma agência dos Correios depredada, ninguém vê um *shopping*

center depredado, mas é raro o vidro de uma escola estar inteiro meses depois de ser colocado. E assistimos a isso tranqüilamente. Há uma violência contra a escola, e essa violência gera a violência dos alunos contra os seus professores. Há uma violência social, que é a violência contra os professores, não dos alunos, mas nossa, dos responsáveis por este País, ao deixarmos que os nossos professores sejam tratados, historicamente, como uma profissão secundária, em vez de serem tratados como a principal profissão de um país. Nenhuma profissão com o grau de conhecimento que tem o professor, nenhuma outra profissão é tão maltratada, vilipendiada, abandonada e desprezada quanto os professores.

Nesse sentido, o que esses alunos violentos estão fazendo contra os seus professores é repercutir aquilo que nós todos, brasileiros, fazemos contra os professores, de uma maneira silenciosa, sem a violência dos chutes, como sofreu esse professor no Distrito Federal, mas com uma violência às vezes não percebida, mas igualmente grave, contra os professores. Há a violência física dos alunos, mas há uma violência social contra os professores brasileiros.

E há também, como causa da violência que a gente vê dos alunos contra os professores, o quadro claro da chatice, da antipatia que a escola representa para os alunos, porque a escola, por ser abandonada, não atrai mais os alunos. Não há mais simpatia num tipo de escola que tem cem anos de utilização.

Sr. Presidente, qualquer brasileiro que tivesse ido dormir há vinte anos e acordasse hoje e entrasse num supermercado não reconheceria o supermercado; qualquer um que fosse dormir há vinte anos e acordasse hoje e fosse a um banco não reconheceria aquilo como um banco, com aquelas maquininhas soltando dinheiro; ninguém que jogava no bicho há vinte anos e hoje fosse jogar na loteria não reconheceria o jogo, mas qualquer pessoa que fosse dormir há vinte anos e acordasse hoje e entrasse numa escola reconheceria a escola.

A escola não se adaptou aos gostos dos jovens e das crianças. Só com computador, televisão e monitores é que vamos atrair os jovens para que a escola fique simpática. Hoje, os alunos sofrem uma antipatia pelas suas escolas. Essa antipatia repercute na antipatia deles pelos seus professores, que repercute e se transforma em violência, como nós estamos vendo. Essa é uma razão clara, Sr. Presidente, da violência que a gente vê.

E há outras dentro da escola. A ociosidade dos nossos alunos, que ficam duas horas por dia e depois não têm mais aula ou que ficam uma hora e depois esperam uma hora para ter outra aula. Essa ociosidade, como já dizia um velho ditado, é a causa de todas as

insatisfações e da violência que vem em conseqüência. Não há como manter o amor à escola da maneira velha como a fazemos comparada com a maneira nova de ser de um jovem. Não há como atrair gosto pela escola com o tempo ocioso que um aluno hoje tem pela escola que não cumpre o seu papel.

A falta do horário integral é outra causa da violência. A escola em que o aluno fica pouco tempo – não só o tempo ocioso, mas, mesmo na parte ocupada, apenas uma ou duas horas – não atrai a simpatia dos jovens. Não atraindo a simpatia, não atrai a solidariedade, e daí para violência, é um passo.

Falta arte e esporte nas escolas. As escolas são chatas, porque não há arte, não há prática esportiva. E, sendo chata a escola, surge a antipatia. Surgindo a antipatia, surge a violência de que a gente reclama mas que pouco faz para mudar.

Além disso, Sr. Presidente, existe um fato claro que leva à violência. É a desarticulação que nós temos hoje da família no Brasil. A violência, muitas vezes, entra na escola, mas já veio pronta de casa, pela desarticulação que a gente vê, pela falta de interesse que a gente vê das famílias pelas escolas.

Nessa matéria que fizeram sobre o senhor na *Veja*, eu quero dizer que se esqueceram de mim. Eu tenho um projeto também que diz que cada trabalhador deveria ter direito a um dia por ano de licença para ir à escola onde seus filhos estudam. Isso não seria vagabundagem desse trabalhador; isso seria um serviço cívico, social desse trabalhador. O resultado disso para o País seria imenso. E eu lamento se alguém considera que isso seria uma vagabundagem desse homem. Como também, Sr. Presidente, tenho um projeto de que não se pagaria a Bolsa-Família se pelo menos uma vez por mês os pais que recebem a bolsa-família não comparecessem à escola para saber como estão os seus filhos.

A falta da convivência da família com a escola, se não for a maior, é uma das principais causas da violência, hoje, dos nossos estudantes, muitas vezes, contra os professores. E as conseqüências, Sr. Presidente, são óbvias. A primeira que a gente vai ter é a conseqüência de ver uma espécie de juventude transviada, como eu vi, quando era jovem, nos cinemas. A gente ver isso no Brasil. É um passo.

A violência de alguém contra um professor leva necessariamente à violência desse jovem contra outros que não são professores. Nós não podemos deixar que o Brasil caminhe dessa forma.

Finalmente, Sr. Presidente, esse é o caminho mais curto para a marginalidade dos nossos jovens. Por conta da ociosidade, da escola ruim, da antipatia e da violên-

cia, é um passo curto para que a gente tenha, na nossa escola, jovens caminhando para a marginalidade.

E o que fazer, Sr. Presidente? Creio que a gente sabe o que fazer. A gente pode não estar fazendo, não estar querendo fazer. A primeira coisa, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida, é a idéia de que a escola é uma questão federal, não é municipal. Enquanto o salário do professor for decidido conforme recursos municipais, não vamos ter o professor bem preparado, bem motivado, bem dedicado e bem avaliado como a gente precisa. Tem de federalizar a carreira do magistério, como tem de federalizar a qualidade da edificação, como tem de federalizar a modernidade dos equipamentos. Sem isso, a escola não vai atrair, não vai ser simpática, não vai ocupar o jovem. E aí a violência vem e a marginalidade virá também. Vamos federalizar a educação, mantendo a descentralização gerencial, mantendo a liberdade pedagógica plena, total, mas definindo os padrões mínimos nacionais.

E, nessa federalização, projeto que também dei entrada aqui, precisamos criar, Sr. Presidente, uma agência de segurança da escola no Brasil.

Não se pode deixar a critério apenas dos Municípios cuidar da segurança da escola. Seja no Ministério da Justiça, ou melhor, no Ministério da Educação, é preciso que haja um grupo nacional cuja preocupação central seja trazer a paz para nossas escolas. E a paz vem de duas formas: ela vem pela segurança imediata e ela vem pela mudança de mentalidade no futuro.

Fui Governador no Distrito Federal e me orgulho de aqui ter criado os batalhões especiais que cuidavam da paz nas escolas. De um programa Paz na Escola o Brasil precisa em nível nacional. Só vem se tivermos um órgão que execute essa paz na escola. E não vejo como fazer isso Município por Município. Só vejo a possibilidade disso com um programa nacional, federal, de paz nas escolas brasileiras. A paz da mentalidade, a paz da qualidade e a paz da segurança também.

Para isso, Sr. Presidente, vai ser preciso implantar o horário integral nas escolas brasileiras. O jovem que fica na escola até meio-dia e, depois, à tarde, na rua começa a ser um candidato para a violência. E olhe que poucos ficam até meio-dia. Sabe-se, Sr. Presidente, que a maior parte das nossas crianças, nas escolas públicas, ficam apenas até a hora da merenda e vão embora. É como se as escolas fossem um restaurante-mirim popular e não um local de formação do futuro do País, não o aeroporto por onde um país decola, como deveria ser a escola.

Nós precisamos também valorizar o professor. A desvalorização que deixamos o professor viver é um caminho para que o jovem se sinta com o direito de ser violento contra ele. A principal causa da violência não está no jovem, está em nós, que não tratamos os

nossos professores como os personagens principais da vida nacional. Os alunos tratam os professores como a sociedade os trata, só que alguns meninos, jovens, já à beira da marginalidade, transformam o desprezo na violência, mas o desprezo é o passo anterior da violência que a gente está vivendo.

Nós precisamos modernizar as nossas escolas, fazer com que a criança, ao acordar, diga: “Hoje eu vou para a escola!” E não é assim que funciona neste momento. Neste momento, a criança é acordada e sente-se obrigada, empurrada, como escrava, a ir à escola, porque a escola não tem os equipamentos de que ela gosta, sejam os equipamentos do esporte, os equipamentos da dança, os equipamentos das artes, sejam os equipamentos de que eles gostam hoje, que é o monitor da televisão, que é o monitor do DVD, que é o monitor do computador, que é inclusive o quadro, que não é mais quadro-negro nem verde – isso é coisa do passado –, são os quadros inteligentes que hoje refletem na parede um computador inteiro.

O Brasil está ficando para trás nos equipamentos que usa. Sabe-se – pouca gente lembra – que quadro-negro não existia 250 anos atrás; quadro-negro é uma invenção recente de um professor de Geografia que percebia que era difícil dar aula só falando e inventou aquilo.

Mas aquilo ficou velho. Não faz sentido mais professor, hoje, ser professor de quadro-negro. Professor, hoje, tem de ser capaz de montar um equipamento informatizado dos chamados quadros inteligentes, que põem lá dentro todo o conhecimento que o professor quer colocar, que não precisa o professor colocar na hora, porque já está dentro, que comunica o professor com todas as outras redes onde o conhecimento está guardado, que traz as bibliotecas para a sala de aula.

Claro que o professor vai ser sempre o rei da escola e da sala de aula; claro que não há computador se não houver um professor por trás, alimentando; claro que é o professor que é o centro, mas, da mesma forma daqueles que eu tive quando menino e que para mim bastavam, hoje não basta. Hoje a gente precisa de um novo tipo de equipamento escolar.

Finalmente, Sr. Presidente, é preciso a gente fazer um grande pacto nacional contra essa violência na escola e esse pacto exige três agentes: a família, a escola e a mídia. Nós não vamos conseguir trazer paz para as escolas se não pusermos juntos famílias, escolas e mídia, trabalhando um projeto que traga paz para a escola, que traga paz para os professores, que faça com que os professores não corram risco até de vida, ou pelo menos de integridade física, cada dia que vão dar a sua aula.

Todos os dias que chegamos aqui brigamos entre nós, mas ninguém se sente arriscado de sair espan-

cado. Hoje o professor, quando vai para aula, sente o risco de ser espancado.

Nenhuma outra profissão tem isso hoje. Nem no campo de futebol, onde o esporte exige violência, muitas vezes, no confronto físico, existe a violência que vemos hoje nas escolas.

Esse, Sr. Presidente, é o escândalo que eu queria trazer hoje. Sei que existem muitos outros escândalos – Varig, cartões corporativos, mensalão e outros – e acho correto sejam discutidos aqui. Mas, por favor, não esqueçamos de que há, sim, um escândalo mais grave, mais permanente, mais trágico do que todos esses que devem ser denunciados: o escândalo da escola brasileira na sua degradação, quando comparada com o que ela deveria ser, porque o mundo de hoje exige. E, dentro dessa degradação, nenhuma hoje deve chocar mais cada um de nós, nenhuma outra deve preocupar mais cada um de nós do que a violência, que virou algo constante, natural, de estudantes contra professores. Temo que, daqui a algumas semanas, meses ou anos, nem se faça mais discurso sobre isso, por ter virado algo natural, banal, tão constante e comum que nem saia nos jornais como ainda ocorre.

Felizmente, o jornal da minha cidade, o **Correio Braziliense**, no dia de hoje, fez um editorial dedicado à violência contra os professores. Temo que, daqui a alguns anos, isso já não seja mais motivo de editorial; tenha virado um banal fato da tragédia que é a sociedade brasileira hoje.

Esse era o escândalo, Sr. Presidente, que eu quis trazer para cá hoje; um escândalo que ou desperta a população brasileira e esta Casa ou vai-nos asfixiar, inviabilizando o futuro da Nação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço o tempo que me foi dedicado e ao Senador João Pedro, que me cedeu o espaço para falar antes dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, permita-me tomar a liberdade de cumprimentar-lhe por seu pronunciamento corajoso em todos os sentidos, pelo conjunto da obra.

Pode ser um detalhe, mas para mim importante. Se for possível, eu gostaria de anexar o meu projeto ao de V. Ex^a. Que nesse dia os pais visitem as escolas; se não tiverem filhos, que visitem os netos; se não tiverem netos, que visitem uma escola para ver como é que está a escola de sua cidade.

Quero dizer-lhe que quanto mais o conheço mais o respeito. Sou um admirador de V. Ex^a, inclusive em momentos como este. Se V. Ex^a me permite, sugiro que o editorial do **Correio Braziliense** seja registrado nos Anais da Casa como um alerta de tudo o que V. Ex^a falou.

Sei que V. Ex^a está sendo indicado para ser o Coordenador-Geral da Unesco. Se for essa a decisão final de V. Ex^a, creio que esse ato será bom para o mundo, mas eu gostaria muito de vê-lo aqui no Senado por muitos e muitos anos ainda, pela excelente contribuição que dá ao País. Isso se não for candidato a Presidente mais a frente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente Paim, esse assunto da Unesco merecia uma conversa muito mais longa, mas considero algo tão remoto que, talvez, nem mereça ainda ser discutido.

Agradeço-lhe por ter mencionado o assunto, mas, sobretudo, agradeço a idéia de inserir o editorial do **Correio Braziliense** nos Anais do Senado.

Eu me baseei nesse editorial, fui despertado basicamente para falar por causa do editorial, mas, no fim, esqueci de pedir que ele fosse anexado aos Anais da Casa. Então, como orador, aceito a sua sugestão e espero que V. Ex^a, como Presidente, tome as medidas para que o editorial seja inserido no meu pronunciamento desta tarde no Senado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Agressão a professores

A violência nas escolas não constitui novidade sobretudo nos grandes centros. Briga de alunos, enfrentamento de gangues rivais, apreensão de armas brancas e de fogo são constantes nas instituições de ensino. Há registro de crianças e adolescentes atacados, feridos, surpreendidos com facões e revólveres nas dependências escolares.

As causas da agressividade são conhecidas. Dentre elas, sobressai a violência doméstica. O estudante transfere para as salas de aula os abusos presenciados ou experimentados em casa e nas vizinhanças. O álcool e a droga também exercem papel relevante. Sob o efeito de bebidas etílicas ou narcóticos, jovens perdem o controle e o senso de realidade. Sem condições de se dedicar a números e letras, dão vez a descontroles e barbáries.

O ambiente hostil não poupou os docentes. Cresce o número de registros de agressões a mestres. Segundo o Sindicato dos Professores (Sinpro), seis professores são agredidos por semana nas escolas públicas do Distrito Federal. Num único dia, na quarta-feira, nada menos que 10 educadores registraram queixa na Delegacia da Criança e do Adolescente por sofrerem ataques físicos ou ameaça de ataque.

Com maior ou menor intensidade, o medo impera em todas as cidades do DF. Docentes, assustados, não exercem a função na plenitude. Temem dar nota baixa, repreender o

educando, punir mau comportamento. Vale lembrar, como exemplo da insegurança, o professor Valério Mariano. Espancado por aluno expulso da escola por indisciplina, decidiu mudar de profissão.

Pode-se argumentar, com razão, que a escola não é uma ilha no mar de violência que domina a sociedade. É natural, pois, que a barbárie que se registra nas urbes chegue lá. É verdade. É verdade também que medidas repressivas e preventivas precisam ser tomadas sem perda de tempo. Entre elas, o aumento do contingente do Batalhão Escolar.

Apenas 500 homens militares fazem a segurança dos 620 colégios públicos do Distrito Federal, a maior parte concentrada no Plano Piloto. Ceilândia, Brazlândia e Samambaia contam com apenas 104 policiais para vigiar 204 escolas. O ideal, segundo a PM, seriam 400. Viaturas e motos padecem de carência semelhante.

Medidas preventivas se impõem. Uma delas é o acompanhamento da família. Crianças e jovens não aprendem violência nas salas de aula. Levam-na de casa. Feito o diagnóstico do desvio de comportamento, psicólogos e assistentes sociais devem entrar em campo e atuar no meio em que vivem crianças e adolescentes. Sem isso, a escola deixará de exercer o papel para a qual foi criada – instruir, educar e socializar. Em outras palavras: tornar a pessoa melhor para viver em sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Farei isso com muita satisfação, porque entendo que é uma excelente contribuição à Casa e ao País encaminhada pela imprensa, pelo **Correio Braziliense**.

Parabéns a V. Ex^a.

Passamos a palavra ao Senador João Pedro.

V. Ex^a disporá do tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, dentro do limite regimental e com a tolerância da Presidência.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, venho fazer um apelo primeiramente a esta Casa, mas também à sociedade civil e a dirigentes importantes dos nossos Ministérios, no sentido de construirmos uma legislação atualizada, preocupada, comprometida não só com a soberania da Amazônia e do Brasil, mas uma legislação que possa trabalhar as preocupações da nossa sociedade no que diz respeito à posse, à detenção de terras por estrangeiros na nossa Amazônia.

Estarei apresentando, Sr. Presidente, nesta semana, um requerimento ao Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – gostaria de ter o apoio de V. Ex^a –, para tratarmos dessa matéria que ganhou, nesses últimos dias, importância na mídia nacional, que é a aquisição de terras lá no Município de Manicoré, um Município situado no rio Madeira, uma via importante do nosso Estado, da nossa região, da navegação na Amazônia.

Precisamos tratar do tema com cuidado, não com o temor de uma invasão estrangeira da Amazônia, mas precisamos disciplinar o acesso às terras da Amazônia nas mãos de ONGs e de estrangeiros. É inconcebível que esse sueco – que tem cidadania inglesa – agora fale em preservar a Amazônia, tendo adquirido por vias indiretas 160 mil hectares de terras.

Ora, temos uma lei de 1971, a Lei nº 5.709, que regula a compra de imóveis rurais por estrangeiros. Essa lei disciplina o assunto e impõe regras. Entretanto, Sr. Presidente, por conta de um parecer da AGU (Advocacia Geral da União), o Presidente Fernando Henrique, em 1998, derrubou essa lei, e as regras vigentes são regras que facilitam o acesso às terras da Amazônia, e não só da Amazônia – é bom que se diga –, mas de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permite-me? Eu estou acompanhando com muito cuidado o seu pronunciamento. Como eu recebo muitas propostas de projetos e emendas, eu recebi uma que falava exatamente disso, de uma PEC nesse sentido. E não conhecia, inclusive, o detalhe que V. Ex^a está explicando neste momento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Hoje, a AGU está elaborando uma proposta para rever não uma decisão da AGU, do Presidente da República, em 1998, mas a formulação dada pela AGU.

O que eu quero dizer nos dias de hoje? E não estou olhando no retrovisor. A AGU é a responsável. Acima de tudo, a sociedade civil tem que acompanhar esses procedimentos de estrangeiros terem terra no Brasil. Essa é uma regra.

Hoje, há muito mais estrangeiros com terras em São Paulo do que estrangeiros com terras na Amazônia. É um dado desses dias agora de um grande jornal, a **Folha de S. Paulo**.

Em primeiro lugar, nós temos que ter uma regra para o Brasil. Nós precisamos – e aí o meu apelo e o meu requerimento; vou lê-lo daqui a pouco – tratar de terras na Amazônia. Tratar de terras na Amazônia!

Este é um tema que vem de muito: Getúlio Vargas, na década de 30, em 1937, criou as terras de fronteiras: 150 quilômetros. São terras da União. São terras da União da década de 30.

Pois bem, o contexto mundial é outro. Nós estamos tratando hoje de matriz energética; estamos falando hoje de engenharia genética; estamos falando de biologia; estamos falando da importância da floresta, porque a floresta não é só para fazer cadeira, para ser derrubada de forma irresponsável. Nesses últimos 12 meses, lamentavelmente, foram derrubados mais de 9 mil km² na Amazônia, precisamente 9.495 km²; uma área equivalente a seis vezes a cidade de São Paulo de florestas foi derrubada.

Mas esse é um tema, a questão ambiental. Eu estou falando aqui da questão que está relacionada, interligada, a questão fundiária. É o espaço físico, o território, que tem água, que tem floresta, que tem pessoas nas mãos de estrangeiros.

Nós precisamos – e concederei um aparte ao Senador Cristovam Buarque – de uma legislação atual, ligada às preocupações da sociedade. Precisamos criar uma legislação que possa tratar a Amazônia a partir da sua importância estratégica para o Brasil, para a Amazônia.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Pedro, creio que estamos despertando para um problema que é muito antigo.

Em 1980 - e eu consegui localizar agora, estava perdido -, publiquei um artigo no **Jornal de Brasília** cujo título era “O Alasca Verde”, comparando o fato de que o Alasca foi vendido, no século XIX, pela Rússia imperial aos Estados Unidos, em troca de uma dívida de US\$7 milhões ou US\$8 milhões na época. E havia

gente defendendo que a Amazônia fosse usada para pagar a dívida internacional que o Brasil tinha naquela época. Felizmente, hoje, a dívida externa brasileira é pequena. Mas a responsabilidade ecológica é tão grande que há uma voracidade internacional de querer apropriar-se dessa região. Eu temo – não agora, este mês, este ano, esta década, estes próximos vinte, trinta anos, mas ao longo deste século XXI – que haja, sim, um risco de perdermos a soberania. Agora, eu temo também que a gente mantenha a soberania, mas transforme a Amazônia em um deserto. E aí é como se tivéssemos perdido de qualquer jeito. Há duas maneiras de perder a soberania sobre alguma coisa: deixando de ser o dono dela, ou destruindo-a; e ela passa a não ter valor nenhum, mesmo continuando nas nossas mãos. Agora, um passo fundamental é saber quem é que pode comprar terras ou não. Com isso eu estou de acordo. E nós precisamos definir, talvez até na própria Constituição brasileira, regras muito claras sobre a propriedade de terra no território brasileiro. Nesse sentido, a sua fala é muito pertinente. E eu creio que a gente deveria se debruçar sobre como fazer isso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, porque ele fortalece essa preocupação que eu estou apresentando aqui e que deve ser de todos os Senadores, e com certeza o será.

Estou apresentando esse requerimento ao Presidente Neuto de Conto, que é nosso Presidente da Comissão. Inclusive, Senador Paulo Paim, o Grupo Gethal tem origem lá em Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gethal, fábrica de compensados. Eu trabalhei na Gethal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a não é dono de terra, não. V. Ex^a foi um trabalhador do Grupo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trabalhei na fábrica de compensados.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois é. Em 1972, a Gethal chega ao Amazonas, precisamente ao Município de Itacoatiara, que é muito importante no meu Estado, ligado a Manaus por uma estrada estadual, a AM-010. Até hoje, a Gethal tem um escritório em Itacoatiara. Ela faz a negociação, em 2005, com um grupo estrangeiro. A Gethal faz todo um trabalho na década de 80 e, no início da década de 90, muda seu capital e se associa ao capital alemão e ao capital uruguaio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tanto que ela fechou em Caxias do Sul e se instalou lá.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E se instalou no Amazonas. Hoje, sabe-se que a Gethal foi adquirindo terras. É preciso, inclusive, que haja investigação sobre essas terras, de modo geral, terras do Estado; sabemos que há terras públicas do Estado e terras públicas da União, em que o Incra é o gestor.

A Gethal desenvolve todo um trabalho. Começou com lâminas de compensado. Atende o mercado interno, mas exporta parte desse trabalho. Passou a ser importante nesse Município.

Em 1990, a Gethal ganha o certificado FSC e passa a trabalhar com manejo florestal. Em face dessa importância econômica, ela ganha uma outra dimensão, uma outra importância, trabalhando precisamente no Amazonas, o meu Estado. Adquire 52 lotes de terra; ela é detentora de muita terra no Amazonas.

Esse negócio é com parte desses lotes, porque a Gethal é detentora de terras numa região conhecida como rio Madeira, como rio Juruá, no Município de Carauari.

Esse escândalo ganhou repercussão na mídia nacional e na mídia internacional. Estamos falando de uma terra no Município de Manicoré, uma terra denominada Democracia, com 160 mil hectares. Nós estamos falando de uma parte do que a Gethal adquiriu no Amazonas ao longo desses quase quarenta anos.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, esse avanço de estrangeiros em terras da Amazônia talvez tenha sido uma das motivações para que eu pedisse a instalação da CPI das ONGs; não só pela compra, Senador Paim, mas pelo que eles fazem lá dentro. São empresas arrogantes, prepotentes, que cercam as áreas onde atuam, fazem pesquisas a que ninguém tem acesso, nem prestam contas das atividades. E o Brasil, de repente, é surpreendido com esse episódio do empresário sueco. Acho até que foi um grito de alerta. Não sei a atividade que ele exercia. Não sei. Mas é impossível admitir, aceitar que cidadãos de outras nacionalidades, além de comprar nossas terras, vivam bravateando pela Europa...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mentindo, não é?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM - PI) – ...mentindo que o Brasil tem terras para vender, que a Amazônia custa “x”, custa “y”. Essa promiscuidade de relações com terras da Amazônia tem de parar imediatamente, como também as nossas autoridades precisam parar com o discurso de que o mundo tem de pagar pela Amazônia. Ou a Amazônia é nossa, Senador Paim, ou não é. Se a Amazônia é nossa, quem tem de pagar pela Amazônia somos nós. Acordo para determinado

tipo de incentivo e preservação nas áreas demarcadas e definidas pelo Brasil, tudo bem. Mas não podemos ver nossos dirigentes, nossas autoridades ou nossos Parlamentares cobrarem, pelo mundo afora, dos outros países dinheiro para tomar conta da Amazônia. Se assim for feito, vamos perder autoridade e autonomia. Ressarcimento de crédito de carbono é outra coisa, porque é um programa internacional, patrocinado e estimulado pela ONU. É outra questão. Hoje, salvo engano, em uma manchete de jornal – posso estar sendo até leviano com uma pessoa com quem eu não gostaria de ser –, vi a Governadora Ana Júlia cobrando ao mundo que pague pela Amazônia. Não é assim. Essa sua revolta é legítima. Temos de preservar a Amazônia, mas temos de preservar a Amazônia com o que temos e com o que somos. De forma que eu me congratulo com V. Ex^a. Veja bem que, a cada dia, é mais oportuno se tocar, de maneira mais objetiva e mais rápida, as ações da nossa CPI, porque há várias vertentes. Uma diz respeito exatamente à atuação delas em território da Amazônia, principalmente quando possuem terras. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Eu quero dar conhecimento à Casa do nosso requerimento.

Estou requerendo à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que formule um convite aos superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, no Amazonas, além de ao titular e a seus procuradores, que são importantes; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis, o Ibama, aos representantes da empresa Gethal, no Amazonas, porque eles estão lá em Itacoatiara; os representantes da ONG Cool Earth, detentora das terras no Município de Manicoré, para que, em data a ser confirmada, venham expor e esclarecer aos Senadores e demais interessados dessa Comissão a situação de compra e venda de terras na Amazônia, conforme tem sido noticiado pela imprensa.

O objetivo deste requerimento é discutir e esclarecer em definitivo o que vem sendo veiculado pela mídia em relação à compra e venda de terras do Município de Manicoré, no Estado do Amazonas. Mostrar de que forma esses negócios vem sendo realizados:

- 1) discutir a legalidade da transação de compra e venda;
- 2) a situação fundiária os lotes transacionados (47 lotes); A Gethal tem mais de 50 lotes de terras no Estado.
- 3) a situação da execução e plano de manejo das área em questão, caso haja algum plano de manejo;

- 4) face aos trabalhos desenvolvidos nessas áreas, qual a situação ambiental (impacto ambiental);
- 5) quantas famílias moram nessas áreas e qual a situação socioeconômica dessas famílias;
- 6) se existe plano de manejo para essas áreas atualmente e de que tipo;
- 7) se as áreas estão registradas em cartório;
- 8) em caso afirmativo, em que comarca essas terras estão registradas;
- 9) qual é o valor das multas aplicadas pelo Ibama, caso haja alguma;
- 10) requerer ao Ibama que tipifique os crimes ambientais cometidos nessas áreas, caso haja algum;
- 11) que trabalho vem sendo desenvolvido pela ONG Cool Earth, detentora das terras junto às famílias que moram nessas localidades.

Penso que são pertinentes essas questões, mas não basta olhar essa situação.

O que pretendo, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, é mobilizar o Governo, a sociedade civil e nós, nesta Casa, no Senado da República, para criarmos uma legislação que tenha um olhar para o futuro da Amazônia, que tenha um compromisso com a territorialidade, com as questões fundiárias. Precisamos ter uma legislação, e começo a trabalhar essa situação. O papel dos cartórios. Não se pode hoje, no Brasil... E daí não posso afirmar, mas o debate vai me dar elementos para concluir o que estou enxergando neste exato momento.

O grupo sueco adquiriu de forma ilegal essas terras. Para comprar terra hoje no Brasil, o vendedor do imóvel na área rural tem de ter o CCIR, que é o Certificado de Cadastro de Imposto Rural. Para vender um imóvel, é preciso ter esse certificado. É um certificado. Para ter o certificado, é necessário ter o ITR atualizado. O ITR é o Imposto Territorial Rural. Então, para a Gethal passar e negociar essas terras, tem de ter o ITR, o Imposto Territorial Rural, em dia. E se está em dia o imposto, solicita-se do Incra o CCIR. Só assim, pode-se vender, comercializar um imóvel rural no Brasil.

Pela entrevista concedida pelos titulares do Ibama e do Incra na sexta-feira no Amazonas, uma entrevista coletiva, o Incra levantou que a Gethal, no sistema de cadastro, não tem atualizado o CCIR. Então, se foi negociado isso e não tem o CCIR desde 2001, é gravíssimo. E se a empresa, a Gethal, não tinha esse certificado, ela não poderia comercializar terras, principalmente para um estrangeiro.

Sr. Presidente, o debate aqui no Senado com os gestores do Ibama, da Gethal, do Incra, é fundamental para esclarecer essa situação. Mas a partir desse debate, Senador Paulo Paim, nós precisamos inaugurar um momento junto à sociedade, não só aqui na Casa,

e construir uma legislação que possa refletir essa ansiedade, essa indignação da sociedade brasileira em relação a terras da Amazônia nas mãos de estrangeiros. Precisamos construir isso.

Quero fazer um chamamento aos nossos Senadores e Senadoras para pautarmos esse debate e construirmos uma legislação que possa responder à angústia de muitos brasileiros em relação a terras brasileiras. São duas questões, precisamos trabalhar bem isso. A legislação para estrangeiro ter acesso a terras no Brasil. E quero fazer um destaque: a Amazônia merece uma legislação diferenciada. A Amazônia merece uma legislação diferenciada!

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, as minhas preocupações. Reafirmo a V. Ex^a e aos Srs. Senadores a importância de criarmos uma mobilização para tratarmos um assunto que considero estratégico, pois, além de dizer respeito à nossa soberania, diz respeito também a uma olhar cuidadoso, zeloso para com este território que merece, do Congresso e do Brasil, uma atenção especial, que é o território da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permita-me que o cumprimente pelo pronunciamento sobre tema tão importante como é a Amazônia.

Ainda hoje ouvi que é bem provável que a Câmara dos Deputados instale uma CPI sobre a situação da Amazônia. Entendo que seu requerimento é de suma importância, vem no momento certo e na hora certa. Por isso, conte com todo o apoio da Mesa do Senado para a tramitação dele com a brevidade que o assunto merece.

Hoje, V. Ex^a deu uma aula sobre a Amazônia, o que é fundamental para que, cada vez mais, os brasileiros conheçam detalhadamente a Amazônia.

Veja bem que, com 14 anos de idade, fui funcionário da Gethal,...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Que coincidência!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, a empresa queimou, e, por isso, não consigo comprovar o tempo em que lá trabalhei para efeito de previdência, e não sabia que ela estava com essa força toda, instalada dentro da Amazônia e com uma série de arbitrariedades, como V. Ex^a aqui denuncia.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, tenho o dever e a obrigação de trazer a esta Casa esclarecimento sobre uma notícia veiculada hoje, de que os Senadores Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, Arthur Virgílio, Líder da bancada do PSDB, e o Senador Tasso Jereissati, ex-Presidente do PSDB, nosso companheiros, todos do meu partido, estariam hoje com o compromisso de jantar com a ex-Presidente da Anac, A SRA. Denise Abreu.

Quero dizer a V. Ex^a inicialmente que o Senador Tasso em Brasília não se encontra; ele não decidiu se viria hoje ou não. O Senador Arthur só vem hoje à noite para Brasília porque amanhã tem um compromisso importante na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Sérgio Guerra estará em Brasília hoje a noite por ter um jantar marcado com um governador do PSDB.

Então, o que quero deixar bem claro, Sr. Presidente, uma vez que a notícia teve alguma repercussão por fazer parte de um jornal importante, de vários jornais importantes que, em nossa análise, é uma forma de querer desqualificar as denúncias feitas pela SRA. Denise Abreu. Nós, brasileiros, e principalmente nós representantes do povo, não podemos deixar isso passar em branco e o PSDB deixa mais uma vez bem claro que irá fazer todo o empenho, irá aplicar toda a sua responsabilidade na próxima quarta-feira, na Comissão de Infra-estrutura, exatamente para esclarecer tudo o que foi denunciado. E ainda para que o Brasil, na próxima quarta-feira, pelo depoimento da SRA. Denise Abreu, seja esclarecido da tão tumultuada venda da Varig. Nós precisamos desse tipo de esclarecimento.

Ainda há pouco um jornal me entrevistava por telefone, e o repórter me perguntava: “O senhor não acha que o Presidente da República deveria vir a público falar sobre esse assunto?” Eu disse: “Achar, todos nós achamos, mas o Presidente jamais se ocupa de um microfone, de um comunicado à Nação para dar satisfação do seu Governo à população. Ele se esconde atrás do ‘não sei’, ‘foi o assessor’, ‘parece que foi fulano’, ‘mas tem que apurar’”. Então, não existe essa participação. Mas todos nós queremos que o Governo, de uma maneira oficial, venha e declare se houve ou não participação da Ministra da Casa Civil nesse fato porque não podemos ficar no País do “eu acho, eu não vi, eu não sei”.

Deixo claro que o PSDB não está interessado em nenhum tipo de conversa prévia com A SRA. Denise Abreu e que os nossos três líderes partidários têm compromissos que não incluem – e nem incluíram – A

SRA. Denise Abreu, a quem nós respeitamos, foi Diretora da Anac, e queremos ouvir dela na Comissão de Infra-Estrutura, na quarta-feira, a sua declaração, o que ela realmente declarou à imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a faz essa manifestação e eu, por obrigação também, quero informar à Casa que recebi um telefonema, há alguns minutos, do Presidente da CUT do Rio Grande do Sul, companheiro Celso, sobre uma grande manifestação em Porto Alegre em frente ao Palácio da Governadora Yeda Crusius, protestando contra os desmandos no Detran de lá e também no Banrisul.

O que ele estava me dizendo aqui é que houve uma manifestação com cerca de 500 lideranças de todo o Estado e que, infelizmente, a Polícia Militar prendeu o caminhão de som da CUT e o próprio motorista. O Celsinho, no momento em que me ligou, estaria na delegacia para que parte desses companheiros, no caso, os que dirigiam o caminhão, tivessem a liberdade e o direito de ir e vir.

Entendo que a manifestação é legítima e apenas lamento a repressão porque os trabalhadores e trabalhadoras que estavam lá simplesmente pediam que a corrupção fosse investigada e, como a gente diz sempre, doa a quem doer.

Fazemos esse manifesto aqui publicamente em solidariedade aos trabalhadores.

Eu, que tenho uma relação excelente com a brigada militar do Rio Grande do Sul, lamento o que aconteceu que foi um ato de repressão contra uma manifestação pacífica exigindo que a CPI tome todas as providências e o caso fosse esclarecido.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de refletir o registro do Senador Papaléo acerca das lideranças do PSDB.

Penso que esse debate precisa ser esclarecedor mesmo. Eu, que participei da CPI do Apagão, lembro-me muito bem de como a SRA. Denise era tratada, principalmente pelo nosso relator, Senador Demóstenes. Ela era tratada como quadrilheira, membro de quadrilha. Isso foi em 2007. Vivíamos no contexto de uma crise em que o Brasil todo se envolveu, as regiões todas, e que redundou na troca do Ministro da Pasta da Defesa e de todos os dirigentes da Anac e, finalmente, numa CPI.

E comecei a levantar o que aconteceu naquele período de discussão. A SRA. Denise agora vem e faz uma declaração. E não tenho dúvida de que essa é uma declaração que estimula a Oposição, que vem numa estratégia de confrontar a Ministra Dilma – não é de agora, o Brasil todo acompanha isso.

Então, penso que o esclarecimento por parte da Ministra Dilma é importante. Quero ver a Oposição conversar com essa quadrilheira, membro de quadrilha, como era tratada – eu tenho isso. Quero que isso venha mesmo para um debate democrático aqui na Casa. Ele vai ser esclarecedor e vou acompanhá-lo.

Não tenho dúvida de que a Ministra Dilma agiu como uma Ministra de Governo. O povo estava na rua, chorando, em comoção com a crise da Varig. O Brasil vivia em comoção, além da crise aérea e diante de um acidente que comoveu o Brasil. Falo do primeiro; o segundo, ocorrido com um avião da TAM, foi mais duro ainda.

Então, vivíamos um momento muito particular. Não tenho dúvidas de que a Ministra Dilma intercedeu, como todos os segmentos da sociedade brasileira se manifestaram naquele momento, uns contra, outros a favor, buscando uma solução para a crise aérea.

Dizer que a Ministra Dilma favoreceu um fundo americano, interesses menores, é inconcebível. A Ministra Dilma tem uma postura e uma conduta que ficaram demonstradas inclusive no debate com a Oposição na Comissão de Infra-estrutura. Foi um debate maduro, que durou oito horas, um debate em que todos participaram. O ficou comprovada a eficiência, o trabalho metódico, cuidadoso, da Ministra Dilma.

A Ministra Dilma organizou um banco de dados das contas da Presidência da República – até então não havia um banco de dados – para ser submetido à AGU, ao TCU. E recebeu a denominação de dossiê. Mas o tempo comprovou e continua comprovando a eficiência da conduta da Ministra Dilma.

Mais uma vez penso que o debate foi levantado por membro de quadrilha. Era assim que a SRA. Denise era tratada pelo nosso relator, Senador Demóstenes Torres. Membro de quadrilha! Eu penso que é hora de travarmos mais um debate e não tenho nenhuma dúvida de que, mais uma vez, a Ministra Dilma vai se sair como alguém que tem uma conduta e um trabalho que não podem ser desqualificados dessa forma. Mais uma vez estão tentando desqualificar o trabalho da Ministra Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o

Senador João Pedro, aqui neste plantão difícil – considero difícil defender o Governo, principalmente numa questão como essa –, tem um argumento fundamental. A Oposição chamar a SRA. Denise de quadrilheira não é estranho, o estranho é que a quadrilheira, se assim V. Ex^a concorda...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Foi V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, V. Ex^a concorda ou V. Ex^a desqualifica? Ela foi uma quadrilheira com acesso privilegiado ao Palácio do Planalto. Assessora de confiança do Ministro José Dirceu, depois colocada com mão de ferro, com pressão pessoal da Casa Civil, para exercer uma função na Anac.

A constatação do relator de que ela participava de uma quadrilha deveria ter sido motivo de cuidado por parte do seu Partido. Mas não, o que fez o Partido? Desacreditou o relatório, não apurou fatos que deveriam ter sido apurados naquele episódio, como tem sido comum, uma praxe aqui, nas CPIs.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quem apura é o Ministério Público.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O que é que a CPI faz? A CPI não apura?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Apura e cumpriu o seu papel. O relatório foi aprovado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, foi aprovado o relatório, mas agora foi aprovado um relatório escandaloso, Senador. Houve um relatório aqui que foi aprovado. A questão não é essa. A questão é a seguinte: a quadrilheira não convivia com a Oposição; se é quadrilheira, ela convivia com o Palácio do Planalto, com a Casa Civil. Ela era de confiança da Casa Civil.

Se houve um caos aéreo no País, como consequência da má administração da Anac, ele foi produto da escolha errada, politizada, desses nomes para a Anac. Então, não vamos confundir a opinião pública com fatos. E isso não anula a necessidade do depoimento da SRA. Denise, que poderá, inclusive, ter como consequência a necessidade da vinda da Ministra Dilma. É preciso aprender que, na democracia, um Ministro de Estado comparecer ao Congresso é rotina. Aliás, o Governo de V. Ex^a, quando pensava que faria um governo sério com relação ao exercício da moralidade pública, implantou aqui – V. Ex^a lembra disso, Senador Paim – em ritmo alucinante, a convocação de Ministros, todas as semanas. Lembra, Senador Paim, quantos Ministros vieram prestar contas à Nação? Naquela época, o que ficou acertado e prometido é que os Ministros viriam constantemente ao plenário.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Há poucos dias o Ministro Nelson Jobim veio aqui por convite de V. Ex^a. Veio sem convite, sem nenhuma formalidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E por que os outros não vêm também?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Todos, todos, inclusive a Ministra Dilma já veio também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quarenta e cinco dias depois.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A Ministra Dilma não é instrumento da estratégia da Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quarenta e cinco dias depois...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, veio aqui depois de um telefonema de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade, é verdade.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Então, o Governo disponibiliza e faz o debate transparente. O Governo faz o debate transparente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Veja o que é o Parlamentar no cumprimento do dever. Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo em vista uma acusação grave contra o Ministro da Defesa, telefonei para S. Ex^a e comuniquei-lhe o fato. Disse a S. Ex^a que o fato era grave e que eu estava convocando-o a comparecer aqui. A convocação do Ministro já estava para ser votada, e ele disse “Não precisa. Eu vou hoje aí”. Por que a Ministra Dilma não segue essa cartilha?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Já veio, já veio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. Ela veio 45 dias depois, e vocês bateram tantas palmas e fizeram tanto sucesso que ela deveria vir novamente. Eu acho que seria muito mais prático. O caminho mais próximo entre dois pontos é uma reta. Se a Ministra Dilma seguisse o que o Ministro Jobim fez, esse assunto talvez já tivesse sido esquecido. O ruim, Senador João Pedro, é que fica aqui uma ansiedade louca de proteção exagerada à Ministra Dilma, dando até a entender que ela precisasse de muleta para suas ações.

Nós temos de ver que a Ministra Dilma tem, sob sua responsabilidade, bilhões, que são exatamente para a execução do PAC. Ela faz as exposições aí pelo Brasil afora, presta esclarecimentos de seis, sete horas. O que custa vir aqui?

Não estou defendendo a presença da Ministra aqui, neste momento, agora. Acho que é precipitado.

Primeiro, nós temos de ouvir o que A SRA. Denise vai dizer e, após isso, nós precisamos, então, tomar as providências.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já vi que, hoje, o Rio Grande do Sul está no centro do debate, porque a Varig vem do Rio Grande e, sem sombra de dúvida, toda a crise lá, no Governo do Estado, está fazendo com que, hoje, a gente centralize, aqui no Senado Federal, a questão Rio Grande do Sul.

Tem a palavra a Senadora Ideli, como oradora inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu só queria saber se eu posso utilizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está convidada a usar a tribuna, neste momento, como oradora inscrita. É a última oradora inscrita.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto a Senadora Ideli vem à tribuna, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim

Gostaria de registrar, com muita tristeza, que, neste final de semana, ontem e hoje, Brasília perdeu dois pioneiros, pessoas relevantes. Um deles foi um grande Senador, o primeiro Senador eleito pelo Distrito Federal, o Senador Meira Filho.

Ele foi eleito em 1986, sendo o mais votado Senador na primeira eleição. Um lutador por Brasília, pela representação política do Distrito Federal, o Senador Meira Filho, que tanto engrandeceu esta Casa, foi um Senador sério, honrado e que participou de todos os debates. Foi um Senador jornalista, locutor. Portanto, Brasília perdeu muito. O Senador Meira Filho foi sepultado ontem. Ele, de família tradicional de Brasília, foi um pioneiro.

A seus filhos e a toda sua família, o nosso sentimento de perda, de pesar pelo seu passamento. Ele deixou grandes recordações.

O Distrito Federal também perdeu o pioneiro José Farani. Inclusive, encontrei o Senador José Agripino Maia em seu sepultamento, na tarde de hoje.

José Farani veio do Espírito Santo e, médico que era, aqui fundou hospitais. Foi também proprietário da Academia de Tênis. Um nome tradicional, um pioneiro da cidade, um desbravador, um homem que ajudou a construir parte do Distrito Federal.

Portanto, a sociedade de Brasília, neste fim de semana, sepultou dois pioneiros.

Faço este registro por serem pessoas que muito contribuíram para engrandecer a Capital da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar à proposta, em meu nome e de meu Partido, já que o Senador Agripino fez isso com relação ao primeiro caso. Estou sendo informado de que o Senador José Agripino esteve presente ao sepultamento do Sr. José Farani.

Quero apresentar as minhas condolências a sua família e fazer o registro pela perda de dois brasileiros pioneiros. Quero me associar à proposta do Senador Gim Argello e dizer que Brasília está enlutada, pois são dois brasilienses que dedicaram muito de suas vidas a esta cidade.

Fica o registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Gim Argello, esta Presidência, em nome da Mesa, soma-se ao voto de pesar de V. Ex^a.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra V. Ex^a pelo tempo de 20 minutos, com a tolerância que esta Presidência deu aos outros oradores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a me chamou à tribuna, falou que o Rio Grande do Sul estava no foco do debate aqui no plenário nesta tarde.

Pelo que eu entendi, pela questão da Varig – e não sei se só pela questão da Varig...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela Varig e, também, pelos escândalos que estão acontecendo lá no Sul em matéria de Governo do Estado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC.) – Exatamente. Acho que é um assunto a respeito do qual todos precisaríamos estar bastante atentos, porque as denúncias são bastante consistentes, até pelo episódio do Vice-Governador do Democratas ter feito uma gravação, confirmando a denúncia e as propinas pagas no esquema do Detran, envolvendo, inclusive, outras autoridades do Governo do Rio Grande do Sul. Causou-me, inclusive, certa estranheza porque houve pronunciamentos de Senadores – pelo menos de um eu ouvi – no sentido de que foi cometido um crime ao fazer a gravação. Então, parece-me que pode até não ter havido autorização judicial para a gravação – acho que isso tem certa gravidade –, mas, de forma muito efetiva, a partir da gravação, acaba-se confirmando a existência realmente...

Então, eu acho que este é um assunto sobre o qual todos nós vamos ter que nos debruçar também, atentamente. Eu não sei se há conexão, mas há vários

outros Estados com problema de vendas de carteiras, como aconteceu em São Paulo e outros Estados. Acho que este é um assunto que, efetivamente, vai necessitar mesmo de um debate também aqui no Senado.

Mas um outro assunto me traz à tribuna. Eu não pude participar dos debates hoje à tarde, até porque já cheguei e já me desloquei ao Palácio para a solenidade de sanção dos projetos que reformulam o Código de Processo Penal. O material que eu havia preparado para utilizar aqui na tribuna, no dia de hoje, é a respeito da questão do emprego. Eu queria reportar-me a dados extremamente contundentes divulgados na semana passada: nos primeiros quatro meses deste ano, Senador Paulo Paim, foram criadas em torno de 850 mil vagas novas, com carteiras assinadas, no Brasil como um todo.

O emprego formal se expandiu acima dos 32%, também no quadrimestre de janeiro a abril, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. E, no geral, fora das regiões metropolitanas, o aumento do emprego foi de 21%.

Estão aí os dados do crescimento da indústria no mês de abril, comparativamente ao ano passado, e também dados da ampliação dos recursos financiando setores produtivos pelo BNDES. Tudo leva a crer que vamos completar este ano, Senador Paulo Paim, outro recorde na geração de empregos formais e deveremos passar dos dois milhões de novos empregos com carteira assinada. Portanto, esses dados são extremamente importantes, dados fundamentais para a população brasileira.

Às vezes, fico até um pouco constrangida, porque determinados assuntos, Senador João Pedro, acabam sendo o assunto da semana, tomam o tempo todo do Plenário e não conseguimos muitas vezes debater e apresentar os dados, onde vamos poder efetivamente avançar ainda mais. Não tenho dúvida nenhuma de que esse assunto da ampliação do número de empregos, das vagas formais e dos inúmeros apagões de mão-de-obra que estão acontecendo em todo o País deveriam merecer do Senado da República um debate mais qualificado, um debate mais exaustivo, com dedicação de todos nós.

Veja bem, Senador Paulo Paim, o que me motivou a trazer, mais uma vez, essa questão da necessidade de mão-de-obra, principalmente de mão-de-obra qualificada, é um mapa de Santa Catarina, publicado neste final de semana, com as nossas principais macrorregiões: o oeste, a serra, o norte, o Vale do Itajaí, a grande Florianópolis e o sul do Estado.

Não sei se a TV Senado tem condição de mostrar, mas são bastante extensos os setores onde ocorrem apagões de mão-de-obra, onde empresários têm de buscar mão-de-obra. Como Santa Catarina é estreita

no oeste, acontece todo dia de buscarmos de ônibus empregados, funcionários, ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul, no planalto norte do Estado, no Paraná; no extremo sul e na serra catarinense, no Rio Grande do Sul. Inclusive com placas “procura-se”, que não se viam há muito tempo, porque haviam sido substituídas por placas “não há vagas”, “não há vagas”, “não há vagas”. Agora, as empresas estão com placas bastante extensas, em que vemos: “necessita-se de soldador, de mecânico, de torneiro mecânico, de costureira, de pedreiro, de carpinteiro”, etc. Ou seja, a falta de mão-de-obra é bastante significativa.

Até para elucidar, para exemplificar, vou ler sobre os principais setores em que está havendo um verdadeiro apagão de mão-de-obra lá no Estado de Santa Catarina.

Então, na Região do Oeste catarinense, está faltando mão-de-obra nos seguintes setores: agroindústrias, construção civil, material metal mecânico, tecnologia da informação, turismo de negócios, executivos e gestores. Portanto, são seis os segmentos onde está havendo muita dificuldade de se encontrar mão-de-obra especializada.

Na Região Serrana do nosso Estado, falta mão-de-obra no turismo de inverno, agroindústria e construção civil. É inclusive uma das regiões em que ainda há mão-de-obra para os demais setores e há falta em três.

No Planalto Norte e Norte de Santa Catarina, onde está concentrada boa parte do PIB catarinense, principalmente as indústrias de ponta, metal mecânica, e construção civil – como VEG, a Tigre, entre tantas outras – faltam profissionais no setor metal mecânico, autopeças, utensílios de linha branca – lá nós temos a Cònsul, de equipamentos de refrigeração – turismo de negócios, tecnologia de informação, executivos e gestores. Portanto, repete-se a ausência de outras regiões do Estado.

Na Região do Vale do Itajaí está faltando mão-de-obra – inclusive em setores que enfrentaram crise durante o último período, por causa do câmbio, por causa dos produtos chineses – nos seguintes setores: têxtil, de auto-peças, tecnologia da informação, turismo de negócios e eventos, e também para os concursos públicos.

As Prefeituras estão necessitando de profissionais e não há pessoas em número suficiente para atender a concursos públicos no Vale do Itajaí.

Na Grande Florianópolis, falta mão-de-obra em construção civil, turismo de eventos e de verão, comércio, tecnologia da informação, executivo e gestores e também concursos públicos. No sul do Estado, falta mão-de-obra em setor de cerâmica, construção civil, turismo de inverno e de verão, comércio e tecnologia de informação.

Vejam que a criação de vagas em Santa Catarina foi extremamente significativa no primeiro quadrimes-

tre. De janeiro a abril, tivemos, por exemplo, na indústria da transformação, a criação de aproximadamente dezoito mil novos empregos com carteira assinada; na construção civil, quase seis mil novas vagas; no setor de serviços, mais de dez mil vagas; na administração pública, quase cinco mil e quinhentos. Em determinadas regiões, os números são significativos. Por exemplo, no Vale do Itajaí, foram aproximadamente vinte e cinco mil novos empregos; no norte, que envolve Joinville, Jaraquá, São Bento, Canoinhas, Mafra e Porto União, foram quase dezenove mil empregos; no oeste, quase dezoito mil empregos. Portanto, as regiões tiveram grande modificação na oferta e na criação de novas vagas.

A construção civil, que é praticamente uma unanimidade nas regiões, tem efetivamente esse apagão de mão-de-obra. O setor vai crescer este ano de 10% a 15% – essa é a previsão do crescimento da construção civil em Santa Catarina – e os salários da categoria da construção civil registram um aumento real superior a 5%, ou seja, 5% além da inflação, Senador Paulo Paim, um setor que todos nós sabemos que paga muito pouco. Mas, porque não encontra profissionais no mercado, a única maneira de poder ter o profissional é oferecer melhoria efetiva do salário.

Na Grande Florianópolis, a escassez de profissionais é tal que só é possível contratar um pedreiro qualificado, por exemplo, se a empresa fizer uma oferta salarial maior ao profissional que já está no mercado, daquele tipo que há muito tempo – não vou dizer nunca antes neste País – mas há muito tempo neste País não acontecia, ou seja, o profissional, pela oferta melhor de uma outra empresa, trocar de emprego, trocar de patrão porque o outro oferece um valor maior.

Nós temos dados do Ministério do Trabalho levantados pelo Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção, no nosso Estado, segundo os quais a estatística de 51.340 trabalhadores com carteira assinada no Estado teve, nada mais, nada menos, do que um crescimento de 141% desses profissionais contratados ao longo do último período, só na área da construção civil.

Ouçó, com muito prazer, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Solicitei o aparte, primeiramente, para dar um testemunho do zelo de V. Ex^a em tratar dos números da economia do seu Estado. V. Ex^a, que tem uma agenda, como Líder do nosso Partido, extremamente exigida, sem tempo absolutamente para nada, faz uma análise importante. É claro que essa análise tem um desdobramento, um simbolismo importante, porque, a análise dos números do Estado de V. Ex^a diz respeito aos números do Brasil. Isso não é uma particularidade do Estado. É claro que o Estado reflete justamente a política do Governo

Federal, este momento importante da economia nacional. No meu Estado, no Amazonas, o nosso principal parque, localizado na Zona Franca de Manaus, o Parque Industrial de Manaus, também apresenta hoje números nunca antes alcançados. Existem lá hoje 104 mil empregos diretos. Mas há outro elemento na análise de V. Ex^a. Lamentavelmente, quase todas as nossas escolas técnicas foram fechadas, justamente uma instituição importante para responder ao momento da economia. Também só agora os Cefets estão sendo construídos por este Brasil afora. Ou seja, precisamos investir na formação, na qualificação, na capacitação da mão-de-obra para responder a esse aquecimento importante, de forma múltipla, em todos os ramos da nossa economia. Então, parabéns pelo zelo e pelo olhar comprometido que V. Ex^a tem com a juventude, com a população economicamente ativa e com essa distribuição do parque industrial no seu Estado, mas, ao mesmo tempo, pela reflexão que faz acerca deste momento da condução da economia nacional. No Amazonas, no Norte do Brasil, temos um parque industrial que exige essa mão-de-obra qualificada, que tem um parque com 104 mil trabalhadores trabalhando diretamente nas várias indústrias. São 460 indústrias que compõem, com tecnologia sofisticadíssima, o parque industrial do Amazonas. A juventude e a população estão evidentemente satisfeitas, ganhando mais, recebendo o seu salário. Está-se longe do ideal, mas há uma massa que aquece o comércio, os supermercados, enfim, toda a economia no Amazonas. V. Ex^a faz esse registro relevante da economia desse Estado tão importante no Sul do País. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador João Pedro. V. Ex^a acabou antecipando a conclusão do meu pronunciamento.

Com tanta falta de mão-de-obra especializada, qualificada, quais são as medidas, o que está sendo feito para que a gente possa efetivamente fazer frente a essa demanda, que é crescente? E vai continuar crescendo mais, porque aprovamos aqui, na semana passada, Senador Paulo Paim, o aumento da capacidade de crédito do BNDES, que, nos últimos 12 meses, ou seja, de abril do ano passado até abril deste ano, financiou nada mais nada menos do que 72 bilhões. Foram 72 bilhões nestes últimos doze meses para o setor produtivo, para financiar as empresas: as grandes, as médias, as pequenas. Portanto, nós vamos continuar acelerando o desenvolvimento, gerando necessidade cada vez maior de mão-de-obra especializada.

E é por isso que eu queria terminar exatamente pelas nossas famosas escolas técnicas, os nossos Cefets, que agora vão passar – já têm um salto de qualidade, não serão mais Cefets – a ser Institutos

Federais de Educação Tecnológica e Científica, e cujo projeto de contratação de professores está já aqui no Senado, Senador Paulo Paim.

Eu, inclusive, solicitei ao Senador Cristovam Buarque, se for possível, a relatoria, para que possamos agilizar. Vão ser contratados nada mais nada menos do que 25 mil professores, tanto para a expansão das nossas universidades como também das nossas escolas de ensino profissionalizante.

E aí eu ia terminar com a agenda absolutamente gratificante que eu fiz nestes últimos dias em Santa Catarina. Em primeiro lugar, porque fui vistoriar obras, que estão em andamento, da expansão do ensino profissionalizante. Estive, até para colocar aqui no mapinha, em São Miguel, no extremo oeste de Santa Catarina, para a apresentação do projeto arquitetônico da nova escola técnica do **campus** do Ifet, que vai estar quase que na divisa da Argentina, sendo construído no segundo semestre com cursos em andamento a partir de janeiro do ano que vem. Fui vistoriar aqui no extremo sul, em Araranguá, uma unidade, um dos campos do Instituto Federal, onde já existem dois blocos em funcionamento, já com três cursos. E já agora, no segundo semestre, vai iniciar, inclusive, o curso de licenciatura e, a partir do ano que vem, uma engenharia. Portanto, público e gratuito, Senador Paulo Paim, tão importante para essa região.

Estivemos também em Criciúma, o pólo mineral de cerâmica, de indústria têxtil do sul do Estado, também apresentando projeto de construção do *campus* do Ifet, que vai funcionar aqui em Criciúma, cuja construção também se dará no segundo semestre, com cinco cursos de nível médio, profissionalizante, já no início do ano que vem e também cursos de nível superior.

Fizemos audiência pública para a escolha dos cursos do Cefet de Gaspar, no Vale do Itajaí, bem próximo, bem pertinho de Blumenau, entre Blumenau e Brusque, dois pólos importantes do nosso Vale, cuja construção também é para o segundo semestre e início de aula a partir do ano que vem.

Inauguramos, em Joinville, o terceiro bloco, com o início das aulas do curso de Mecânica Industrial, com equipamentos de primeira linha, para poder profissionalizar essa falta de mão-de-obra especializada no setor metal-mecânico. Lá, já temos três cursos em funcionamento e, a partir do segundo semestre, também vamos ter cursos de nível superior.

Há poucos dias, inauguramos, no Cefet de Jaraguá, também no Planalto Norte, um dos principais pólos industriais do nosso Estado: mais equipamentos e novas instalações para o Cefet de Jaraguá.

E, por último, no sábado, a apresentação do projeto arquitetônico, em Canoinhas, já quase na divisa com o Paraná, no Planalto Norte, do projeto arquite-

tônico do Cefet, cuja construção também se dará no segundo semestre.

Há poucos dias, estivemos no Planalto Serrano apresentando também o projeto de Lajes. Portanto, estamos cobrindo todo o Estado para fazer frente a essa demanda de mão-de-obra especializada, formada, dando oportunidade para grandes empreendimentos. Por exemplo, a agroindústria, que está localizada no extremo oeste, está se deslocando para o Planalto Norte para ficar próxima dos Portos de Itajaí e de São Francisco, mais próximos de uma rodovia federal cujo processo de duplicação vai iniciar agora no segundo semestre e, portanto, precisando de muita mão-de-obra.

A agroindústria da Aurora, que vai se instalar em Canoinhas, e a da Sadia, que vai se instalar em Mafra, vão precisar, só essas duas agroindústrias, de quatro a cinco mil novos trabalhadores e, se não tiver onde essa população se capacitar, eles virão de outros Estados. Eu não tenho dúvida, Senador Paulo Paim, porque é uma demanda absolutamente especializada.

É por isso que nós desejávamos passar essas informações, nesse debate, pedindo o apoio para a tramitação do projeto, da contratação. Sei que o Senador Paulo Paim tem um projeto de fundo, de criação, para dar uma sustentabilidade maior ao nosso ensino profissionalizante. E acho que não só de delegacia de polícia vive o Senado da República. Talvez se a gente se preocupasse mais com a formação da nossa juventude a partir desse debate, dessa ampliação...

Nós tivemos, Senador João Pedro, que derrubar uma lei. No primeiro mandato do Presidente Lula, ele não pôde ampliar as escolas técnicas. Era uma determinação dele. Só em novembro de 2005, modificamos a lei para poder expandir as escolas profissionais federais como estamos expandindo nesse momento. Portanto, já podíamos estar adiantados, já podíamos ter avançado. Talvez eu não tivesse um mapa com tanta demanda em Santa Catarina se todas essas novas unidades das escolas técnicas federais já não pudessem... poderiam inclusive estar em funcionamento, e não, na sua grande maioria, sendo construídas agora para funcionarem plenamente em 2009, ano, aliás, que as escolas técnicas federais no Brasil vão completar cem anos. As primeiras foram inauguradas em 1909. De 1909 até o Presidente Lula poder expandi-las, com a derrubada da lei, em 2005, foram 154 escolas técnicas. Vou falar de novo: de 1909, Senador Paim, até 2005, quando derrubamos a lei, foram criadas e colocadas para funcionar 154 escolas técnicas no Brasil. O Presidente Lula já inaugurou mais de 60 e, até o final do seu segundo mandato, serão 214.

Portanto, o Presidente fará – não dá nem para dizer nos seus dois mandatos, porque acabou perdendo,

por conta da derrubada da lei, três anos, poderíamos ter avançado mais –, em cinco anos, muito mais do que fizeram todos os Presidentes da República, desde 1909.

Ouçó, se o Presidente me permitir, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Bem rápido, Presidente Paulo Paim. Só para dizer que, no Amazonas, nós temos uma escola técnica tradicional, no centro da cidade de Manaus, e que, neste ano, nós começamos a construir cinco escolas no Amazonas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Cinco para uma, não é, Senador João Pedro?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Isso, cinco para uma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então é isso. Esse é o dado mais contundente, e não tenho dúvida de que lá, no Rio Grande do Sul, não é diferente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No Sul, vai-se aproximar de 20 novas escolas, no mínimo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No mínimo, não é? Então é isso.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância com que V. Ex^a me brindou aqui com mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pediu a palavra pela ordem o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era um esclarecimento inicial até para quem, como eu, vem condenando sistematicamente a atitude do Vice-Governador do Rio Grande do Sul. Não entrei no mérito das denúncias, mas na fórmula. Sou peremptoriamente contra gravação ilegal, bisbilhotagem da vida alheia. Acho que esse não é o papel do político. A arma que o político tem é o diálogo. E a partir do momento em que se bloqueia essa possibilidade com a tentativa, com a ameaça de se estar sendo gravado, você nos tira um instrumento de grande valia. Se existe necessidade de comprovação, recorram-se aos mecanismos. Aliás, fui contra a espionagem de entrada e saída de Senadores dos gabinetes num momento crucial nesta Casa. É uma questão de princípios.

Se combatemos os grampos ilegais feitos pela Abin e pela Polícia Federal, não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que um político faça isso. E se é do nosso Partido, nós tomamos providências, nós não aceitamos omissão, como foi feito aqui, quando tivemos alguns episódios lamentáveis quando o Partido dos Trabalhadores perdeu a oportunidade, como no caso do dólar na cueca... E não quero entrar no mérito. É uma questão de estilo e cada partido age da maneira

que quer. Então nós, Democratas, que já tomamos providências com outros Parlamentares, temos que ter uma posição neste caso. A minha proposta é essa. Não sou ditador do Partido, sou membro da Executiva. Vou apresentar uma proposta e a Executiva que julgue. Só não posso perder a coerência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência lembra, mais uma vez, que o dia de hoje foi pautado pela questão do Rio Grande do Sul, porque tratou-se do caso Varig e, infelizmente, dos escândalos que lá estão acontecendo. Mas repito para todo o Brasil que esses escândalos são fruto de uma minoria e não representam, com certeza, a visão majoritária, inclusive dos políticos do Rio Grande.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a tem toda razão.

Quero aproveitar – eu havia me esquecido – para me congratular com a Central Única dos Trabalhadores, que teve um veículo apreendido hoje. V. Ex^a recebeu essa informação. O que me causa espécie é que ela retorna apenas agora. Não sei onde estava a CUT no período do mensalão, onde estava a CUT usando os veículos. Será que os veículos estavam quebrados? Era falta de recursos? Por que tivemos vários escândalos no País e não tínhamos essa posição da CUT.

Quero louvar a atitude da CUT, que voltou a participar de movimentos sociais de protesto. Talvez tenha sido uma crise financeira, falta de recurso, o caminhão é dispendioso, tem que pagar motorista... Mas quero louvar o retorno da CUT. Agora, quero que volte para todos os escândalos e que não seja apenas uma manifestação seletiva de quando interessa, ou não, politicamente.

Temos agora mesmo um escândalo envolvendo um membro de um movimento sindical de grande importância. É preciso que haja essas manifestações desse órgão de classe respeitado que é a Central Única dos Trabalhadores.

De qualquer maneira, fica o meu registro e os parabéns pelo retorno da CUT às manifestações populares no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência registra a solidariedade do Senador Heráclito Fortes à Central Única dos Trabalhadores pela manifestação feita em frente ao Palácio, ao mesmo tempo em que condena a repressão contra o movimento social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs.

Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 10, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que *altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.*

Relator revisor: Senador Paulo Paim
(Sobrestando a pauta a partir de:
5.4.2008)

Prazo final (prorrogado) – 18.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de:
11.4.2008)

Prazo final (prorrogado) – 24.6.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.*

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de:
14.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 27.6.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no*

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.5.2008)

Prazo final (prorrogado) – 15.8.2008

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

(Sobrestando a pauta a partir de:
9.5.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior),

que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.*

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº

532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

25

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que *dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19*

de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II*

do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais*

de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.*

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.*

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com

a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cipativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

50

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *insti-tui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

51

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

56

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

57

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciên-*

cia e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

59

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

60

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de*

florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

61

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

62

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

63

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

64

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

65

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

66

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

67

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,*

composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

68

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

69

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

70

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

71

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-*

Complementar, com os Projetos de Lei do Senado n°s 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

72

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

73

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado n° 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de n°s 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

74

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

75

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

76

REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

77

REQUERIMENTO N° 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

78

REQUERIMENTO N° 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.*

Parecer favorável, sob n° 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

79

REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Diretos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

80

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

81

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

82

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

83

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

84

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

85

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)*

86

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Arquivo

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos
Nº 1/2008

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, designado pelo Ato do Diretor Geral nº 846 de 16/8/2000, publicado no Diário do Senado Federal, de 17/8/2000 e de acordo com as **Listagens de Eliminação de Documentos: nº 1 da Primeira Secretaria; nº 1 da Diretoria Geral; nº 4 da Secretaria de Administração Financeira; nº 1 da Secretaria de Assistência Médica e Social; e nº 1 da Secretaria de Arquivo;** e, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital, no Diário do Senado Federal, se não houver oposição, a Secretaria de Arquivo eliminará os documentos relativos às referidas listagens, relativas ao período de 1947 a 2005.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal.

Brasília, 09 de junho de 2008.


FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ
*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

Observação: As listagens objeto deste edital serão publicadas em suplemento do Diário desta data.

SENADO FEDERAL

Secretaria de Arquivo

**Edital de Ciência de Eliminação de Documentos
Nº 2/2008**

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, designado pelo Ato do Diretor Geral nº 846 de 16/8/2000, publicado no Diário do Senado Federal, de 17/8/2000 e de acordo com as **Listagens de Eliminação de Documentos: nº 1 do Instituto Legislativo Brasileiro e nº 4 da Secretaria do sistema Integrado de Saúde;** e, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital, no Diário do Senado Federal, se não houver oposição, a Secretaria de Arquivo eliminará os documentos relativos às referidas listagens, relativas ao período de 1987 a 2001.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal.

Brasília, 09 de junho de 2008.

FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

Observação: As listagens objeto deste edital serão publicadas em suplemento do Diário desta data.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 03.06.2008, o Senador João Pedro é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 060/2008-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)

PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n.º 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n.º 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁵ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja, nos termos do OF/LID/Nº 115/2008, de 16.04.2008, lido na Sessão do SF de 17.04.2008.

⁵ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



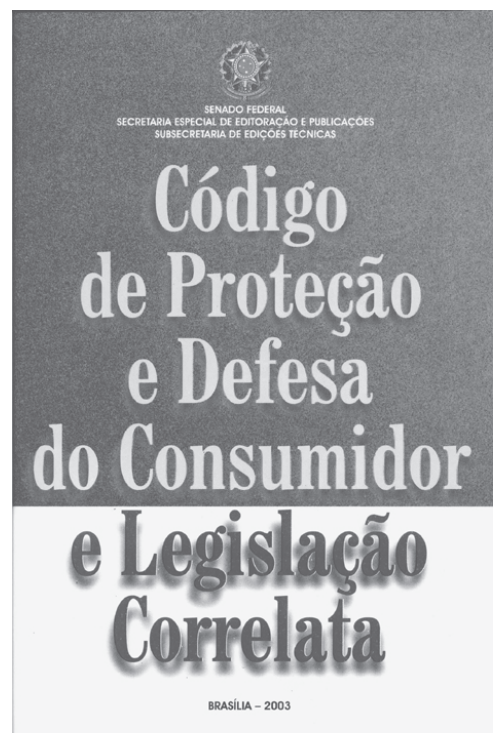
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS